

"A FEA e a USP respeitam os direitos autorais deste trabalho. Nós acreditamos que a melhor proteção contra o uso ilegítimo deste texto é a publicação online. Além de preservar o conteúdo motiva-nos oferecer à sociedade o conhecimento produzido no âmbito da universidade pública e dar publicidade ao esforço do pesquisador. Entretanto, caso não seja do interesse do autor manter o documento online, pedimos compreensão em relação à iniciativa e o contato pelo e-mail [bibfea@usp.br](mailto:bibfea@usp.br) para que possamos tomar as providências cabíveis (remoção da tese ou dissertação da BDTD)."

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

ANÁLISE DO PADRÃO DE OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA  
DE RONDÔNIA

ELIANI STANZANI DUTRA

ORIENTADOR: Prof. Dr. JOSÉ JULIANO DE CARVALHO FILHO

Dissertação apresentada junto ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, para obtenção do Título de Mestre em Economia.

São Paulo  
1993

## AGRADECIMENTOS

Começo meus agradecimentos pelas instituições: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que garantiram o financiamento em boa parte do período de realização deste trabalho.

Agradeço aos membros de minha banca de qualificação, a professora Dr<sup>ma</sup>. Sílvia Maria Schor e os professores Dr<sup>os</sup>. Ricardo Abramovay e Dr<sup>o</sup>. Cláudio Vieira, pela atenção e sugestões que trouxeram ao trabalho.

Aos funcionários agradeço a todos pela atenção e disposição com que me auxiliaram quando necessitei.

Agradeço a professora Dr<sup>ma</sup>. Denise Cyrillo pelo grande auxílio no empréstimo da impressora.

Sinto profundamente agradecida aos colegas pela saudável convivência durante todos estes anos, em especial ao Sérgio, Wagner, Pedro, Fabiana, Márcia, Aginaldo, Bedê, Amaury, Naércio, Eliezer, Rudinei, Mary, Kitty e João Marques.

À minha família agradeço o apoio e estímulo em todos os momentos da realização desta dissertação. Aos meus sogros agradeço elas muitas acolhidas nesta minha vida de itinerante.

Ao Antônio Paulo que acompanhou mais de perto todos os passos empre com palavras de estímulo, compreensão e carinho fica meu agradecimento especial.

Agradeço ao meu orientador professor Dr<sup>o</sup>. José Juliano de Arvalho Filho pela paciência e atenção que foram fundamentais para

este trabalho ser concluído. Sua experiência na coordenação da pesquisa de Avaliação do POLONOROESTE foi primordial para o meu entendimento desta realidade até então desconhecida.

## RESUMO

Este trabalho objetiva analisar o padrão de ocupação da fronteira agrícola de Rondônia. Este movimento é considerado dentro de um processo mais amplo de avanço da fronteira agrícola no Brasil. Busca-se examinar a hipótese do processo de mudança no padrão de ocupação da fronteira recente, o qual se apresenta com menor capacidade de absorção de mão-de-obra e reduzida importância na produção agrícola nacional. O principal referencial teórico utilizado foi a fronteira enquanto "espaço potencial" onde ocorrem surtos concretos de atividades, que se denominam "frentes".

O resultado final aponta que o avanço desta fronteira apresenta a formação de frentes comerciais, camponesas, extrativas, mas com indícios de expansão de frentes especulativas e pecuárias que ameaçam a caracterização da região como área de pequenas propriedades.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyse the settlement standard of agricultural frontier in Rondônia. This settlement is considered into a wider process of agricultural frontier advance in Brazil. It is examined the assumption of a settlement standard change in the recent frontier which presents lower labour absorption capacity and not much significant agricultural production. The main theoretical reference used here is the frontier as a "potential space" where occurs booms denominated "fronts".

The concluding result of this dissertation indicates that the agricultural frontier advance in Rondônia presents development of trading fronts and peasant fronts but with evidence of expansion of speculative fronts and cattle breeding fronts that threatens the region characterization as a area of small properties.

## SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO.....	01
Objetivo e Hipótese.....	07
CAPÍTULO I	
CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO E CICLOS DE FRONTEIRA.....	13
1. Desenvolvimento Capitalista no Campo: Uma Discussão...13	
1.1 Considerações sobre a Expansão da Fronteira Amazônica.....	17
2. Discussão sobre os Ciclos de Fronteira.....	26
CAPÍTULO II	
IDENTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE FRONTEIRA.....	36
1. Introdução.....	36
2. Sobre a Fronteira Paranaense.....	39
2.1 O Norte Paranaense.....	40
2.1.1 O Norte Velho.....	40
2.2.2 O Norte Novo.....	42
2.1.3 O Norte Novíssimo.....	43
2.2 Forma de Ocupação.....	44
2.3 Estrutura Fundiária.....	48
2.4 Conflitos de Terra.....	50
2.5 Fluxo Migratório.....	52
2.6 Produção Agrícola.....	55
2.7 Urbanização.....	60
2.8 O sudoeste Paranaense.....	62

3. O Movimento Rumo ao Oeste.....	68
4. Sumário Comparativo.....	81
ANEXO 1.....	85

### CAPÍTULO III

A FRONTEIRA AGRÍCOLA DE RONDÔNIA.....	92
1. Introdução.....	92
2. Aspectos Iniciais da Ocupação da Região.....	93
2.1 A Exploração do Látex.....	94
2.2 O Extrativismo da Cassiterita.....	96
2.3 Principais Acontecimentos na Região Antes da Década de 70.....	98
3. Situação no Começo dos Anos 70.....	100
4. Principais Iniciativas Governamentais para a Região..	101
4.1 Colonização na Década de 70.....	103
4.1.1 Principais Resultados do Política de Colonização na Década de 70.....	111
5. Colonização nos Primeiros Anos da Década de 80.....	116
5.1 Principais Resultados do POLONOROESTE.....	126
6. Fluxo Migratório.....	138
7. Estrutura Fundiária e Posse da Terra em Rondônia.....	146
8. Produção Agrícola da Fronteira de Rondônia.....	156
9. Fenômeno da Urbanização.....	167
10. Considerações Finais.....	173
ANEXO 2.....	178
CONCLUSÕES FINAIS.....	185
BIBLIOGRAFIA.....	191

## INTRODUÇÃO

A economia brasileira passou por grandes transformações a partir da década de 30. A revolução de 37 marca "o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial" (Oliveira, 1987, p.14). O modelo primário-exportador dissocia-se e a industrialização por substituição de importações se torna o modelo dominante. Ocorre porém que a ruptura não foi de forma brusca, a desvinculação do setor cafeeiro exportador foi se dando progressivamente. Assim, o setor cafeeiro seguiu protegido com políticas de controle de preços.

O período pós-guerra aprofunda o modelo de industrialização por "substituição de importações". O governo Kubistchek (1955-1960) apresenta um programa de Metas abandonando a crença da "vocaçào eminentemente agrícola" do país e uma política industrial mais vigorosa é assumida, direcionada para os bens de produção pesados e para os bens de consumo duráveis.

O crescimento da agricultura se deu predominantemente de forma extensiva. O aumento da oferta de alimentos para suprir uma demanda crescente, vinda do processo de urbanização da população, derivava da expansão da fronteira agrícola e da melhor utilização das terras de latifúndio, sem alteração do padrão tecnológico. Exigia-se do setor agrícola uma cota de participação para o desenvolvimento do setor industrial, no sentido de produzir

alimentos a custos razoáveis e transferência de recursos para o setor em implantação através da manutenção de taxas de câmbio supervalorizadas e manipulação de preços relativos em desvantagem para as atividades agrícolas (Mueller, 1992).

Na segunda metade dos anos 60, com a transferência do poder político para os militares, consolida-se o modelo econômico de industrialização, as medidas que foram tomadas, a partir de então visavam não só a continuidade do processo mas a sua agilização. O processo de implantação da industrialização pesada é concluído e as principais indústrias de insumos agrícolas (tratores, máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, entre outros) passam a se instalar no país. A partir de então, a agricultura transforma-se em um mercado para a venda destes equipamentos, como também fornecedora de insumos à indústria. Ocorre assim, o processo de estímulo à implantação da "modernização" das técnicas de produção do setor agrícola.

Esse processo que Graziano (1981) chama de industrialização da agricultura brasileira foi entretanto implementado sem alteração na estrutura fundiária, fenômeno que ficou conhecido como "modernização conservadora".

Esta nova orientação na agricultura proporcionou a consolidação do modelo dos chamados "complexos agroindustriais (CAI)", "conjunto formado pelos setores produtores de insumos e máquinas, de transformação industrial dos produtos agropecuários e maquinarias agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários e distribuição, e de comercialização e financiamento nas diversas fases do circuito agroindustrial"

(Sorj, 1980, p.29). É estabelecido incentivos à modernização da produção, em destaque o processo de estímulos à agricultura de exportação, cujos produtos apresentavam crescentes processos de transformação antes de serem consumidos ou exportados (Mueller, 1992).

Apesar dessas transformações no setor agrícola brasileiro, o crescimento tradicional da produção, pelo avanço de novas áreas, continuou a manter um grau de importância grande na produção agrícola do país até o final dos anos 70.

Cumprе ressaltar então, o papel histórico desempenhado pela fronteira agrícola, tanto no campo econômico, quanto no político e social. Esta constituiu, até a década de 70, uma alternativa atraente para o crescimento da produção do tipo familiar, apesar da estrutura fundiária concentrada nas regiões já consolidadas, como também representou uma solução para reduzir a excessiva migração rural-urbana registrada no país com a consolidação do processo de industrialização.

Cabe salientar contudo, que os movimentos de interiorização mais recentes vêm, paulatinamente, reduzindo sua capacidade de absorver migrantes e aumentar a produção agrícola.

Assim, o primeiro grande avanço fronteiriço deste século foi em direção ao oeste de São Paulo, oeste de Santa Catarina e Paraná<sup>1</sup>. O maior destaque ficou indubitavelmente com o afluxo

---

1-A ocupação desta fronteira ocorreu no sentido do nordeste, mais tarde, por volta dos anos 50. observou-se um avanço para o noroeste e sudoeste. Em função das características distintas da ocupação dessa fronteira, os trabalhos sobre esta região fazem uma divisão em duas frentes: a ocupação do Norte do estado e a frente para o sudoeste. A primeira caracteriza-se pela expansão da economia cafeeira paulista. A segunda destaca-se pela maciça migração de gaúchos e do ponto de vista da estrutura fundiária, teve uma ocupação muito mais espontânea que o norte, sem a presença de empresas colonizadoras (públicas ou privadas), como também com uma infraestrutura de transporte insuficiente o que muito dificultou o escoamento de seus produtos.

para o Parana, que teve início por volta dos anos 20, mas com período de aceleração atingindo seu apogeu somente nos anos quarenta, quando teve lugar a expansão da cultura cafeeira paulista para esta região. Esta ocupação é apontada como uma experiência sem similar no processo de expansão de fronteira.

O segundo grande movimento apontado na história de ocupação de novas áreas deste século é o avanço em direção ao Centro-Oeste, na chamada "marcha para o oeste" que se deu no período 1950/60, em direção ao Mato Grosso do Sul, sul de Goiás e Distrito Federal<sup>2</sup>. Estimulado, principalmente, pelo término da construção da rodovia Belém-Brasília e pela transferência da capital do país para a cidade de Brasília, projetada no estado de Goiás. Se colocarmos em termos comparativos com o caso paranaense verifica-se a existência de diferentes características quanto à qualidade do solo, atuação do governo federal (que neste caso foi muito mais incisiva na construção de infra-estrutura de transporte), distinguindo-se esta região pela formação de médias e grandes propriedades.

Esta fronteira apresentou como atividades principais, a lavoura de culturas temporárias e a pecuária<sup>3</sup>. A presença do governo federal tornou-se marcante nos anos 70, quando foram criados vários projetos para esta área<sup>4</sup> estimulando a iniciativa

---

2-Alguns autores, como Martine incluem também nesta fase o movimento migratório ruao ao estado do Maranhão.

3-A pecuária mostrou um crescimento surpreendente, pois já em 1960, esta região atinge o terceiro lugar no tamanho da população bovina do país (ultrapassando o nordeste e, em 1985, torna-se o maior rebanho de bovinos do país.

4-Em 1971 foi criado o PRODOESTE (Programa de desenvolvimento do Centro-Oeste), o POLOAMAZONIA (Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia), em 1975 é criado o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) que proporcionou um grande impulso à região. Além dos projetos pecuários criados, entre 1967/86, pelo governo, com propriedades variando de 10.000 a 100.000 ha.

privada através de incentivos fiscais e facilidade de crédito, com a presença de agricultores com recursos próprios e experiência em técnicas modernas. A região se tornou uma grande produtora de soja e, mais recentemente, de cana-de-açúcar e trigo, conseqüentemente, com produção voltada para a exportação e fornecimento de energia no mercado interno (álcool). Observa-se que estas culturas vêm sofrendo nos últimos anos constantes inovações nas técnicas de cultivo com grande uso de máquinas e implementos agrícolas e pouca absorção de mão-de-obra.

Nesse sentido, esta fronteira inovou, em termos da rapidez com que introduziu a mecanização no processo de produção agrícola<sup>5</sup>, ou seja, já na década de setenta observa-se mudanças nas relações de produção e nos tipos de culturas produzidas - aumento do número de assalariados e produção de culturas voltadas para a exportação em detrimento dos produtos de consumo doméstico.

Assim, os sinais de esgotamento desta fronteira no tocante à absorção e retenção de migrantes ocorrem mais rapidamente do que no Paraná. Na década de 70, os indícios eram claros de que esta fronteira reduzia sua capacidade de absorção de migrantes novos como também se assistia ao começo do processo de expulsão de mão-de-obra (registra-se uma saída líquida de 81 mil pessoas do Estado de Goiás).

Na fronteira atual (ocupação do Norte), as transformações se aprofundam alterando completamente o quadro acima descrito. A

---

5-Cabe ressaltar neste ponto a participação da política de estímulo do governo federal com a criação dos incentivos fiscais e assistência através da atuação da Embrapa.

tendência que vem se projetando é muito pouco promissora, tanto a nível de produção agrícola nacional como quanto à absorção e retenção de migrantes. Os fatores que proporcionam este fraco desempenho são inúmeros desde questões vinculadas à qualidade do solo, distância, desempenho dos projetos de colonização elaborados para a região como por fatores peculiares à área, tais como: a existência da floresta tropical, presença de inúmeras comunidades indígenas, condições climáticas muito propícias à transmissão de doenças endêmicas, com destaque para a malária e ambiente favorável à proliferação de pragas na agricultura e doenças como aftosa, brucelose, raiva e verminose nos rebanhos<sup>6</sup>.

Neste avanço para o Norte registra-se, outrossim, um crescimento substancial da participação do governo federal que respondendo às dificuldades de transporte da região e à limitada atratividade da área empreendeu a construção de infra-estrutura de transporte assim como criou estímulos via incentivos fiscais, além de patrocinar e gerenciar a implantação dos vários projetos de colonização.

O encurtamento do ciclo da fronteira é tido como um fenômeno vinculado ao processo de transformação e desenvolvimento da economia. Ou seja, afora as questões regionais é preciso considerar que a fronteira não é um fato isolado, mas vincula-se ao processo geral de crescimento industrial e mudanças na agricultura centrados no sul do país, sendo fruto da dinâmica de concentração mais ampla da economia que no caso da fronteira

---

<sup>6</sup>-Ressalta-se, concomitantemente, que este movimento ruo ao Norte do país afigura-se estar alcançando, em termos do território nacional, a direção de seus limites finais (Schor, 1991, p.243).

atual vem promovendo a expulsão da pequena produção mais rapidamente e empreendendo a concentração da terra com intuito especulativo.

Nesse sentido Sawyer (1982) aponta que a "grande fronteira" (Centro-Oeste, Amazônia e o Maranhão) atual ao contrário dos movimentos anteriores não vem apresentando predominância de atividades comerciais, mas a formação pura e simplesmente de grandes propriedades inexploradas, que não produzem e também não permitem que outros o façam. Mueller (1983, 1992) vem apontando a preponderância de uma "multiplicidade de atividades" no movimento de ocupação da Amazônia, ou seja, encontram-se áreas de agricultura comercial, como também áreas de atividades extrativas e garimpeiras, zonas de pecuária extensiva, de agricultura de subsistência e além de grandes propriedades inexploradas.

#### . Objetivo e Hipótese

Nesta perspectiva, o objetivo do trabalho é analisar o padrão de ocupação da fronteira agrícola de Rondônia, considerando o movimento de fronteira inserido na evolução da agricultura e da economia brasileira.

Desse forma, considera-se a hipótese de que ocorreram mudanças no padrão de ocupação da fronteira; apresenta-se este mais urbanizado, com curta duração quanto à retenção de migrantes e com reduzida importância quanto à produção agrícola nacional. Sendo estas modificações estreitamente relacionadas com o avanço das transformações da agricultura brasileira. Conforme aponta

Mueller (1992) é preciso considerar a evolução da agricultura e da economia brasileira para o estudo do avanço da fronteira agropecuária.

A moldura conceitual a partir da fronteira enquanto espaço potencial e composta por diferentes surtos de atividades, isto é, **fronte**, será utilizada para identificar os diferentes conjuntos de atividades que se delineiam e apontam para um padrão de ocupação distinto dos movimentos das "zonas anteriores": o Paraná (incluindo o Norte e Sudoeste do Estado) como área da *primeira geração de fronteira* e, o Centro-Oeste área conhecida como de *segunda geração de fronteira*. Para tal, procura-se apresentar aspectos vinculados ao processo de colonização, estrutura fundiária, estrutura de posse da terra, produção agrícola, fluxo migratório, de forma a traçar evidências dos principais conjuntos de atividades desenvolvidos nesta fronteira (Mueller, 1992).

De início, é preciso explicitar por que foi escolhido Rondônia. O movimento de ocupação do Norte do país envolve frentes que se distinguem quanto ao período cronológico de ocupação, tipo de migrante, tipo de projetos de colonização empreendidos pelo governo federal que dificultam o tratamento da fronteira como um todo. Além disso, Rondônia tornou-se destaque não apenas dentro da fronteira Norte mas no país, sendo citada como "principal fronteira agrícola e demográfica"<sup>7</sup>. Igualmente relevante é o fato de que esta região, localizada no sudoeste da

---

<sup>7</sup>-Millikan, Brent. *The Dialectics of Devastation Tropical Deforestation, Land Degradation and Society in Rondônia, Brazil*. Hayes, 1988.

Amazonia, distingue-se substancialmente do resto da fronteira Norte tanto no que se refere à estrutura fundiária, origem do migrante e grau de intervenção federal no processo de ocupação. No que tange a este último aspecto, um ponto que requer ênfase é a implementação nesta região do maior projeto já empreendido em novas áreas, o Programa de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), programa implantado no começo da década de 80 e que envolveu quase todo o estado de Rondônia e porção norte e noroeste de Mato Grosso. Visando alcançar a ambiciosa meta de implementar um desenvolvimento equilibrado para a região; buscava a caracterização fundiária da área como de pequena produção, promover a integração desta com o resto do país através da pavimentação da BR-364, assim como empreender um convívio harmônico com as populações indígenas e o meio ambiente.

Evidência da importância desta fronteira é ilustrada, pela rapidez com que se deu sua ocupação: em menos de vinte anos a região passa de 111 mil habitantes (1970) para 1.192 mil (1987), apresentando uma taxa de crescimento médio anual de 15,0%. Dentro da fronteira Norte, os dados também apontam a proeminência de Rondônia: nos anos 1960/70, este Estado apresentou um saldo migratório de 30,8% do total dirigido para a região norte, mas na década seguinte, 1970/80, atingia 51,4% do mesmo. O pessoal ocupado em atividades agropecuárias que era 0,8% de toda a região norte, em 1960, salta para 10% em 1980. taxa de crescimento da população rural maior que a taxa para população urbana,

constituindo-se no único estado do norte com tal resultado<sup>8</sup>. Da mesma forma, a área dos estabelecimentos registrou crescimento 220,2%, enquanto em toda a fronteira Norte o incremento da área dos estabelecimentos ficou em 79,3% ao ano. Além disso, a área explorada com lavoura em relação a área total explorada foi da ordem de 26,5%, em 1970 e 33,7%, em 1980, contra 12,2% e 18,6% para a região Norte.

Outra particularidade desta fronteira frente à região norte reside nas características desta ocupação. No momento em que em toda a bacia amazônica, definia-se um modelo de desenvolvimento voltado para a formação de grandes projetos, Rondônia despontava como uma área de pequenas propriedades. Assim, na metade da década de 70, quando estava-se numa fase propícia à concessão de créditos subsidiados e incentivos fiscais para a ocupação da fronteira, num intuito de formar grandes projetos considerados mais apropriados à Amazônia<sup>9</sup>, tais como o Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia (POLOAMAZONIA), voltado para a formação de pólos Agropecuários e Minerais, onde além de estímulos de incentivos fiscais e facilidade de crédito, oferecia-se baixo preço das terras para os setores de mineração, reflorestamento, agropecuária, serviços básicos, agroindústria e projetos de aproveitamento do potencial hidroelétrico da região<sup>10</sup>.

---

8-Rondônia apresentou um crescimento de 14,6% ao ano na população urbana e 17,5% na população rural, enquanto os outros estados, com exceção do Pará (5,0% e 4,3%, respectivamente), o crescimento da população urbana foi muito superior ao acréscimo da rural.

9-Segundo Almeida (.....), em menos de três anos esta perspectiva foi abandonada.

10-Surgiu assim Kararã e Babaquara (PA), Tucuruí (PA), Balbina (AM) e Samuel (RO).

É pertinente observar que se determinou um corte analítico onde se pretende trabalhar com Rondônia de 1970-1987.

As fontes principais dos dados encontram-se nos Censos Agropecuários, Demográficos do IBGE, na literatura que trata dos principais avanços fronteirços deste século e, no caso de Rondônia, conta-se com as informações contidas nos Relatórios de Avaliação do POLONOROESTE, realizado pela FIFE entre 1983/87.

Quanto à forma de apresentação, o trabalho está assim disposto:

O capítulo primeiro contém uma discussão sobre as principais tendências do desenvolvimento capitalista no campo, elaboradas com base na literatura disponível. Neste caso é pertinente informar que objetivou-se com esse procedimento detectar as principais mudanças tanto a nível do debate para o país como um todo, como para a fronteira amazônica, de forma a compreender o conjunto de forças que levaram a mudança no padrão de ocupação da fronteira. A exposição sobre os diversos estágios da ocupação humana na fronteira, isto é, os ciclos da fronteira, representam a forma de interpretar o avanço do capital no setor rural. Neste caso, prioriza-se os autores que abordaram as transformações na fronteira atual através da formação de frentes (Sawyer, Mueller).

O capítulo segundo apresenta uma visão geral dos principais movimentos de fronteira anteriores à fronteira agrícola de Rondônia, objeto de estudo desta monografia. De forma a detectar dentro da expansão da fronteira, as transformações que foram se processando no padrão de ocupação.

Após este relato dos principais movimentos de fronteira, elaborou-se o capítulo terceiro, onde é feita uma análise da ocupação de Rondônia. Considerando-se a posse da terra, estrutura fundiária, atuação de projetos governamentais, em especial o POLONOROESTE, de forma a delinear as principais características que se despontam nesta fronteira.

O capítulo último constitui uma discussão sobre o avanço fronteiriço e as tendências atuais, levando em consideração as inclinações apontadas no estudo de Rondônia em comparação com os movimentos anteriores.

## CAPITULO I

### CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO E OS CICLOS DE FRONTEIRA

#### 1. Desenvolvimento Capitalista no Campo: Uma Discussão

O processo de modernização agrícola produziu um grande debate acerca da sobrevivência ou não da pequena produção. De início o debate centralizou-se na relação da agricultura tradicional (latifúndio e pequena produção não capitalizada) com a produção capitalista. Em resposta aos dualistas que consideravam a agricultura tradicional como um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo, surge uma corrente que defende a "funcionalidade" desta agricultura, apontando para o importante papel que ela exerceu ao permitir a produção de alimentos a custos menores, possibilitando a manutenção em nível baixo dos salários urbanos, bem como a constituição de uma fonte de excedentes populacionais e de divisas para a emergente indústria nacional<sup>1</sup>. É ressaltado nesta corrente então, o papel de destaque da fronteira quanto à produção agrícola e, conseqüentemente, para a manutenção e mesmo crescimento do padrão "primitivo".

Com o aprofundamento do desenvolvimento da industrialização, a partir da segunda metade da década de 60, atingindo inclusive a

---

<sup>1</sup>-Faz parte desta corrente entre outros autores Francisco de Oliveira com o trabalho clássico "A Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista".

agricultura, com os incentivos à modernização das técnicas de produção do setor; o debate desvia sua ênfase para os resultados das políticas tecnológicas, o avanço dos Complexos Agroindustriais e os efeitos deste crescimento sobre a estrutura social rural.

As mudanças empreendidas na grande propriedade que provocaram a redução proporcional dos trabalhadores meeiros, arrendatários e permanentes, assim como o surgimento do assalariado temporário, "boia-fria", foram interpretados por alguns autores como D'Incao e Mello como uma "purificação" das relações de produção com eliminação das formas consideradas disfarçadas (conforme expõe Goodman, Sorj, Wilkinson, 1985).

No caso da pequena produção, formaram-se diferentes correntes. Num primeiro momento, alguns autores consideravam que tais mudanças direcionariam à predominância no campo da propriedade capitalizada e do assalariado, com a crescente proletarização de um grande número de pequenos produtores cujas terras estariam sendo apropriadas pelas grandes propriedades<sup>2</sup>. Müller (1982), seguidor desta corrente, classificava a pequena produção tecnificada como uma empresa capitalista. Enquanto outros consideraram que o desenvolvimento do capitalismo poderia não levar à eliminação do campesinato, o que não representava empecilho para a ocorrência de sua subordinação ao capital. Conforme salienta Graziano (1982) haveria a recriação desta classe num "novo camponês" onde ele, apesar de dono da terra, não

---

2-Nesta fase são recuperados as discussões clássicas sobre a diferenciação social segundo Kautsky, Lênin. Estes autores consideram que a expansão do capitalismo no setor agrícola, promove uma polarização do acesso à terra: de um lado forma-se grandes proprietários e do outro, pequenos produtores empobrecidos. Resultando numa fase posterior na completa proletarização do pequeno produtor, eliminando assim com as propriedades pequenas.

domina o processo de produção. Martins (1975) alega que interpretar a persistência do pequeno produtor como proprietário da terra e dos instrumentos de produção como um modo de produção pré-capitalista é efetuar a análise apenas do imediato, "da superfície da realidade social", mas que, uma análise que considera as contradições inerentes ao próprio processo de expansão do capitalismo, revela que a "expansão das relações de produção não se dá necessariamente em todos os setores da produção agrícola (...)" (idem, p.217), a presença do pequeno produtor indica, na verdade, que o capital não conseguiu apropriar-se da propriedade da terra, porém isto não impediu que ele se apropriasse do produto da terra através da renda da terra, processo que Martins denomina sujeição da renda da terra ao capital. Ou seja, o capital estabelece uma relação de dependência deste pequeno produtor em relação ao crédito bancário e aos intermediários, onde a propriedade é colocada como garantia dos empréstimos e a renda da terra é apropriada pelo banco através dos altos juros cobrados (idem, p.219).

Dentro das mudanças sofridas pelo pequeno produtor alguns autores apontam para a ocorrência de uma diferenciação no interior desta, para Sorj (1980), por exemplo, haveria não apenas a *diferenciação clássica ou vertical* de formação de empresas capitalistas e assalariados, mas também uma *diferenciação horizontal*, no sentido de que aqueles que possuíam terra de boa qualidade e recursos suficientes tenderiam a transformar-se em produtores tecnificados, consumindo máquinas, defensivos, fertilizantes, sementes selecionadas da indústria, mas com mão-

de-obra familiar. Mas para a massa de produtores pauperizada, sem tais condições iniciais, restaria o assalariamento no campo ou no centros urbanos, ou ainda a migração para as áreas de fronteira onde, a princípio, haveria a possibilidade de reproduzir-se com suas técnicas tradicionais. Aqui a fronteira pode ser vista como um espaço para a manutenção deste campesinato pauperizado.

No âmbito desta discussão a fronteira agrícola ocupou um papel de destaque. Velho (1976, p.49), por exemplo, ressalta que ela teve um importante papel no período de "transição" para esta modalidade de desenvolvimento capitalista, pois foram mantidos os mecanismos de "acumulação primitiva". Conseqüentemente, a "base camponesa" não foi totalmente destruída nem transformada, sendo mantida como "forma subordinada de produção e acumulação primitiva" e tem na fronteira o local para sua reprodução.

Graziano (1982, p.42 e 117), ao contrário, não considera a fronteira recente enquanto espaço disponível para a expansão da pequena produção. Segundo seu ponto de vista, o desenvolvimento do capitalismo no campo impôs uma grande mudança nesta região que passou a ser caracterizada pela grande propriedade, mas sem o papel produtivo com o intuito apenas de "reserva de valor".

Wilkinson (1986, p.17) nesta mesma linha considera que este fechamento da fronteira e o conseqüente bloqueio da expansão orgânica da produção de subsistência acabou por estimular a produção intensiva frente à extensiva, aliado, é claro, à questão do crescimento dos custos de transporte, armazenamento e distribuição nas fronteiras atuais.

A discussão sobre as transformações da fronteira agrícola requer um tratamento mais detalhado, incorporando as particularidades do debate acerca da fronteira atual, a Amazônia.

### 1.1 - Considerações sobre a Expansão da Fronteira Amazônica

O processo de transformação da agricultura empreendido nas regiões sul e centro-sul do país, a partir dos anos sessenta, provocou mudanças não apenas nas técnicas de produção, nas estruturas sociais, mas também no papel a ser desempenhado pela fronteira agrícola, ou seja, foi alterado a relação destas áreas com o restante da economia nacional.

No caso da Amazônia, a integração com o "processo geral de expansão do capitalismo no país" gerou situações específicas, em função, principalmente, das características muito particulares da região como a sua vegetação, clima, localização geográfica, entre outros. Assim, no que concerne às relações de produção observou-se que a tendência essencial deste movimento que é a generalização das relações de produção baseadas no trabalho assalariado não parece ter se transformado na relação dominante, apesar de constatar-se um relativo crescimento do trabalho assalariado temporário, conhecido na região como "farofa fria" (Sawyer, 1982). Verificou-se, igualmente, a generalização de diferentes relações, observando-se desde a manutenção de formas tradicionais da região como o "aviamento"<sup>3</sup> e a parceria, como o

aparecimento de regimes semelhantes ao da escravidão como aponta Turchi (1980).

Resulta deste processo de ocupação que a adção de estímulos via incentivos fiscais e creditícios atraíram o empresariado nacional e internacional para investimentos em terras na região, o que desencadeou um grande crescimento de um mercado até então inexistente, o mercado de terras, com características muito semelhantes ao das áreas já densamente povoadas. No caso de Rondônia, por exemplo, em um dos Relatórios de Avaliação da FIFE (v.2, julho de 1987, p.12) foi apontado que a terra agrícola no final do ano de 1985, nesta área apresentava um processo de valorização acentuado, em virtude da pavimentação da BR-364, com um volume de transações tão intenso quanto no centro-Sul.

Nota-se, porém, que as grandes propriedades que surgiram se destinaram, em geral, à pecuária ou simplesmente à busca de reserva de valor. As propriedades realmente tecnificadas constituíram-se em algumas poucas áreas como nos cerrados de Goiás ou nos pimentais do nordeste do Pará (Sawyer, 1982, p.20).

Em função desta formação de grandes propriedades e do afluxo de migrantes que chegaram nesta fronteira, registra-se a formação de muitos focos de disputa de terra, assim como a invasão de terras indígenas e de terras do Estado não incluídas nos projetos de colonização.

---

3-Este sistema generalizou-se na atividade de exploração da borracha, mas existe em grande parte dos tipos de produção agrícola, consiste na relação de dependência entre o produtor e fazendeiro que em geral é também dono do armazém onde são comprados os objetos essenciais ao trabalhador, como ferramentas, alimentos, roupas. O pagamento destes produtos é feito com a própria produção agrícola, quase sempre sem a entrada de dinheiro nesta transação. Tomando-se que estes produtos apresentam um acréscimo de preços muito maior que o da produção agrícola, o empregado ("aviado") acaba mantendo um "débito perpétuo" para com o "aviador". (Mahar, 1978; Cardoso e Mdeller, 1978; Millikan, 1988)

Outro fenômeno comum às áreas do Sul e Centro-Sul do país, que esta fronteira passou a experimentar, foi o acelerado crescimento dos centros urbanos, que pode ser explicado talvez, pelo fato da área rural não estar comportando o volume de migrantes que dirigiu-se à Amazônia, ou mesmo pelo tipo de atividade desenvolvida mais dependente de um suporte urbano. Isto levou alguns autores como Martine (cap.3, p.17) a afirmar que "o crescimento da fronteira é cada vez mais um fenômeno urbano" ou ainda como afirma Ozório de Almeida (cap.1, p.21) "entender a fronteira (...) implica entender também a sua dimensão urbana (...)".

Outrossim, observou-se, semelhantemente às áreas do centro-sul e sul, desenvolvimento desigual dentro das várias partes da fronteira: assim enquanto nos demais estados desta região predominou a formação de grandes propriedades, geralmente improdutivas, o estado de Rondônia se projetou pela existência de pequenas propriedades.

Em linhas gerais esta fronteira apresentou, com a integração à economia nacional através da construção de rodovias, modificações profundas além dos aspectos citados anteriormente, cabendo ressaltar os sérios problemas ambientais surgidos, os conflitos fundiários, a destruição da floresta e formação de grandes áreas de capoeiras, invasão de terras indígenas e de parques florestais. A implantação de vários projetos de extração mineral e vegetal trouxeram ameaças ao equilíbrio ecológico, destacando-se extração de madeiras onde o crescimento da

atividade foi espetacular sem a devida reposição de espécies, colocando em perigo as reservas de madeiras existentes.

Contudo a fronteira ainda representa uma área em que a pequena produção familiar conseguiu se expandir neste período de consolidação da modernização das técnicas agrícolas. Conforme destaca Sawyer (1983, p.26) a fronteira constitui ainda uma "espécie de refúgio daquelas populações que não podem ser absorvidas pelas estruturas arcaicas no campo ou pelas relações de produção capitalistas ou que não queiram se submeter à espoliação ou à exploração", apesar das grandes pressões sofridas pelo camponês na fronteira. Ozório de Almeida (1987) nesta mesma linha argumenta que "apesar da fronteira estar se fechando rapidamente, o enclosement das terras está ainda longe de ter se completado. Ao menos nas aspirações de milhões de migrantes que foram até lá, a fronteira ainda é o lugar onde podem trabalhar por conta própria numa terra que julgam ainda ser livre (...). Enquanto persistir esta aspiração, e alguma terra na qual realizá-la, a pequena produção agrícola continuará se reproduzindo na fronteira a despeito da penetração do capitalismo no campo nas regiões estabelecidas (...)".

Indubitavelmente a atuação do Estado foi decisiva para o processo de ocupação efetiva desta região, constituindo elemento característico distintivo em relação aos demais movimentos fronteiriços em função da intensidade de sua intervenção. Deste modo, a construção de estradas, a concessão de incentivos fiscais e, mesmo, o papel de orientador e controlador da expansão do fluxo migratório representaram realizações fundamentais para a

ocupação tomar o contorno atual. Alguns autores, como por exemplo, Cardoso e Müller (1978, p.8) alegam que, através do incentivo e direção do "Estado Autoritário", a expansão capitalista processa-se mediante a criação de grandes empresas, enquanto as formas de economia de subsistência, geralmente, são destruídas, restando à população prejudicada a submissão a formas de trabalho altamente espoliativas, que os autores classificam de "semi-servis, semi-humanos e semi-proletários".(idem, p.8); o avanço do capitalismo na Amazônia proporcionou a proliferação de uma variedade de formas sociais de produção: "desde formas compulsórias de trabalho até relações puramente assalariadas(...)".

Em linhas gerais, a participação do governo na fronteira amazônica apresentou diferentes estágios (conforme Mueller, 1983). Num estágio inicial, entre os anos de 1966-70, foram criados os incentivos e infra-estrutura para atrair investimentos privados. Para tal foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que tinha como objetivo propiciar uma "ocupação racional" da região. O segundo período engloba os anos de 1970-74, e constitui a fase de continuação dos esforços na construção da infra-estrutura de transporte e de crescimento do interesse pelos programas de colonização agrícola. Nesta etapa é instituído o Plano de Integração Nacional (PIN)<sup>4</sup>. A Colonização seria efetuada à margem da Transamazônica, sob a supervisão do recém criado Instituto Nacional de Colonização e

---

<sup>4</sup>-Em junho de 1970, pelo Decreto-Lei n.1106.

Reforma Agrária (INCRA)<sup>5</sup>. Determinou-se que as terras devolutas, situadas na faixa de 100 km de largura de cada lado da rodovia na Amazônia Legal, seriam de Segurança Nacional e destinadas à pequena propriedade.

O estágio seguinte iniciado a partir de 1974 é caracterizado pelo desencanto com a ocupação produtiva pelos pequenos agricultores. Já havia então sido realizado o levantamento dos recursos naturais pelo Projeto RADAM (Radar da Amazônia) e o país debatia-se em meio a uma crise mundial de petróleo, o que promoveu a certas restrições e mudanças de prioridades, sendo que o plano de infra-estrutura de transporte elaborado para a região privilegiava basicamente a construção de rodovias. Neste momento, a SUDAM concebeu a região enquanto fronteira de recursos minerais, vegetais e com grande potencial a desenvolver. Disto decorreu que o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia, criado para período 1975/1979, tratou a migração e a pequena produção da seguinte forma: "De maneira que essa massa de colonos espontâneos empreende a única e perigosa atividade que sabe realizar: a destruição da mata e o esgotamento do solo pela prática de paupérrimas culturas de subsistência, nos conhecidos regimes de lavoura intinerante" (p.13). Grandes projetos foram então estabelecidos: Jari, Carajás, Capemi, entre outros, assim como gigantescas propriedades de capitais nacionais e estrangeiros localizados, primordialmente, nas áreas de solos mais férteis, coincidindo assim com a opinião geral de que seriam necessários

---

5-Cuja criação data de 09/07/1970 através do Decreto-Lei n.1110.

vastos recursos e muita capacidade empresarial para viabilizar a agricultura na Amazônia<sup>6</sup>.

Dentro deste panorama da fronteira recente várias interpretações foram surgindo quanto ao seu papel na economia do país.

Existem aqueles que como Velho (1976) apontam o campesinato como elemento central na análise da fronteira. Segundo este autor o processo de expansão capitalista no país vem introduzindo a necessidade e a possibilidade de uma ocupação permanente da Amazônia, caracterizada pela predominância do campesinato. Observa que a presença camponesa constitui uma precisão no sentido de que o capitalismo, desde seus primórdios, se utiliza da agricultura como fonte de "acumulação primitiva". É correto, então, classificar este campesinato como "subordinado", completamente integrado ao mercado e com relevante papel na produção doméstica de alimentos. (1976, p.192 e 197)

Outros destacam em suas análises da fronteira o seu papel enquanto absorvedora de mão-de-obra e produtora de alimentos básicos. Martine é um exemplo desta corrente, apontando para a redução na capacidade da fronteira de absorver fluxos migratórios. Numa análise da ocupação fronteiriça como um movimento contínuo, toma o processo de avanço neste século

---

6-Sobre a política de Colonização para uma grande discussã. Para alguns autores, como Turchi (198., p.303) esta política constituiu "uma alternativa para justificar e legitimar a intervenção do Estado na manutenção da estrutura de apropriação e dominação vigente"; esta autora considera a colonização como uma opção conservadora, como forma de "válvula de escape" para evitar pressões demográficas e sociais em áreas carentes de Reforma agrária (...), tal como Ianni(1981) que a denomina "contra-reforma agrária". Para outros, as considerações sobre esta política repousam sobre a sua eficiência, assim restringem-se a análise ao âmbito do "modelo de desenvolvimento agrícola" contido em tais projetos e as condições com as quais ele se viabiliza. Fazem parte desta corrente os trabalhos de Dias e Castro, Ozório de Almeida, entre outros.

formado por "três fases ou ondas sucessivas" em períodos cronologicamente diferenciados<sup>7</sup>; a partir de uma diferenciação analítica de cada onda é obtido a justificativa para o que ele chama "encurtamento do ciclo de vida da fronteira", quanto à absorção de mão-de-obra excedente, que começou no Centro-Oeste, mas que atinge seu apogeu na Amazônia.

Ozório de Almeida (1987), ao ressaltar a velocidade da expansão do capitalismo na fronteira atual, salienta para a rapidez com que o processo de produção com base no trabalho assalariado vem avançando nestas regiões: "há na fronteira (...) uma modificação muito rápida na relação da agricultura com o capitalismo". Mostra ainda que já está ocorrendo na fronteira, na medida em que se acelera o progressivo fechamento desta aos pequenos produtores, uma generalização do problema fundiário existente nas áreas já ocupadas do país. Conclui, assim, por ironia que estas regiões que foram designadas para solucionar os problemas das áreas densamente povoadas passam a se deparar com aqueles mesmos problemas. Ilustrativamente, o processo crescente de consolidação da propriedade da terra acabou por provocar o crescimento desordenado do número de cidades na região amazônica, ao quais enfrentam o sério problema da carência de infraestrutura social.

Uma terceira corrente discute a aquisição das terras da fronteira com a função de "reserva de valor", isto é, os grandes capitais nacionais e internacionais estariam se apropriando das

---

7-Que seriam a marcha rumo ao Norte do Paraná, nos anos 40; o movimento em direção ao Centro-Oeste, nos anos 50 e 60 e, o fluxo na direção norte do país, Amazônia, na década de 70.

terras antes da tradicional posse pelo pequeno produtor. Graziano (1981) é um partidário desta interpretação e considera não existir mais "terras livres, terras sem dono que possam ser apossadas por "pequena produção de subsistência", o que ele chama de "fechamento de fora para dentro" - a ocupação estaria se caracterizando pela expansão da pecuária ou simplesmente para especulação.

No âmbito desta concepção, Sorj (1980), Mueller (1983), ressaltam a participação do Estado nesse processo, argumentando que as políticas adotadas na região, beneficiam claramente a ocupação direta das grandes empresas capitalistas, em detrimento da ocupação camponesa. Registra, porém, que essa ocupação não objetiva a utilização produtiva da terra, trata-se, em geral, da busca da valorização potencial da terra.

Uma outra corrente apregoa a tendência para o desinteresse da fronteira enquanto espaço de investimentos, resultando no direcionamento de recursos para a região sul e centro-sul do país. Não estaria acontecendo então uma integração da fronteira com o processo de crescimento do resto do país. (Rattner e Udry, 1987, p.28).

Sawyer (1982) em consonância com esta posição, afirma que em função das mudanças de caráter estrutural da economia brasileira, há a perspectiva de uma "reconcentração espacial" da produção agropecuária nas regiões desenvolvidas e no Centro-Oeste. Considerando, principalmente, que a agricultura ao incorporar o progresso técnico<sup>8</sup> leve a concentração regional, buscando cada

---

8-Este autor mostra que a agricultura depara-se com inúmeros obstáculos para se desenvolver na Amazônia, em virtude da falta de infra-estrutura, energia, assistência técnica, facilidade de financiamento, assistência

vez mais a proximidade dos centros consumidores e econômicos do país. Para o autor, a ênfase na produtividade em detrimento quase total da expansão da produção pela aquisição de novas terras levará a fronteira amazônica à predominância das "frentes especulativas" e à estagnação econômica.

Afora estas diferentes formas de caracterizar a fronteira agrícola recente, o fato concreto é que esta apresentou alteração no padrão de ocupação, conforme observa Schor (1991, p.238): "(...) o processo de incorporação de novas terras articulava-se à economia brasileira como um todo através da contribuição que dava à oferta agrícola e pela absorção de excedentes de mão de obra no campo. Pode-se afirmar que este processo, iniciado na década de trinta foi, de maneira geral, bastante bem sucedido até a fronteira noroeste do Brasil". As evidências das possíveis mudanças neste padrão de ocupação da fronteira serão pesquisadas com a análise do caso de Rondônia.

## 2. Uma Análise Sobre os Ciclos da Fronteira

Para se tratar da fronteira agrícola é preciso, primeiramente, conceituá-la. De início poderia se pensar a fronteira como o limite entre as áreas ocupadas com atividades agropecuárias e os espaços vazios. Por outro lado, este conceito não se adequa à realidade muito mais complexa das áreas de

---

educacional, saúde e habitação, além da carência de um mercado de trabalho organizado para promover o desenvolvimento da empresa capitalista e de fatores ecológicos que praticamente inviabilizam a utilização de tecnologias avançadas.

fronteira atual; para tal outras definições foram elaboradas. Ozório de Almeida (1987, p.XX) considera este espaço como "um processo de incorporação à Nação de uma área geográfica durante um período de tempo, tendo muitas dimensões diferentes e, sendo alterada pelos tipos de ligações que se formam com partes específicas do resto do país (...)" . Enquanto Sawyer com uma análise da dinâmica interna da fronteira e suas relações externas, adota a definição de um "espaço que oferece condições para a expansão de atividades econômicas antes não existentes, ou presentes em escala menor (...)", isto é, a fronteira é tomada como uma "área potencial" no sentido de condições.

E preciso salientar também quando da abordagem deste assunto, que o processo de ocupação do território nacional foi disperso e não contínuo, ao contrário de outras experiências como a dos Estados Unidos em que o processo apresentou uma suposta de uniformidade e linearidade. Nesse sentido, seria muito mais apropriado se pensar na ocupação do território nacional em termos de "espaços distribuídos como manchas móveis do que uma linha divisória que se desloca progressivamente" (Sawyer, 1983, p.2).

O processo de ocupação de espaços vazios no país vem sendo focalizado desde os trabalhos dos geógrafos Arthur H. Neiva e Leo H. Waibel, nos anos quarenta e cinquenta. Mais tarde, José de Souza Martins apresenta uma nova interpretação de conotação sociológica, apontando que a distinção fundamental se refere ao modo de apropriação da terra na fronteira. Para a análise dos movimentos de ocupação dos últimos vinte anos, autores como

Sawyer, Mueller vem apresentando interpretações alternativas que melhor refletem os acontecimentos da fronteira atual.

Neiva e Waibel desenvolvem considerações sobre as chamadas *zonas pioneiras*<sup>9</sup> e a questão principal para eles era a "cidade e a modernização que através dela se implanta"<sup>10</sup>. O primeiro autor focalizava os processos de colonização dirigida como a forma de incorporação da zona pioneira à zona "civilizada" do território nacional. Salienta que a colonização tem como objetivo último "deslocar a fronteira econômica paralela a si própria até atingir a fronteira política do país.

Aponta que este deslocamento pode-se dar de duas formas distintas: pelo processo chamado de *mancha de óleo* ou pela criação de novas *ilhas* de maior densidade demográfica nos grandes espaços vazios do território nacional (Neiva, 1955, p.107). No primeiro caso seriam criados núcleos de colonização na zona pioneira ligados à zona densamente povoada por vias de transportes, de forma a possibilitar o escoamento da produção agrícola destes núcleos. Com o crescimento de vários destes núcleos a fronteira econômica poderia deslocar-se "paralela a si própria, pelo simples adensamento demográfico da zona pioneira" (1955. p.262).

Waibel atentou para os aspectos ligados à "dinâmica geral da zona pioneira", considerada a região onde ocorrem as transformações do modo de vida no campo segundo padrões urbano-

---

9-Constitui as regiões despovoadas da fronteira econômica, ou seja, está entre a região dos grandes centros do país e as áreas totalmente despovoadas.

10-Martins, José S., 1975.

industriais. Deste modo, para constituir uma zona pioneira e necessário promover a mudança do padrão rural para padrões urbanos. Ressalta, todavia, que apenas o agricultor é capaz de realizar tal mudança, pois é por meio da atividade agrícola que é possível "intensificar e criar novos e mais elevados padrões de vida". De acordo com esta perspectiva, o progresso e o desenvolvimento são sinônimos de criação generalizada de centros urbanos. (1955, p.391)

Considera zona pioneira aquelas áreas onde a agricultura e o povoamento sofrem um processo de expansão muito rápido, do tipo que os americanos chamam de "boom" ou "rush". Neste fenômeno, segundo o autor, observa-se uma "alta vertiginosa nos preços da terra, derrubada de matas, construção de casas e ruas, formação de povoados e cidades quase da noite para o dia"<sup>11</sup>.

Quanto à estrutura econômica das "zonas pioneiras", Waibel salienta que no primeiro estágio de produção predomina o "sistema de queimada e da rotação de terras, mas num estágio seguinte a agricultura evolui para a "rotação de culturas, uso de arado, adubação do solo e estabulação do gado". Todavia, para que isso se realize, aponta o autor, é necessário a formação de mercados urbanos locais e estradas eficientes que possibilitem o escoamento da produção para os grandes mercados e para o exterior. No caso do "sertão" brasileiro (área em que não é terra civilizada nem mata virgem, em geral são aquelas áreas de ocupação escassa e esparsa), Waibel salienta que a existência de

---

11-Neste contexto, o café foi uma cultura que proporcionou o desenvolvimento de zonas pioneiras no norte do Paraná. Assim, o avanço deste produto propiciou um intenso afluxo de migrantes bem como o surgimento de cidades.

uma população culturalmente atrasada e de nível econômico muito baixo aliado a uma falta de mercados urbanos locais e infraestrutura de transporte satisfatória impossibilitou o desenvolvimento da peça chave do processo de colonização, ou seja, o pequeno produtor capaz de empreender uma "moderna paisagem cultural", tornando o primeiro estágio agrícola permanente.

Chamando a atenção para as relações sociais, Martins (1975, p.44) identifica como fundamental a descoberta de "quais são as relações sociais que tornam singular o sistema social na Zona Pioneira". Neste sentido, aponta que seria mais correto utilizar o conceito de frente pioneira que possui a "conotação de mobilidade espacial", ponto de partida para elaboração de uma "noção sociologicamente operacional na descrição dos fenômenos sociais próprios da zona pioneira".

Para Martins, conceitua-se frente pioneira como "um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado", ou onde ocorre a transição da produção de excedente<sup>12</sup> para a produção de mercado, caracterizando-se pelo prevalectimento da propriedade de terra e tendo como figura central o proprietário agrícola. Esta frente surge a partir da necessidade de expansão da sociedade capitalista e como tal instaura como "empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias, etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem,

---

12-Conceitua-se como produção basicamente para a própria subsistência, mas numa segunda etapa para o mercado, quando a produção excede às necessidades do produtor e sua família

financiam a produção e o comércio" (Martins, 1975, p.47). Tal frente avança sobre a chamada frente de expansão que se localiza entre a frente pioneira e a fronteira demográfica<sup>13</sup> e, é caracterizada, entre outros fatores, pelo predomínio da produção para a sobrevivência e a comercialização do excedente; pela inexistência de propriedade privada (a terra é apenas ocupada) e pela figura do posseiro. Em linhas gerais, Martins considera a frente de expansão a primeira etapa do processo de ocupação, a qual é, posteriormente, suplantada pela frente pioneira.

Para o estudo dos movimentos rumo ao norte e noroeste do país algumas interpretações alternativas se fizeram necessárias em função das características particulares deste processo. Sawyer (1982,1983) opõe-se as abordagens anteriores, defendendo o ponto de vista que "não existe ocupação demográfica sem atividades econômicas", a qual estava implícita na "dicotomia frente demográfica/frente econômica ou sua reformulação frente de expansão/frente pioneira". Segundo sua visão, as frentes demográficas estão sempre relacionadas a transformações econômicas (1982, p.4).

Tomando a fronteira como um espaço mais abstrato e geral, ele a define como "área potencial" e considera que os "surtos concretos e multifacetados de atividades que se desenvolvem no âmbito da fronteira são as frentes. Dado a organização econômica específica que cada frente assume, ela pode ser caracterizada

---

13-Limita a área habitada do país, mesmo que com pouca densidade demográfica, da área de mata virgem. No trabalho de Maibel ele chama a atenção para a questão de que a fronteira demográfica não coincide com a econômica no caso brasileiro e, coloca como ponto primordial o movimento da fronteira econômica de forma a sobrepor a demográfica e atingir a fronteira política (constitui os limites entre dois países)

como frente camponesa mercantil, frente garimpeira, frente capitalista agropastoril, entre outras".(Sawyer, 1983, p.4)

Discorda também das análises anteriores no que se refere à fronteira amazônica. Saliencia que a forma como foi se dando a ocupação nesta fronteira demonstra sinais inversos aos dos processos anteriores. Aponta que nessa região a "frente pioneira" tem avançado antes de ocorrer a formação da "frente de expansão". Desta forma, a terra estaria transformando-se em mercadoria antes de sua ocupação demográfica.

Defende que seria mais correto denominar as atividades que se desenvolvem na fronteira de "frente camponesa" e "frente especulativa". A primeira é considerada de caráter pré-capitalista, na medida em que a organização não é feita em função do trabalho assalariado e da geração de mais-valia, o que corresponde, em linhas gerais, à "frente de expansão". Representa "uma unidade de produção familiar que se dá mediante a combinação da força de trabalho proveniente, principalmente, dos próprios membros da família com a terra, produzindo parte para seu próprio consumo e outra parte apropriada por terceiros como excedente" (1982, p.5). Os representantes típicos desta fase de ocupação são os posseiros, colonos, pequenos proprietários, inquilinos e parceiros. Esta frente surge em função do crescimento da população excedente e ampliação dos mercados, tanto de demanda de alimentos e matéria-prima, quanto de sua extensão espacial (1983, p.18). A existência de terras disponíveis representa um foco de atração para esse contingente populacional; entretanto, depara-se com a questão da potencialidade das terras disponíveis que, em

geral, são de baixa fertilidade. Além disto, nestas frentes não existe exigência de vias de infra-estrutura de transporte desenvolvidas, pois são usadas apenas para a movimentação dos próprios migrantes e comercialização da produção excedente destes nos mercados da região.

A segunda frente corresponde às grandes áreas de terra adquiridas na expectativa de obtenção de lucros futuros; a terra não é "objeto de trabalho nem instrumento de trabalho", deste modo, não existe o "trabalho assalariado, o progresso técnico, mais-valia, produção social, entre outras características essenciais do desenvolvimento capitalista".(1982, p.6)

A existência de terras públicas ou apenas ocupadas são fatores fundamentais para viabilizar a existência destas frentes. No caso da Amazônia, as empresas tornaram-se proprietárias de vastas extensões de terras, mas com o intuito de angariar lucros futuros com a valorização da terra, o que indica que o capital está se apossando continuamente da terra, apesar de mantê-la inutilizada. Muito contribuiu para facilitar a expansão deste tipo de frente a existência dos incentivos fiscais e creditícios que foram proporcionados em virtude da crença generalizada de que a vocação natural da ocupação da Amazônia seria pela *pata do boi*. Dessa forma, Sawyer advoga que não existe a predominância de uma ocupação efetivamente capitalista, de geração de produtos para o mercado e mais-valia para os proprietários na fronteira amazônica.

A frente denominada de *capitalista produtiva* ficou estagnada na ocupação da região norte em função de questões ligadas à

infra-estrutura necessária, à produção mecanizada e ao mercado de trabalho. Assim, o uso de tratores, aplicação de produtos químicos, como fungicidas, inseticidas, herbicidas, fertilizantes e estimulantes além de colheitadeiras eram alguns dos instrumentos cuja utilização era contemplada, entretanto, uma série de problemas despontaram no campo da infra-estrutura de transporte, do abastecimento de energia, da infra-estrutura de distribuição de equipamentos e insumos modernos, da assistência técnica e de manutenção de equipamentos, da assistência financeira, além dos problemas ligados à infra-estrutura social e os fatores ecológicos que impossibilitaram o seu desenvolvimento na região. Na questão do recrutamento de mão-de-obra, uma séria deficiência repousa na inexistência na região de um mercado de trabalho local, enquanto a mão-de-obra trazida de fora demanda a construção de infra-estrutura social, o que muito encarece os projetos.

Conforme salienta Sawyer, uma frente capitalista necessita de rodovias suficientemente transitáveis para que se possa suprir de equipamentos, energia, insumos, peças de reposição, assim como para se realizar o escoamento da produção da área. Acontece, porém, que as estradas do Norte se mostraram de difícil manutenção, sobretudo, no período das chuvas. No tocante à distribuição de equipamentos e insumos modernos os elevados custos em função da distância das regiões fabricantes representam uma dificuldade adicional. A assistência técnica se torna outro problema de difícil solução na medida que o órgão encarregado de oferecer esta assistência, a EMATER, padece de diversas

deficiências dentre elas, o reduzido quadro de funcionários frente ao enorme contingente de pequenos produtores a serem atendidos, e a diminuta quantidade de veículos disponíveis e de combustível para realizar as visitas.

Pode-se enumerar, similarmente, os aspectos vinculados aos serviços sociais, ou seja, saúde, abastecimento de água, escolas que atuam no sentido de desestimular a permanência do colono na região. Vale também frisar a precariedade dos recursos naturais que agem de forma a dificultar o bom desempenho da agricultura, seja ela mecanizada ou tradicional, em função do processo de rápido esgotamento do solo.

Conseqüentemente, as condições necessárias ao desenvolvimento das frentes capitalistas parecem não serem encontradas nesta fronteira. Conforme ressalta Sawyer, "a exuberância da flora e fauna da Amazônia revelou-se hostil à agricultura moderna, os empresários estão redescobrendo as vantagens das áreas tradicionais e dos cerrados".

Neste estudo se pretende analisar o desenvolvimento da fronteira agrícola de Rondônia do ponto de vista da formação das frentes conforme as classificou Sawyer. Acredita-se que através das categorias aqui apresentadas é possível encontrar evidências das transformações processadas no padrão de ocupação da fronteira agrícola brasileira. É possível que a caracterização tal como exposta por Sawyer não se aplique integralmente ao caso de Rondônia, podendo-se identificar outras frentes específicas à região, mas se tal fato ocorrer fará parte integral da própria conclusão do trabalho.

## CAPITULO II

### IDENTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE FRONTEIRA

#### 1. Introdução

Nesta seção será tratado os movimentos de ocupação do espaço nacional através do referencial teórico da formação de frentes. Parte-se da divisão apresentada por Mueller (1992, p.13) das regiões do país em zonas de acordo com a incorporação de terras à agropecuária. Assim é apresentado dentro da área de ocupação mais antiga, duas zonas, o Sudoeste-Sul, que engloba os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (Zona A) e, o Nordeste, excluindo o Maranhão e Bahia (Zona B).

Em relação às áreas de fronteira, define-se o Paraná e Santa Catarina como região de "primeira geração de expansão fronteiriça" (zona C). A área do Mato Grosso do Sul, sul de Goiás e Distrito Federal (Zona D) é classificada como "área de segunda geração" de avanço da fronteira. Enquanto os estados do Mato Grosso, Rondônia, Pará, Maranhão e Bahia (Zona E) registram tal avanço mais recentemente, compondo o que se denomina "área de terceira geração".

Observa-se que a expansão da agropecuária no país em terras vazias seguiu, inicialmente, a ocupação de áreas mais próximas ao núcleo dinâmico da economia. Neste sentido, tomando como ponto de partida a quarta década deste século, constata-se o avanço da agropecuária para áreas ainda vazias da zona A, resgistrando-se

forte movimento para a região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, para o Rio Grande do Sul e para o oeste de São Paulo. No caso de Minas Gerais, a ampliação da área destes estabelecimentos foi de 5 milhões de ha entre 1950/1970 e, no Rio Grande do Sul aumentou em 2,4 milhões de ha a área de lavouras. (1992, p.13,14 e 15). Porém, a frente de destaque neste começo de século, ocorreu na zona C, destacando-se um grande movimento para o Estado do Paraná.

A partir dos anos 60, entretanto, a zona D torna-se proeminente, estimulada principalmente, pela atuação do Estado, que promoveu a construção da capital Brasília, da rodovia Belém-Brasília e, a formação de infra-estrutura básica de apoio à agropecuária. Cabe observar que o Centro-Oeste apresentou vários movimentos de ocupação em períodos cronológicos diferentes. Na década de sessenta, o avanço na região se deu rumo ao atual Estado do Mato Grosso do Sul, sul de Goiás e Distrito Federal.

Mueller salienta que o principal tipo de frente que se desenvolveu nestes casos foram as comerciais.

O movimento de frentes mais recente se deu rumo à zona E. Por volta da década da década de setenta, iniciou-se uma forte migração em direção ao norte da região Centro-Oeste, precisamente o Estado do Mato Grosso, o Estado de Rondônia, Pará, Maranhão e Bahia. Tanto os trabalhos de Mueller como os de Sawyer apontam o elemento distintivo das frentes que se espalharam nestas regiões: as modalidades de frentes predominantes neste período foram as frentes camponesas e as frentes especulativas dirigidas, principalmente, às áreas do norte do Mato Grosso e sul do Pará

(1992, p.15). A formação de frentes comerciais foram em número bastante reduzido, limitando-se ao caso das áreas mais setentrionais do Centro-Oeste (cerrado), que se caracterizaram-se pela implantação de programas especiais de estímulo à agricultura comercial e pela atuação de empresas de colonização privada que se disseminaram na região.

Mueller atribui às políticas federais importância ímpar na definição das diferenças entre a frente comercial formada nesta região e os casos anteriores, bem como o da chamada "frente especulativa". As políticas de preços mínimos, a de preços unificados dos combustíveis e, primordialmente, os programas especiais acabaram estimulando a concentração fundiária (no caso destes esta questão já estava determinada de início, pois a área dos lotes era de média e longa extensão)<sup>1</sup>. Nesse sentido, o autor chama a atenção para o fenômeno da interpenetração das duas frentes: a comercial e a especulativa, sendo que o estímulo ao desenvolvimento da primeira gerou a expansão da segunda.

A formação de frentes camponesas registrado na ocupação mais recente constituiu, segundo Mueller (1990) um esforço do governo federal, através da criação de programas especiais (como o FIN). Os modelos de colonização pública para a fronteira foram marcados pela tentativa de conduzir e disciplinar o assentamento de pequenos produtores sem recursos. Em particular, esses programas envolveram, principalmente, a área ao longo da rodovia Transamazônica, o atual Estado de Rondônia e alguns poucos no Estado do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Cabe destacar

---

1-A área média dos projetos incentivados no Centro-Oeste de 1966/1995 foi de 21.203 ha (Mueller, 1990, p.63).

que Rondônia constituiu na área de maior formação destas frentes, conduzindo à implementação da maioria dos projetos públicos voltados ao pequeno produtor mais carente.

A partir desta divisão dos movimentos de ocupação passa-se a comentar os principais movimentos de fronteira de forma a caracterizar as distintas frentes que se formaram.

## 2. Sobre a Fronteira Paranaense

A ocupação da fronteira do Paraná (pertencente a Zona C) pode ser dividida em várias frentes, com períodos cronologicamente distintos. Até 1930, o Estado era um grande vazio espacial, sendo que a ocupação efetiva fixara-se, basicamente, no lado leste. O avanço da fronteira norte iniciou-se pelo nordeste do Estado, conhecido na literatura como Norte Velho, direcionando-se para oeste formou-se o movimento chamado de Norte Novo e, em seguida, o chamado Norte Novíssimo. Concomitantemente, uma frente em direção ao sudoeste também foi se estabelecendo, promovendo-se, na década de 60, o encontro destas frentes de ocupação. Feres (1990, p.478) aponta para a existência de três fronteiras: fronteira tradicional, do latifúndio pecuarista, a frente do café e a frente colonial do minifúndio policultor voltado para o mercado interno. Este encontro e a interpenetração destas diferentes modalidades de ocupação representam, segundo ele, em última instância o modo de ocupação típico do Brasil.

## 2.1 O Norte Paranense

### 2.1.1 - O Norte Velho

Foi nesta região que o café começou a ser plantado no Estado, ainda no século dezenove (por volta dos anos cinquenta) com a transferência de alguns fazendeiros paulistas e mineiros<sup>2</sup>. A cultura cafeeira, nesta área, foi introduzida com as mesmas técnicas antes utilizadas nas regiões de origem, ou seja, em grandes propriedades (em São Paulo o tamanho médio da propriedade era de 480 ha) e com trabalho escravo (pelo menos a princípio). Posteriormente, com o advento da abolição, a principal relação de trabalho passou a ser a parceria e o colonato. Apesar dos estímulos, a expansão da produção nesta área só ganhou fôlego a partir do Convênio de Taubaté, em 1906<sup>3</sup>. Dados revelam que em 1924, esta região possuía uma área de cerca de 700 mil alqueires de café (CODESUL, 1978, p.54). Caracterizou-se por uma migração espontânea, no sentido de que não houve impulso do governo federal nem de empresas colonizadoras.

A formação de canais de comunicação com os principais centros econômicos não foi difícil de solucionar, considerando-se a proximidade com São Paulo. Realizou-se empreendimentos para a

---

2-Vários foram os fatores citados que desestimularam a cafeicultura no Vale do Paraíba: desde sinais de esgotamento dos cafezais já velhos da região, como pelo crescimento do interesse pela pecuária. Enquanto isto, nas novas terras do Paraná, haveram fortes atrativos àqueles que pretendiam continuar na produção do café: preços da terra em patamares muito inferiores aos do Vale do Paraíba e do estado de São Paulo e solos com alta fertilidade.

3-Este convênio numa tentativa de limitar a produção determina cotas máximas de 50 mil pés de café para os principais estados produtores: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro. A saída encontrada pelos fazendeiros destes estados, que já estavam no limite da produção estabelecida, foi transferir-se para o Paraná, onde a produção era pequena e a possibilidade de expansão ainda significativa.

construção de uma rodovia ligando o norte a São Paulo. e no tocante à ligação ferroviária, esta era facilitada em função da linha Sorocabana ter chegado a Ourinhos. Desta forma, com a extensão de 29 km de trilhos (no período 1922/25) atingiu-se o município de Cambará (Fadis, 1981, p.88).

As Cias privadas de colonização tiveram presença nesta região a partir da década de 20, com a criação da CORAIN, 1923, empreendimentos individuais de Leopoldo de Paula Vieira, 1924 e Manuel Firmino de Almeida, com a Colônia Zacarias de Gois, sendo que tais empreendimentos possuíam 50 mil ha cada. Adicionalmente destaca-se a atuação das Cias "Brazil Tokushoku Kaisha" e a "Nambei Tochikubushiri", de capital japonês, visando o assentamento de migrantes japoneses. Estas, entretanto, exerceram pouco impacto na ocupação da região. No caso destas Cias japonesas registrou-se formação de pequenas propriedades, dotação de assistência técnica, médica e até financeira aos migrantes, tendo na cultura do café e algodão as principais atividades. Destas iniciativas resultaram a criação das cidades de Primeiro de Maio e Sertanópolis no caso das Cias nacionais e, Assaí e Uraí das colônias japonesas.

O arrendamento, a parceria e o uso de mão-de-obra assalariada caracterizaram as relações de trabalho nesta área. Apontando para esta questão, Fonseca (1980, p.38) considera as condições de pagamento e o grau de exigência na compra do lote os grandes obstáculos à aquisição de terra pela maioria dos migrantes, gerando assim um pequeno número de proprietários na região.

Porém o processo nesta região (Norte Velho) não constituiu no exemplo mais notório de modalidade de ocupação desta fronteira, conforme bem coloca Padis (1980, p.90) o "episódio mais notável no processo ocupacional das terras norte-paranaense foi, sem dúvida alguma, o empreendimento realizado pela Cia Melhoramentos Norte do Paraná", na área conhecida na literatura como Norte Novo.

### 2.1.2 Norte Novo

Esta frente apresentou características muito distintas da frente anterior, pois foi uma ocupação liderada pela atuação de companhias colonizadoras, de forma planejada e dirigida. Na verdade, representou a "primeira experiência de colonização dirigida, através de empresas imobiliárias particulares" (Feres, 1990, p.473). Nesta região o café desenvolveu-se em pequenas e médias propriedades (sendo raras as propriedades com mais de 300 ha) com "policulturas", em regime de trabalho de tipo familiar. Conforme aponta a literatura, o "destaque na expansão dessa região e transformação em frente pioneira dinâmica foi a atuação da CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná)" (CODESUL, 1978, p.61).

A região se beneficiou entre outros fatores do esquema de proteção ao café no que tange a garantia de preços. Recebeu migrantes de São Paulo que traziam toda a experiência na cultura cafeeira (Fonseca, 1980).

### 2.1.3 O Norte Novíssimo

O chamado Norte Novíssimo configura uma expansão da cultura cafeeira. Esse movimento data da segunda metade dos anos quarenta, e se distingue das frentes anteriores do Estado pela formação de graves problemas de conflitos de terra.

A própria Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), adquiriu uma pequena porção de terras, de aproximadamente 70 mil ha de terceiros, mantendo o mesmo padrão de ocupação que ela desenvolveu no Norte Novo. A atuação das Cias, a partir dos anos 50, nesta região foi no sentido de estimular a atividade da pecuária de corte.

A migração que consubstanciou esta frente não foi de paulistas e mineiros produtores de café, mas sim de pequenos produtores gaúchos e catarinenses.

Cabe observar que o solo nesta parte do Estado não oferecia boas condições à lavoura, com faixas de terras arenosas, excessivamente permeáveis ao ar e água, inconsistentes e com pouca resistência à erosão (...)" (Fonseca, 1980, p.25).

Esta área compreende a cidade de Maringá, formada pela CMNP, em 1946, com o objetivo de se tornar a capital da região mais ocidental de terras da Cia. Também destacam-se nessa área as cidades de Cianorte (1953) - criada para ser capital regional (como Londrina e Maringá) - e a cidade de Umuarama (1955).

Conforme aponta Feres (1990, p.473) "nesta área inicia-se as grandes questões de roubos de terras (as grilagens) e de conflitos entre Cia Colonizadora, colonos e posseiros habitantes

das áreas a serem colonizadas". Sendo chamada, juntamente com a ocupação do oeste, de *terra da violência* (grifo do autor).

## 2.2 Forma de Ocupação

Num primeiro momento, antes das iniciativas de colonização, predominava no Estado, até o começo do terceiro decênio desta século, o sistema de concessão de terras. Houve a formação de grandes concessões, no norte, oeste e sudoeste do Estado, em favor de Augusto Loureiro, Corian & Cia, Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, James Terry, Leopoldo de Paula Vieira, Percy Allen e a Paraná Plantation Ltda. Era exigido que fosse feito o assentamento e construído a infra-estrutura nas áreas concedidas, num prazo não superior a dez anos, sob pena de devolução das terras aos domínios do Estado.

No Norte Velho como já comentado, predominou, num primeiro momento, a grande propriedade. O preço da terra não era acessível e os critérios exigidos pelas Cias altamente rígidos, predominando assim um pequeno número de proprietários e um grande grupo de arrendatários, parceiros e assalariados.

No Norte Novo, a aquisição de terras pelo migrante foi por via de compra de pequenos lotes junto a Cia privada de colonização. Esta concessão, entre outros fatores, destaca-se pela aquisição de um enorme espaço geográfico, o que englobou um número surpreendente de colonos e pela organização interna do empreendimento (Fonseca, 1980, p.40).

A formação da Cia partiu da iniciativa de um grupo de investidores ingleses que buscavam novas terras para a plantação

de algodão<sup>4</sup>, de forma a suprir as indústrias têxteis da Inglaterra. Entre 1925-1928, o grupo adquiriu 515.017 alqueires (1.246.341 ha)<sup>5</sup> entre os rios Paranapanema, Ivaí e Tibagi, na melhor porção de terra do Estado. O objetivo inicial de cultivar algodão fracassou<sup>6</sup> e a empresa para se ressarcir do prejuízo cria um projeto imobiliário. Assim a "Brazil Plantations Syndicate Ltda" desapareceu ainda em 1925 para ser criado a "Paraná Plantations Ltda" que tinha como subsidiária no Brasil a "Cia. de Terras Norte do Paraná". O grupo inglês permaneceu na direção até 1944, quando efetivam a venda para um grupo de empresários paulistas<sup>7</sup>, os quais inclusive, já estavam bastante familiarizados com a Cia e, mantiveram o processo de colonização nos moldes fixados pelos ingleses<sup>8</sup> e ainda, diversificaram suas atividades (compra de fábrica de cimento, controle acionário da Empresa Elétrica de Londrina), o que exigiu a mudança de nome da empresa que passou a chamar Cia de Melhoramentos Norte do Paraná.

O grupo inglês realizou a compra da Cia Ferroviária São Paulo-Paraná, em 1928, com o intuito de estender a linha que já

---

4-Produto que a Inglaterra comprava do Sudão, cuja situação política não estava muito tranqüila na época, ameaçando o abastecimento desta importante matéria-prima.

5-Segundo Padis (1980, p.91) esta área corresponde a "décima-sexta parte da área total do estado".

6-Entre os fatores apontados para o fracasso estão as condições no mercado internacional que não concortavam investimentos em culturas de grande escala com o algodão e carência de mão-de-obra regional.

7-Este grupo foi formado por Gastão Vidigal, Gastão Mesquita Filho, sendo este primeiro acionista da Cia Ferroviária São Paulo-Paraná.

8-São apontados vários motivos que levaram os ingleses a dispor da Cia de Terras Norte do Paraná, alguns alegam que o governo brasileiro, durante a guerra, por medida de segurança, proíbe a propriedade de terra a estrangeiros. Outros argumentam que foi uma exigência do governo inglês de retorno compulsório de capitais aplicados no exterior, em função dos gastos de guerra. Muller (1956, p.79), por outro lado, aponta que a venda pode ter sido realizada devido a pesados impostos cobrados sobre capitais estrangeiros.

havia chegado à Cambará para a região das glebas. Em quatro anos, os trilhos já atingiam Jataizinho<sup>9</sup> e, logo depois, Londrina (1935), Apucarana (1937) e Maringá (1947). Aliado a isso, houve um forte investimento na construção de rodovias ligando a região a São Paulo.

Sobre o ritmo imprimido por esta empresa, Cambiaghi (1952, p. ) destaca que "a via férrea atravessava a floresta, bem além dos últimos pontos habitados". É pertinente salientar que a Cia usava esta medida como fator promotor da valorização dos lotes e, o fez com tamanha intensidade que "nenhum colono se encontrava a mais de 3 km de qualquer estrada" (Cambighi, 1952, p.86)<sup>10</sup>. Observa-se que tanto sob a direção inglesa, sob a do grupo nacional a atividade no setor de infra-estrutura de transporte foi intensa. No período de 1930-1944, época da direção inglesa, a ferrovia avançou 64 km (Londrina a Apucarana) e foram construídos 1.488 km de estradas. Entre 1945-1950, quando a Cia já pertencia ao grupo paulista, teve lugar uma expansão de 72 km da ferrovia, chegando à cidade de Maringá e a abertura de 1.506 km de estradas.

A Cia atuou na colonização (planejando, loteando e vendendo os lotes); construção de estradas de ligação com os principais mercados consumidores do país, como também estradas vicinais (ligando os lotes aos núcleos de povoamento formados) e, na

---

9-Para a expansão da ferrovia pelo interior das terras concedidas pela Cia fazia-se necessário a construção de uma ponte sobre o rio Tibaji. Este empreendimento durou dois anos e só em 1943 os trilhos chegaram a Apucarana (Padis, 1980, p.91).

10-Foram construídos, entre 1929-1935, 3.615 km de estradas (Miller, 1956, p.77).

formação de muitas cidades importantes na região (Fonseca, 1980, p.44).

Precedeu o processo de venda dos lotes e assentamento de migrantes, um estudo topográfico da região. Em seguida, formou-se pequenas propriedades, divididas de tal forma que em todos existia uma área mais elevada (espigão) que se destinaria à plantação da lavoura de café, uma área mais baixa em que havia espaço para a casa, o pasto e o pomar, sendo que cada lote era servido com água. A dimensão dos lotes era pequena, em torno de 24, 36 até 48 ha. Consta que a administração inglesa vendeu 9.725 lotes, de 1930-1944, o que representava 27,7% do total. Enquanto o grupo paulista, de 1944/1954, empreendeu a venda de 17.372 lotes (49,59% do total), no período pós-guerra a cultura cafeeira ficou aquecida em função das condições estimuladoras, promovendo um forte aumento da procura por lotes para desenvolver esta lavoura (Fonseca, 1980, p.50).

Além disso a Cia realizou empreendimentos na área de infraestrutura essencial à fixação do migrante ao lote, tais como, construção de sistema de água, esgoto, instalação de luz elétrica, serrarias, máquina de beneficiar café (grupo inglês), bancos, fábrica de cimento, construção civil, agropecuária (Idem, p.45).

A compra dos lotes rurais era efetuada a prazo, a entrada (30% do total da dívida, sendo 10% à vista e 20% depois de sessenta dias) mais parcelamento de quatro anos (fim do primeiro ano 10% do total e, no segundo, terceiro e quarto ano parcelas iguais de 20% do total), com juros de 8% ao ano. A Cia assegurava

a garantia da documentação, ponto considerado importante para o sucesso do empreendimento. no sentido de que este procedimento inibiu a formação de conflitos de terra, fenômeno constante nas regiões de avanço de "frente pioneira". Ao pagar os 30% iniciais, o comprador recebia uma "escritura de compromisso de venda" e ao final do pagamento era lavrada a escritura definitiva de compra e venda do lote. Segundo Fonseca (1980, p.54), o preço do lote era um montante que um bom plantador de café poderia obter em apenas quatro anos de plantio.

O chamado Norte Novíssimo, além da iniciativa da CMNF em uma pequena extensão, contou com atuações governamentais de estímulo à ocupação como também iniciativas de Cias privadas de colonização (consta que no Norte Novo e nesta parte do Estado atuaram em torno de 25 Cias colonizadoras).

Assim, foram criadas, a partir de 1939, pelo governo as Colônias de Içara (1941), Jaguapitã (1943) e Centenário (1944) ao norte e, mais a oeste a Colônia de Paranavaí. Nas duas primeiras colônias, predominaram lotes pequenos, enquanto na segunda registraram-se lotes pequenos (48,4 ha a 193,6 ha) e grandes chegando até 500 ha, em áreas onde havia escassez de água e de estradas.

### 2.3 Estrutura Fundiária

Como já anteriormente mencionado a posse da terra no norte paranense se deu em médias e pequenas propriedades policultoras. Assim, observa-se que a área média dos estabelecimentos em 1960

no país era de 74,9 ha, enquanto no Paraná ela era de 42,3 ha e no norte do Estado ela se situava em nível ainda menor, 34,5 ha (Ver Tabela 2.1 a 2.1 no Anexo 1).

Com base nos dados do Censo Agropecuário, registra-se que durante os trinta anos em que a região norte do Paraná foi considerada fronteira agrícola, 1940/1960 houve um crescimento do número das propriedades de até 10 ha em relação ao total. A maior proporção, entretanto, se concentrou nos estabelecimentos de 10 a 100 ha, exceto na década de sessenta, quando as propriedades com menos de 10 ha assumem a dianteira (indicando uma redução do tamanho das propriedades, já que em todos as demais categorias de tamanho houve redução no número). Os estabelecimentos com mais de 1.000 ha constituem em número uma proporção insignificante do total.

Os lotes demarcados possuíam em geral dimensão inferior a 50 ha. Segundo os dados do Censo esta categoria foi a que mais cresceu ao longo das três décadas. As propriedades entre 10 a 100 ha, predominaram, congregando, em 1950, 72% do número de estabelecimentos e 34% da área total.

E pertinente salientar que essas oscilações nos tamanhos dos estabelecimentos nesta frente tem relação com o fato do processo de ocupação ser em etapas, ou seja, primeiro o Norte Velho, depois o Norte Novo e mais tarde o Norte Novíssimo. Nos anos sessenta, a primeira fronteira citada já tinha sido ocupada, enquanto o processo de ocupação ainda se expandia no segundo e nas áreas do Norte Novíssimo.

### 3.4 Conflitos de Terra

Afora estar se ressaltando o sucesso da ocupação realizada pela CMNF quanto ao assentamento e, principalmente, a inexistência de questões de terra nas áreas por ela colonizada, não constitui esta situação uma unanimidade por todo o Estado. Consta que tanto o Estado quanto as Cias. particulares não obtiveram sucesso no processo de ocupação da fronteira paranaense.

A região vivenciou num período de trinta anos, 1930-1960, graves e sangrentos conflitos de terras, os quais foram tomando dimensões muito maiores com o passar do tempo, com grupos de grilagem mais equiparados (documentos de titulação falsos, além da formação de verdadeiras tropas de pistoleiros para expulsar os posseiros dos lotes) e na maioria das vezes com apoio de agentes governamentais.

A existência de posseiros novos e antigos tanto nas áreas colonizadas pelo Estado como pelas empresas privadas, gerou a contenda pela regularização da posse da terra, com resultados quase sempre de perda de direito pelo posseiro. A valorização das terras do Paraná estimulou a grupos de aventureiros (representando interesses de organizações comerciais dispostas a criar tais grilos) a disputar terras na região, aproveitando-se inclusive da existência desses conflitos. O próprio governo federal teve grande papel nesta questão, na medida em que possibilitou a conquista de terras por políticos com tamanha

intensidade que estes ficaram conhecidos na região como os "papas-terras" (Feres, 1990, p.485).

Formaram-se, assim, por volta de vinte áreas de conflitos no Estado, entre os anos 40 e 50, todas com área superior a 10.000 ha, sendo os mais importantes: Reconquista, Corumbataí, Ubá, Bandeirantes, Boa Esperança, Pirapó, Barra Bonita, Ribeirão Vermelho, Barra de Tibají, Tigre e Pontal, Rio das Cinzas (Fonseca, 1980, p.62).

No norte, principalmente, na região do Norte Novíssimo, formaram-se dois grandes pontos de conflito: Jaguapitã e Porecatu (1946), com elevados índices de violência, envolvendo posseiros, os chamados "papas-terra" e o próprio governo do Estado. Mais tarde, em 1948, surge na região de Campo Mourão um outro foco de conflitos, na colônia criada pelo governo estadual, em função da atuação de "pistoleiros" a serviço de imobiliárias, que tentavam impedir a compra de lotes por pequenos posseiros da região, reservando-os como fonte de especulação ou para "protegidos políticos do partido do governador" (Feres, 1990, p.488).

Outros conflitos foram disseminando-se no Paraná, na região oeste e sudoeste envolvendo os posseiros tradicionais, pioneiros imigrados, as empresas colonizadoras e o Estado. Todos foram marcados por grande violência, com as perdas pesando sobre os ombros de posseiros e pequenos sitiantees, os quais à medida que viram repetir-se continuamente o desenlace desfavorável começaram a se preparar e organizar-se para a luta. O resultado destas batalhas foi, de maneira geral, surpreendente dado que venceram

os pequenos produtores e posseiros, fato que se comprova na análise da estrutura fundiária do Estado nos anos sessenta.

### 3.5 Fluxo Migratório

Os migrantes que chegaram inicialmente para o norte paranaense, no século passado, foram fazendeiros mineiros e paulistas que traziam consigo escravos para abrirem as lavouras.

Inicialmente, a migração para o norte novo, porém, contou com colonos ligados à plantação de café em São Paulo, e paralelamente com imigrantes estrangeiros, sobretudo entre 1930/1937, quando eram predominantes. No período de 1930-1944, os brasileiros representavam a maioria, 61,3% do total. Por outro lado, na fase 1944-1974, quando a administração estava a cargo de brasileiros, os migrantes nacionais somavam 87,2% do total (Fonseca, 1980, p.49)

A Cia empreendeu uma forte campanha de divulgação, em jornais de São Paulo e Minas e através de corretoras no exterior<sup>11</sup>, exaltando-se a excelente qualidade do solo do norte paranaense e as condições de colonização por ela implantadas (Fonseca, 1980, p.46).

A venda do lote era facilitada pelo parcelamento e era fornecido transporte e assistência para o assentamento inicial.

Entre os migrantes nacionais destacam-se os paulistas, mineiros, fluminenses e, dentre os estrangeiros, alguns vindos de seus países de origem lá mesmo compravam o seu lote, outros eram

---

<sup>11</sup>-Fonseca, 1980, p.46.

descendentes como japoneses e italianos de São Paulo, poloneses do sul do Paraná e alemães de Santa Catarina.

Estima-se que migraram para esta área, durante os anos quarenta, em torno de 288 mil pessoas. Dessa forma, a população que em 1940 correspondia a 327.026 hab passa a 2.264.811 em 1960. Em termos de taxas de crescimento, durante as três décadas em que foi intensa a absorção de mão-de-obra nesta região, os índices percentuais foram de 11,0% a.a, entre 1940-1950, 9,3% a.a, entre 1950-1960 e 3,4% a.a, entre 1960-1970 (este declínio na década de sessenta é fruto do avanço da frente para o oeste). (Ver Tabela 2.4 bo Anexo 1)

É evidente que as dificuldades enfrentadas pelos migrantes eram numerosas, as estradas de rodagem ficavam praticamente intransitáveis durante períodos de seca devido as nuvens de poeira que se formavam, enquanto nos períodos de chuva eram os lamaçais que quase impediam o tráfego. Mesmo a ferrovia levou muitos anos para ultrapassar os limites de Apucarana, enquanto o fornecimento de energia elétrica foi uma dificuldade que levou vários anos a ser solucionada (mais precisamente, somente quando as linhas da usina Paranapanema foram estendidas ao Norte - CMNF, 1975, p.1.148).

É destacado em toda literatura a respeito desta frente, entre outros pontos, a capacidade de absorção e fixação do migrante. O tamanho das propriedades, a forma de pagamento das parcelas foram indubitavelmente fatores essenciais, porém outros também contribuíram, como por exemplo o caráter absorvedor de mão-de-obra da cultura cafeeira, a impossibilidade de mecanização

da sua colheita ou seu potencial de iniciar o desenvolvimento de atividades urbanas, incentivando muitos migrantes a buscarem as cidades.

Em termos de relação de produção, nesta frente predominou a mão-de-obra familiar, ou seja, o proprietário com seus familiares realizavam todo o trabalho agrícola. Contudo a figura do parceiro (colono) foi também muito importante, sendo levantadas várias hipóteses para explicar o crescimento surpreendente desta categoria. As especificidades da cultura cafeeira constituíram um fator, na medida em que eram contratadas famílias para iniciar a lavoura. Consta que os migrantes desprovidos, inicialmente trabalhavam em algum lote formando lavoura na condição de arrendatário ou parceiro para obterem recursos suficientes para dar entrada no seu lote. Mas, o contínuo fluxo migratório para a região acabou aumentando a oferta de trabalhadores muito além da demanda, valorizando as terras e tornando quase impossível a aquisição do lote por este tipo de migrante (Fonseca, 1980, p.83). Mesmo sem a disponibilidade de informações específicas para o norte, constata-se a importância desta categoria e seu crescimento no estado como um todo. Assim, os parceiros e arrendatários que constituíam relação de trabalho de 13,8% dos estabelecimentos em 1940, apresentam uma queda significativa em 1950 (7,8%), para nos anos posteriores apresentarem tendência ascendente atingindo, em 1970 o percentual de 48,4% dos estabelecimentos (ultrapassando o percentual dos estabelecimentos tocados pelos próprios proprietários).

Para salientar a dimensão desta categoria nas propriedades do Paraná, observa-se que dos estabelecimentos de menos de 50 ha 97,3% eram explorados por arrendatários e posseiros, ocupando 63% da área total. No decorrer da década de 60, este fenômeno tende a se intensificar, com os arrendatários e parceiros passando a constituir 98,1% do número total das propriedades deste tamanho e 85,0% da área de todos estabelecimentos (Fonseca, 1980, p.85)

### 3.6 Produção Agrícola

Nos primórdios do processo de desenvolvimento desta frente, as fazendas que se formaram foram destinadas ao cultivo de café e eram de grandes extensões, exigindo um investimento grande em imobilizado: casa de colono, máquina de beneficiamento de café, entre outros. Com o avanço das lavouras do Norte Novo, a concorrência dificultou a expansão das lavouras desse tipo. Assim, já no começo da década de 40, predominava nesta região áreas com outras culturas em detrimento da cultura cafeeira. Conforme dados em Fonseca (1980, p.50), as lavouras correspondiam a apenas 10,8% da área, enquanto a categoria "área cultivável ou com outras culturas" ocupavam 58,3% do total.

A ocupação no início da colonização do norte paranense não assistiu ao predomínio da lavoura cafeeira, havendo uma diversificação de atividades destaque para a atividade madeireira<sup>12</sup>. Os ingleses estimulavam a policultura e não se

---

<sup>12</sup>-Consta que, no início da ocupação do Norte Novo, existiam cerca de 200 serrarias atuando na área (Fonseca, 1980, p.50).

mostravam adeptos da monocultura cafeeira<sup>13</sup>. Desenvolveu-se a cultura de milho, feijão, arroz, criação de suínos, além da exploração da madeira<sup>14</sup>.

Assim apesar do café se tornar a principal cultura da região a posteriori, os colonos se valeram muito do consorciamento com outros produtos.

Dados extraídos de Fonseca (1980, p.50) apontam que, em 1942, nas microregiões 278 (Norte Velho de Venceslau Brás), 279, 280, 281, a "área cultivável com outras culturas", com 29,2% do total, era superior àquela dedicada à cultura cafeeira (19,8%). Além disso, destaca-se o percentual de 51,0% do total ainda coberto por matas nativas.

Em 1950, o norte<sup>15</sup> produzia por volta de 3 milhões de saca de café, ocupando o segundo lugar na produção nacional. Porém, a produção das outras culturas era também significativa: 98,0% do algodão do estado era produzido no norte, 85,0% do arroz (sendo a quarta parte intercalada), 72,0% do feijão (com três quartos intercalados), 70,0% do açúcar de cana e 46,0% do milho (sendo um terço intercalado).

Registra-se porém que com a aceleração do crescimento do plantio do café (na fase do final da segunda guerra até a primeira metade década de 50), a região experimentou um desmatamento colossal (Fonseca, 1980, p.55), mesmo nas áreas

---

13-Consideravam a conjuntura interna e externa desfavorável (Fonseca, 1980, p.45).

14-Havia uma cláusula no contrato de compra que limitava ao colono a exploração da madeira apenas depois de pagar a primeira parcela de 30%.

15-Estes dados foram extraídos de Nicholls (19... p.35), delimita o Norte do Paraná de acordo com as zonas fisiográficas do Censo de 1960.

impróprias à cultura em função do perigo representado por possíveis geadas. Consequentemente, conforme ressalta o trabalho do CODESUL (1978, p.48 e 49), o café acarretou um "desmatamento total das reservas da região". Constata-se também que em 1940, 37,6% da área dos estabelecimentos estava ocupada com matas naturais, mas em função do ritmo da ocupação e utilização agrícola das terras, bem como pela falta de programas de preservação ou reposição, houve uma redução para apenas 8,2% do total na década de 60 (Fonseca, 1980, p.89 e 91).

O café continuou expandindo-se na região até o começo da década de sessenta<sup>16</sup>. Esse produto foi cultivado nessa frente em moldes diferentes dos até então utilizados: em pequenas propriedades que não comportavam atividades como o beneficiamento. Surgiu, então a figura do maquinista, que é empresário ligado ao beneficiamento do café<sup>17</sup>.

Em termos de produção, o Estado passa a contar 160 milhões de pés, nos anos iniciais da quarta década deste século, sendo

---

16-A situação do mercado do café constitui importante questão no entendimento do aumento acelerado da cultura deste produto no norte paranaense. A década de trinta coadunou com uma conjuntura de crise como também de mudanças profundas no modelo de desenvolvimento brasileiro, com a industrialização passando ao centro das políticas econômicas, em detrimento da agricultura. Em face das condições externas adversas e a encraxe produção nacional, o governo decidiu optar para impedir maior queda no preço do café, pela queima 14 milhões de sacas, em 1933/34 (o que representava quase metade da produção), proibindo também novas plantações. Porém, externamente, essas medidas provocaram retração da oferta e, consequentemente, elevação do preço em 33% em Nova York nos fins de 1934, tendência que se suavizou até 1936. Tal fator muito estimulou a produção paranaense. As condições internacionais continuaram favoráveis nos anos seguintes até a explosão da guerra, quando ocorre uma forte redução nas exportações, mas assim que a guerra termina ocorre um novo surto de produção que se intensifica até o final dos anos 50. Do lado interno, as condições continuaram propícias para o Paraná, que acabou saindo-se beneficiado pela imposição de cotas, em 1931, o que penaliza claramente as produções mineira e paulista. Quando da queima de café, em 1934, seguida de proibição de expansão da produção, o café continuou a expandir-se no Paraná (isto é, norte paranaense) de forma discreta. Depois da guerra, a produção paranaense disparava a nível nacional, mesmo porque o governo relaxou a proibição do aumento dos pés (Padis, 1991, p.113 a 123).

17-Esta atividade possuía diferentes categorias: dos empresários ligados à exportação ("estrangeiros"); dos que comercializavam no porto ("regionais"); pessoas ligadas apenas ao serviço de beneficiamento ("locais"); os "fazendeiros maquinistas"; "cooperativas mistas" (Fonseca, 1980, p.54).

que 118,6% haviam sido plantados no final da década anterior (99,8% estava na região norte do estado - Fadis, 1981, p.120). Esse crescimento foi de tal ordem que o norte do Paraná, tornou-se um "mar de café", conforme coloca Fonseca (1980, p.55), ocupando áreas propícias ou não à produção foram atingidas até partes destinadas a lavoura de subsistência do colono.

Segundo Fonseca (1980, p.52) a pequena propriedade "tende a ser mais eficiente e menos vulnerável à crise", pois o pequeno produtor se ajusta melhor em tais contingências desfavoráveis.

Quanto à ocupação pode-se observar que, a área da região norte foi sendo ocupada muito rapidamente a partir de 1940. Durante os anos 50, a taxa de ocupação (relação entre a área dos estabelecimentos e a área geográfica) registrou 69,8% em contraste com os 34,8% da década anterior. A área ocupada pelos estabelecimentos cresceu nos anos 40 em 124,8%, 274,4% na de 50 e, com uma ligeira queda em 60, quando os estabelecimentos aumentam a área em 97,3%.

Constatando-se a importância da cultura permanente nesta frente, observa-se que a área dedicada a tais culturas apresenta percentuais crescentes até o final dos anos 50, quando se inverte a tendência e a cultura temporária torna-se proeminente. É claro que a cultura permanente ainda constituía um segmento importante da economia do norte paranaense, como também se sabe que as culturas anuais desde o início foram cultivadas no norte, inclusive em consorciamento com o café. A partir da sexta década deste século, o café deixa de ser um produto atrativo interna e externamente, e a política do governo fundou-se na tentativa de

promover uma substituição desta cultura por outras mais rentáveis. Criou-se, então, no Paraná o programa GERCA (1962) de erradicação dos cafezais e o estímulo à produção de culturas voltadas à produção de óleos como também a pecuária (Ver Tabela 2.5 a 2.6 no anexo 1).

Assim, conforme dados para o período 1964/1968, as culturas de algodão, milho, amendoim, mamona, soja desenvolveram-se substancialmente na região, com o objetivo de fornecer, na região, as culturas destinadas à produção de óleos no âmbito do programa de estímulo do governo estadual para implantação de indústrias de óleo vegetal<sup>18</sup>. Neste período cresceu também a produção do feijão, do arroz, da cana-de-açúcar, do rami. A produção desta região continuou de grande importância para o estado como um todo, conforme se observa na Tabela 2.7 em Anexo.

A pecuária sofreu considerável desenvolvimento nos anos 60, sendo que 40% das áreas de lavoura de café foram utilizadas na criação de rebanho bovino (CODEPAR in Padis, 1981, p.111), localizando-se, principalmente, na região noroeste do estado (de Paranavaí em diante). Segundo Padis, no quinquênio 1964/1968, em torno de metade do rebanho bovino e a terça parte do rebanho suíno eram criados no Norte do estado.

O elevado índice de crescimento das pastagens plantadas revela a importância da pecuária na região. Em 1950, a área de pastagens plantadas constituía 3,8% da área total, em 1960 este

---

18-Em vários pontos do norte localizaram-se nesta época indústrias de produção de óleos, principalmente no Norte Velho (de algodão e milho), mas também em Londrina, Maringá, entre outras.

percentual amplia-se para 9,6% e, em 1970 registra-se um crescimento surpreendente de 30,8%.

### 3.7 Urbanização

As cidades foram, sem dúvida, um importante elemento na ocupação do Norte do Paraná e resultaram primordialmente da programação da Cia colonizadora, não surgindo, portanto, espontaneamente.

O planejamento da formação dos lotes urbanos pela CTNF definiu que nenhuma propriedade distar mais de 15 km de uma vila ou cidade. Além disso, foram delineadas de tal forma que a distancia de uma cidade para outra não ultrapassava de 12 a 15 km. Foram projetados também 4 núcleos regionais distantes 100 km um do outro: Maringá (expoente dos trabalhos da Cia. de Melhoramentos Norte do Paraná), Cianorte, Umuarama e Londrina (núcleo que constituiu a essência das atividades da CTNF)<sup>17</sup>.

O planejamento das cidades estabelecia que estas eram divididas em zonas destinadas ao comércio, indústria e habitações. Adicionalmente, projetavam-se áreas para a formação de sítios ("cinturões verdes"), visando abastecer a população das cidades. Estas áreas eram colocadas a venda na fase final, quando o povoamento rural havia sido realizado, valorizando assim estes lotes mais próximos às cidades.

---

<sup>17</sup>-Os lotes urbanos eram vendidos tal como as propriedades rurais, à prazo (financiado em 2 anos) com juros de 8% ao ano.

A Cia estava consciente da forte influencia que as cidades exerciam na valorização dos lotes, de modo que ela foi responsável direta pela fundação de grande número de núcleos urbanos, aproximadamente, 62 cidades de maior ou menor importância (Nicholls, 1970).

Quanto ao tamanho, os núcleos eram programados para apresentarem portes diferenciados: alguns foram reservados para serem de porte relativamente maior: Maringá foi projetada para possuir 14.633.471,00 m<sup>2</sup>, Cianorte 10.057.710,00 m<sup>2</sup>, Umuarama 8.847.486,00 m<sup>2</sup>, Londrina 3.250.196,00 m<sup>2</sup>, N. Esperança 3.131.600 m<sup>2</sup>, Mandaguari 2.522.712,00 m<sup>2</sup>, Rolândia 2.282.500,00 m<sup>2</sup>, Arapongas 2.282.500 m<sup>2</sup>, Terra Boa 2.112.600,00 m<sup>2</sup> (Fonseca, 1980, p.95).

No tocante a tais núcleos, ressalta-se o rápido desenvolvimento ocorrido. O caso de Londrina<sup>22</sup>, por exemplo, é bastante ilustrativo: do final dos anos 30 quando começou a prosperar até a década de 50, esta cidade já consistia numa espécie de "capital" do Norte, contando com uma população de 48 mil habitantes (1953), 900 casas comerciais, 500 pequenas indústrias (Testa, 1950, p.96). Outro significativo exemplo o de foi Maringá que se originou no final da década de 40, mas que em 1950 já possuía 300 casas comerciais, 23 escolas diversas, 3 hospitais, 4 bancos.

Para comprovar o grande papel que os centros urbanos tiveram nessa fronteira, basta analisar os dados do Censo Demográfico:

---

<sup>20</sup>-Esta cidade surgiu em 1931 como núcleo da Cia, em clera floresta, com prédios de madeira e tabuinhas para servirem de escritório da Cia, hotéis, etc. Inicialmente, foi chamada de Três Barras e mais tarde Londrina que significa "pequena Londres" (Fonseca, 1980, p.43, 44).

entre 1940-1960 o número de cidades no norte Paranaense com mais de 10 mil hab. era em número de 7, enquanto o leste do estado, de ocupação muito mais antiga, contava com 3 cidades dentro desta categoria<sup>21</sup>.

Cabe salientar que a exploração econômica desenvolvida no norte paranaense foi muito propícia ao crescimento dos núcleos urbanos. Na medida em que o principal produto cultivado, o café, possuiu características que estimulam atividades urbanas. Além de ser uma cultura permanente e de intenso uso de mão-de-obra, teve como consequência de ser cultivado em pequenos lotes, a comercialização e o beneficiamento efetuados fora do lote, onde surgiram várias figuras importantes no processo, como por exemplo, o maquinista (beneficiador e comerciante) que comercializava o produto nos centros de urbanos mais povoados, suscitando o surgimento de atividades bancárias e comerciais.

Observa-se, porém, que apesar deste notável crescimento das cidades, esta fronteira se caracterizou, primordialmente, pela concentração da população em áreas rurais, assinalando-se que entre 1940-1950 quase 70% do crescimento da população se deu na área rural.

### 3.8 O Sudoeste do Estado

Em termos de delimitação dessa área, alguns autores como Padis (1981) trabalham com o sudoeste e oeste como um todo, numa

---

21-As cidades na categoria de 5 mil a 10 mil hab., somavam no norte 19 e, entre as 10 maiores cidades de todo o estado, cinco estavam localizadas nessa região, a saber, Londrina, Maringá, Paranavaí, Araçongas, Apucarana.

área que vai desde os limites da produção cafeeira ao norte, às localidades de ocupação antiga do Paraná tradicional, totalizando 63 municípios e um percentual de 3,4% do total do estado. Segundo Feres (1990) e outros, o chamado sudoeste paranaense é formado apenas por 27 municípios e enquadra-se na delimitação adotada pelo IBGE a partir do Censo Agropecuário de 1970.

Esta área constiuiu no começo do século vinte um grande vazio demográfico, tendo nas atividades de exploração do mate e da madeira a ocupação de seus poucos habitantes. As tentativas de colonização empreendidas não obtiveram sucesso, entre outros fatores pelo isolamento e pela distância dos mercados. A sua ocupação efetiva data dos anos cinqüenta, e fez parte do programa criado por Getúlio Vargas denominado "marcha para o oeste". Foi ocupada, basicamente, por migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Numa tentativa de solução para o problema de sobrevivência desses migrantes decorrente da minifundização que foi ocorrendo nestes estados. O avanço desta frente "permitiu que os camponeses se reproduzissem por mais algum tempo", conforme relato do CODESUL (1978, p.84). A ocupação baseou-se no "trabalho familiar, na propriedade ou posse da terra e dos meios de produção" (CODESUL, 1978, p.84).

Não sofreu a atuação incisiva das Cias como no Norte Novo, sendo sua ocupação de caráter eminentemente espontâneo e até mesmo "desorganizada", visto que a aquisição da terra se dava pela transação com o morador nativo (cabloco) do direito de posse ou então pela simples ocupação de uma área vazia.

Sem o aparato criado pela CMNF, esta região foi assolada pela falta de infra-estrutura de transporte, assim como pela inexistência do planejamento de cidades, destacando-se apenas a formação de uma categoria de pequeno comerciante que realizava a venda de produtos necessários ao produtor e não produzidos por ele (açúcar, sal, ferragens, bebidas e querosene).

Os colonos a princípio ocupavam-se da coleta do mate, a partir do final da primeira década deste século, da suinocultura, praticada em regime primitivo, fenômeno conhecido como "porco alçado", (onde o animal fica solto no mato para se alimentar) que se expandiu na região. Além disso praticavam o cultivo para subsistência de culturas temporárias como arroz, feijão, amendoim, mandioca e milho (também usado como ração de porcos). Na plantação, em função da abundância de terras, utilizava-se o sistema de *pousio*. Sob este ângulo, estes habitantes primitivos eram praticamente "semi-nômades", visto que a fixação à propriedade adveio apenas com os colonos do sul.

A chegada dos migrantes sulistas não suscitou conflitos com os antigos colonos. Feres (1990) considera que houve até mesmo uma completa substituição da população, tamanha foi a intensidade da migração. Estes desenvolveram as mesmas atividades que realizavam no Rio Grande do Sul, baseado em atividades agropastoris efetuadas em propriedades de tamanho familiar, no que Fadis chama de "modelo de ocupação italo-germânico". Cultivavam, principalmente, trigo, batata, milho e frutas, além da criação de suínos e bovinos em pequena escala (Fadis, 1981, p.169).

Mesmo essa ocupação de gaúchos e catarinenses se deu durante a década de 50, sem intercâmbio com os mercados, com os colonos produzindo apenas para a sua própria subsistência. Tendo em vista que esses colonos possuíam poucos recursos financeiros, a infra-estrutura de transporte era precária e a presença constante de questões de terras com grileiros foram fatores que estimularam tal isolamento desta população. Somente a partir da sexta década deste século que esta região começou a se destacar economicamente, quando a infra-estrutura de transporte começou a ser implantada, tornando-se uma área importante na produção de gêneros alimentícios para o Estado.

As atividades dos migrantes sulistas geraram a expansão de atividades secundárias, alargou-se a rede de pequenos comerciantes, além do *bodegueiro*, o *comerciante atacadista-expedidor* (elo de ligação entre o produtor ao mercado consumidor) e o *caminhoneiro* (Feres, 1990, p.528).

No tocante à formação de núcleos urbanos, a produção de culturas de mercado interno desenvolvidas na região não favoreciam sua expansão. Portanto, até a quinta década deste século, a área não possuía sequer uma sede de município. Formaram-se apenas povoados, como Barracão, Santo Antônio do Sudoeste e Fato Branco, herança da extração do mate; e Dois Vizinhos, Pérola do Oeste e Chopinzinho onde florescia a produção de suínos.

Mesmo com o afluxo da população sulista o crescimento de centros urbanos não constituiu o ponto central desta frente. Ao contrário, sua população fixou-se basicamente no campo. O

percentual de população urbana que em 1960 era de apenas 17,9%, em 1964 alcança 22,9% e em 1967 este percentual cresce para 36,4% (dados apresentados por Feres, 1990, p.530, 531). evidenciando que a grande proporção de migrantes que vinham para a região estavam vinculados às atividades agrícolas e mais, do tipo familiar e eminentemente para a subsistência.

As propriedades que se formaram foram em média de tamanho pequeno. Conforme os dados, os estabelecimentos com menos de 25 ha representavam 72,9% do número total e 25% da área ocupada no ano de 1969<sup>22</sup>. Os estabelecimentos com 26 a 50 ha constituíam 17,8% do número absoluto e 17,4% da área ocupada, enquanto os estabelecimentos de até 50 ha somavam 90,7% em número e 42,5% em área. Em termos de área média esta frente obteve números acentuadamente inferiores aos do estado como um todo. No período de 1950-1970, o Paraná apresentou 89,8 ha, 42,3 ha e 26,4 ha e o sudoeste 139,9 ha, 30,5 ha e 20,2 ha, respectivamente. (Ver Tabela 2.3 no Anexo 1)

Os dados de população revelam o ritmo do processo de ocupação do sudoeste. Em 1950, período em que a região começava a receber o fluxo migratório mais intenso do sul, a população desta frente era de 85.940, saltando para 269.171 em 1960 e, 4 anos mais tarde atingia 425.700 habitantes<sup>23</sup>.

Esta área foi palco de uma sangrenta disputa de terra entre o colono imigrante e as Cias. Colonizadoras. Os distúrbios

---

22-Esses dados foram extraídos de Feres, 1990, p.521, 522, cuja fonte é o INDA/GETSOP (Grupo Executivo das Terras do Paraná). Este órgão foi criado para conduzir o processo de legalização das terras, a partir de 1961, após a resolução da disputa da área.

23-A fonte destes dados é INDA/GETSOP em Feres, 1990, p.530.

começaram em Pato Branco e Clevelândia no final dos anos 40, e culminaram com a luta aberta a partir de 1957, na gleba Missões, conhecido como a "Revolta dos Colonos do Paraná"<sup>24</sup>. Um resultado surpreendentemente favorável aos colonos resultou como saldo destes anos de disputas, impondo assim uma estrutura de pequenas propriedades transformando-se numa das "poucas frentes camponesas no Brasil" (Feres, 1990, p.472).

O processo de mudanças foi de ritmo acelerado, assim já no final da década de 70 e início de 80, os sinais de esgotamento do modelo de ocupação eram visíveis, o fluxo migratório, associado ao crescimento vegetativo dos colonos e à crise decorrente do processo de modernização geraram o fracionamento da propriedade. Novamente a experiência dos colonos do Sudoeste se mostra destoante do quadro estadual e nacional. A modernização tecnológica, a princípio, foi inserida no contexto das pequenas propriedades sem interferir na base familiar do processo de produção, não apresentando a expulsão de levas de colonos. O fenômeno de expulsão começou a se acelerar quando pesou sobre os pequenos produtores os investimentos necessários à adoção das técnicas modernas, ou seja, quando não mais existiam créditos subsidiados.

---

24-Esta questão iniciou-se no final do século passado com uma disputa entre governo federal e estadual pela área. Esta contenda envolveu não só a esfera institucional, mas atraiu o capital privado que aproveitou-se da situação para grilar as terras. Tal questão continuou sem solução pelas décadas de 40 e 50, com participação ativa do governo do estado, envolvimento de partidos políticos. Fezendeu-se em 1957 com pressões sobre os colonos, pelas cias privadas que disputavam as terras, para o pagamento dos lotes ocupados, sendo que muitos já haviam pago a posseiros ou à Cia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) - criada, em 1943, pelo governo federal para executar a colonização. Houve confronto de colonos com funcionários das Cias (agrizensores, corretores, jaguncos) que chegou a tal proporção que cidades foram ocupadas por colonos, escritórios das Cias invadidos e documentos destruídos. A situação só foi temporizada em 1961, com a desacrocriação das terras para a legalização (Feres, 1990, p.501 a 512).

### 3. "O Movimento Rumo ao Oeste"

Cabe ressaltar que não é dado o tratamento detalhado como no caso da fronteira anterior, primeiro destaca-se a pouca bibliografia que se teve acesso sobre este movimento, como também a complexidade desta fronteira, no sentido de que apresentou distintos períodos de expansão com características variadas.

Esta região pertencente ao segundo grande movimento de fronteira é formada pelos estados de Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e mais recentemente como resultado da divisão do Mato Grosso surgiu o estado de Mato Grosso do Sul<sup>25</sup> e do desmembramento do estado de Goiás surgiu o estado de Tocantins. Em termos físicos possui quatro regiões fisiográficas: grande área de *floresta tropical pré-Amazônica* no norte do Mato Grosso e Goiás, em cuja área foram desenvolvidos vários projetos de colonização no começo da década de 70; o *cerrado* que cobre quase 50% de toda a região (mais de 60% da área do estado de Goiás e 30% do Mato Grosso); planície Aluvial Inundada, o chamado *pantanal*, localiza-se nas áreas do sudoeste e nordeste do Mato Grosso e oeste de Goiás e constitui a principal região de criação de gado e finalmente, a área de *campos* localizada no sul do Mato Grosso apresentando os solos de excelente fertilidade, terra roxa, na área de Dourados (Goodman, 1978).

A primeira fase de ocupação desta fronteira foi condicionada pela existência de terras aptas ao cultivo. Dessa maneira, o fluxo migratório que se acelerou na quinta década deste século

---

<sup>25</sup>-Criado em outubro de 1977 pela Lei Complementar nº 31.

rumou para o atual estado do Mato Grosso do Sul, sul de Goiás e Distrito Federal, áreas onde a qualidade do solo era acessível às técnicas agrícolas tradicionais. Na década de 60, concluiu-se a ocupação destas áreas ao sul do Centro-Oeste. A parte central (cerrados) e a norte continuavam inexploradas e assim ficou até a primeira metade da década de 70. Esta última área é tratada por Mueller (1992) no contexto do movimento de fronteira mais recente - "área de terceira geração" - que além desta abrange os estados de Rondônia, Pará Maranhão e Bahia. Os estímulos à ocupação da parte norte vieram com as políticas de incentivo ao povoamento da Amazônia. Enquanto a região central (cerrados) só recebeu atenção com o fracasso das políticas para o Norte e depois que pesquisas desenvolvidas concluíram que a área poderia prosperar o cultivo arável adotando-se técnicas avançadas - mecanização e insumos modernos<sup>26</sup>.

Verifica-se a título de exemplo para o primeiro movimento migratório da região, que os estados de Mato Grosso e Goiás receberam um total de 1.108.762 migrantes durante as décadas de 50 e 60. Em termos de *migração líquida* (diferença entre entrada e saída de pessoas) para toda a região nos anos sessenta obteve-se o número de 717.365 pessoas; na década posterior contudo foi registrado uma queda de 24,6%, com elevado nível de saída de migrantes do Distrito Federal e do estado de Goiás. (Ablas e Vieira, 1989)

A migração para o Centro-Oeste origina-se de várias partes do país, das áreas pobres da região Nordeste, do Paraná quando

---

<sup>26</sup>-Coube à EMBRAPA desenvolver tecnologias para o cultivo dos solos ácidos dos cerrados.

esta fronteira começa a apresentar processo de saturação, dos estados vizinhos de São Paulo, Minas Gerais, como também do estado do Espírito Santo, das áreas pobres e suprepovoadas das propriedades dirigidas pela própria família proprietária e dos minifúndios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Goodman, 1978, p.307 e 308).

A população desta fronteira era de 2.942.992 habitantes em 1960, passando a 5.073.259 em 1970, com crescimento médio anual de 5,6% (percentual bastante inferior aos apresentados pelo norte paranaense no mesmo período de ápice da fronteira, como se viu anteriormente). Para a década de 70, fase de grandes incentivos e estímulos governamentais ao desenvolvimento agrícola da região, materializando-se na formação de vários projetos agropecuários, o crescimento médio anual foi ainda menor, 4,0% ao ano. (Ver Tabela 2.11 no Anexo 1)

Em linhas gerais, as características predominantes nesta região distinguiram-se daquelas do Paraná, havendo certamente uma maior atuação do governo federal, os solos apresentam qualidade inferior, bem como predominaram também as grandes e médias propriedades, as culturas temporárias e a pecuária desde o início foram predominantes em detrimento das culturas permanentes.

Esta fronteira não se caracterizou pela atuação de uma Cia privada como ocorreu no norte do Paraná, mas foram várias as formas de ocupação registradas: colonização do tipo espontâneo encontrada em todo o Centro-Oeste e, principalmente, na área do norte do Mato Grosso; através da criação de projetos públicos; esquemas privados e mais recentemente, passou-se a adotar a

forma de vendas de terras públicas<sup>27</sup>, além da presença constante de posseiros e grileiros.

Ao contrário da fronteira paranaense, o governo teve presença importante na construção de infra-estrutura necessária e na instituição de projetos de colonização, seja sob a forma de esquemas de execução do próprio governo ou sob venda de áreas para a implantação de iniciativas privadas. E esta presença e atuação do governo federal foi marcante em todas as fases de ocupação, isto é, desde a ocupação da área ao sul, mas primordialmente no processo de ocupação da área norte e central (estado de Mato Grosso) e na parte central (cerrado).

Desde os anos 30, o governo vem demonstrando interesse em ocupar a região, datando desta fase a aceleração da construção de estradas. Getúlio Vargas proclama a "marcha para o oeste" em 1938 e inicia a construção da rodovia Belém-Brasília no ano seguinte. O governo Kubistchek, na década de 50, inaugura esta estrada e constrói a capital Brasília, fatores motivadores da expansão do fluxo migratório para a região. Na década de 60, é criada a Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste que é sucedida em 1967 pela SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste).

A nível de projetos de colonização a expansão só ocorreu depois dos anos 40. Getúlio Vargas, em 1943, criou a Colônia Agrícola Nacional, em Dourados. Mas o corpo da atuação pública se deu através da implementação de vários projetos de empresas privadas (processo que se distingue muito do caso da fronteira de

---

27-Os leilões foram vistos como forma de estabelecer a legalização de posse da terra mais rapidamente.

Rondonia que será discutido a seguir, onde os projetos governamentais constituíram na principal iniciativa de colonização). Desta maneira, no começo dos anos cinquenta cerca de 20 projetos foram implementados, a maioria sendo posteriormente abandonada entre outros fatores pela deficiente infra-estrutura de estradas e falta de assistência técnica ao colono. A retomada da atuação pública se deu na década de 70, com a criação de vários projetos para exploração dos cerrados (Goodman, 1978).

Fode-se dizer que os projetos gerenciados pelo governo destinados a um público carente de recursos, foram em número reduzido na região, enquanto os de iniciativa privada que corresponderam a grande maioria, eram voltados para o migrante experiente no cultivo agrícola e com recursos suficientes para a compra do lote.

Na primeira fase de ocupação do Centro-Oeste (década de 50 e 60) o aumento no número de estabelecimentos foi de 99,9% na década de 50 e 59,0% na década seguinte, enquanto a área destes expandiu em 11,9% nos anos 50 e 51,7% nos anos 60, refletindo a intensidade da ocupação da região. Em termos de tamanho, a expansão das propriedades tanto em número como em área (ver Tabela 2.8 e 2.9) no Anexo 1) mostrou-se ascendente no tamanho até 100 ha, enquanto aquelas de mais de 1.000 ha apresentavam tendência declinante. Mesmo assim, os estabelecimentos de até 100 ha não chegaram a representar 6,0% da área total nestes anos, enquanto as propriedades de mais de 1.000 ha detinham 51,5% em 1960 e 68,0% em 1970 da área total dos estabelecimentos,

evidenciando um padrão concentrado de posse da terra. A área cultivada cresceu em termos absolutos em 757.600 ha na década de 50 e em 1.037.000 ha nos anos 60. Destacando-se em termos de cultivos os produtos de consumo interno, como arroz, algodão, milho, feijão e mandioca. De acordo com os dados do Censo, em 1950 as lavouras temporárias representavam 88,1% da área total dedicada à lavoura e, em 1960, 86,4%, subindo para 95,1% em 1970. (Ver Tabela 2.12 no Anexo 1)

A relação entre área explorada (lavoura, pastagens e matas plantadas) e área total revela um percentual baixo de exploração dos estabelecimentos ainda em 1980. (Ver Tabela 2.13 no Anexo 1)

Esta frente distintamente do norte paranaense desenvolveu a produção de culturas temporárias e a criação de bovinos. Esta última atividade já nos anos 50 ocupava o quarto lugar no ranking da produção nacional, participando com um percentual de 15,3%, em 1960 mantém-se no quarto lugar produzindo 15,8% da produção nacional e, em 1970 salta para a terceira posição (com percentual de 22,1% do total do país) ultrapassando, então, a região Nordeste. Cabe observar que a criação de rebanho bovino da forma como é praticado na região constitui uma atividade que demanda quantidade limitada de mão-de-obra, caráter concentrador de terras e nenhum estímulo ao aparecimento de núcleos urbanos, o que, impede o surgimento de outros tipos de trabalho. Conseqüentemente, é possível inferir que a grande proporção desta atividade nesta fronteira delineou-a como de reduzida capacidade de absorção de mão-de-obra (Fonseca, 1980, p.151).

Destaca-se que a área explorada como pastagem em relação a área explorada total, mesmo no período de grande expansão dessa região como fronteira agrícola, isto é, 1950/60, foi elevada, 97,0%, enquanto no caso de Rondônia que será analisado a seguir, este índice se situou em nível bem inferior, em torno de 67,0% na década de 70 (período de intenso fluxo migratório para esta região).

No tocante à propriedade da terra, o Censo de 1970 aponta que os proprietários representavam a principal categoria tanto em termos de área como em número de estabelecimentos, seguido pelos ocupantes (posseiros) que atingiram 8,0% da área e quase 20% do número das propriedades. Este alto índice de terras utilizadas por posseiros leva a conclusão que a questão da titulação da terra era precária, fato que explica conseqüentemente a erupção de vários focos de disputas de terra na região.

A partir da década de 70, a região sofreu um novo impulso de ocupação com a expansão das iniciativas de colonização privada na parte norte e no cerrado, estimulada por várias políticas estatais, especialmente, sob a forma de incentivos fiscais. Na área mais ao norte desta fronteira foram criados pela SUDAM vários projetos agrícolas, inclusive, voltados para criação de gado. Conforme salienta Goodman (1978) estas iniciativas contribuíram para aumentar a produção nacional, mas "representaram um padrão de colonização de fronteira altamente intensivo de capital e principalmente beneficiando grupos de renda mais alta com acesso a esta fonte de financiamento subsidiado".

Continuando sob esta orientação, produção como palavra chave e estratégia de colonização baseada em critérios de eficiência, foram criados o POLOCENTRO (Programa de desenvolvimento dos Cerrados) em 1975, PRODEFAN (Programa Especial de Desenvolvimento para o Pantanal) e o PRODEGRAN (Programa de Desenvolvimento da Região do Grande Dourados). Estes projetos fundamentavam-se na construção de infra-estrutura rural, criação de linhas de crédito especiais no intuito de formar a empresa rural, considerada a forma mais adequada para a exploração da fronteira, na medida em que promovem menores danos ecológicos em comparação com a prática primitiva. Exigia-se por parte dos proprietários adoção de técnicas modernas como mecanização e adubação.

Com tais incentivos, espalharam-se pela região projetos privados; somente na segunda fase da década de 70 foram criados 72 projetos privados no estado do Mato Grosso com área de 1.978.822 ha, com previsão de assentar 15.146 colonos (Mueller, 1990, p.58 e 59), tendo como área média lotes de 100 a menos de 250 ha.

Programas voltados para a pecuária mais tecnificada também foram criados pelo governo federal e acabaram impactando o Centro-Oeste na medida que esta atividade estava em franco desenvolvimento nesta fronteira.

Dado estas inúmeras iniciativas de desenvolvimento da agricultura tecnificada no Centro-Oeste, nota-se um crescimento surpreendente do número de tratores nas propriedades: em 1970 existia 10.340 unidades nesta região em 1980, esse número subia para 63.391 (num crescimento percentual de 513,0% e uma taxa de

crescimento medio anual de 19,9% ao ano). A área ocupada com lavouras, em 1980, cresceu em 170,0%, sendo que as lavouras temporárias expandiram em 48,0% a área ocupada. Houve corém uma substituição do tipo de cultura anual, a área passou de grande produtora de feijão, mandioca e milho para arroz e soja. Nos anos 70, a produção de arroz desta fronteira passou a representar 33,9% da área colhida do país. A soja só mais recentemente, nos anos 80, que começou a se destacar, ocupando uma área de 3 milhões de ha cultivados (Schor, 1991), mas o crescimento foi tal que em 1985 a produção regional era responsável por 31% do total nacional. A população bovina desta fronteira continuou a expandir-se de forma rápida: em 1980, já constituia o segundo maior rebanho do país, ultrapassando a produção da região sul.

Com relação ao tamanho dos estabelecimentos, as propriedades de até 100 ha reduziram sua participação no número total em 7,0% e no tocante a área ocupada a redução foi de 5,6% (1970) para 4,2% (1980)<sup>28</sup>. Os estabelecimentos de mais de 1.000 ha passaram a representar 7,0% do total em 1980 (contra 5,0% em 1970) e 71,5% da área global dos estabelecimentos, indicando uma concentração ainda maior da propriedade da terra. A formação de programas especiais com créditos facilitados e incentivos fiscais englobando extensas áreas, como também a manutenção da criação de bovino em áreas tradicionais do Pantanal foram elementos contribuidores do crescimento em área e em número das grandes propriedades. (Ver Tabela 2.8 e 2.9 no Anexo 1)

28-Como no Paraná esses dados parecem indicar que a expulsão esteja se registrando entre os pequenos produtores, posseiros e arrendatários cuja produção é quase toda destinada à subsistência.

Indubitavelmente a atuação do governo nesta fronteira a partir de 1970 foi intensa, coincidindo com a ocupação da área de solos menos férteis da fronteira e mais distantes dos grandes mercados. Os inúmeros projetos e os incentivos criados priorizaram a agricultura modernizada e a pecuária<sup>29</sup> em propriedades de médio e grande porte, em detrimento dos projetos de assentamento de migrantes sem recursos financeiros. Os projetos de Colonização Pública destinados ao migrante com poucos recursos somaram-se 14 no período de 1970/1986, numa área de 753.155 ha, o que corresponde a 0,4% da área geográfica e 0,5% da área aproveitável com capacidade para assentar somente 6.288 produtores.

Entre os desvios dos objetivos de tais incentivos<sup>30</sup>, conforme amplamente indicado na literatura sobre esta questão, foi o impulso para que grandes empresários do centro-sul muitas vezes não ligados à atividade agrícola mas interessados em obter crédito subsidiado e terras a preços baixos apresentassem projetos junto à SUDAM, o que acabou resultando na formação de grandes unidades inexploradas e mesmo áreas de disputas de terras com posseiros<sup>31</sup> (Muller, 1990, p.69).

---

29-No estado do Mato Grosso, 193 projetos governamentais do total dos aprovados, implantados e em implantação, no período de 1967/76, eram pecuarios. Sendo que a maioria das propriedades tinham áreas em torno de 20.000 a menos de 50.000 ha (Fonseca, 1980, p.144)

30-O POLOCENTRO, por exemplo, adotava uma linha de crédito com condições de pagamento excepcionais, para despesa de investimento o prazo de pagamento estendia até 12 anos, com até 2 anos de carência e taxas de juros variando de 10 a 14%, sem correção de débitos (Mueller, 1990, p.54).

31-Esta fronteira foi sempre palco de grandes conflitos de terra. Segundo Mueller (1990) havia no começo da década de noventa áreas de conflitos no novo estado do Tocantins, no nordeste de Mato Grosso. No caso deste último, fontes do MIRAD-INCRA (Sawyer, 1987 in Andrade, 1989, p.2) revelam que, no ano de 1985, existia nada menos que 250 focos de tensão catalogadas.

As análises realizadas da maioria destes projetos revelam que as metas foram apenas parcialmente alcançadas, resultando algumas vezes no abandono de muitos projetos. Salienta-se que entre 1966/1974, foram instituídos 164 projetos, porém no ano de 1985, 64,0% (105) não haviam ainda sido concluídos. Muitos nem ao menos foram implantados, sendo que o prazo previsto pela SUDAM era de 6 a 8 anos para sua conclusão (Mueller, 1990, p.69, 70).

No tocante ao desenvolvimento dos núcleos urbanos nesta fronteira não se verificou o perfil semelhante ao da fronteira norte paranense. Os índices de população urbana sempre foram significativos nesta fronteira: no ano de 1960 representava 32,6%, elevando-se para 47,4% em 1970 (quase empatando com o percentual da população rural) e, em 1980, ultrapassa a população rural chegando a 67,7% (Ver Tabela 2.11 no anexo 1). Cabe ressaltar que a construção de Brasília muito contribuiu para essa tendência: seu crescimento no período 1960/1975 foi surpreendente, de 140.000 habitantes para 763.000, respectivamente. Em termos de cada estado, nota-se que a taxa de crescimento médio anual da população urbana de 1960/1970 no Distrito Federal foi de 19,3%, disparada a maior do Brasil, enquanto os outros estados desta fronteira apresentaram também taxas elevadas (7,9% para Goiás e 7% para o Mato Grosso). Para 1970/1980, constata-se redução na taxa para o Distrito Federal, que ficou em 8,2%, Goiás fica em 6,9% e Mato Grosso em 8,7%. Por outro lado, a taxa de crescimento para a população rural foi muito inferior a estes percentuais, em 1960/1970 o Distrito Federal apresentou redução de população rural (taxa negativa de -

8,4%), em Goiás a taxa foi de 2,4% e, em Mato Grosso de 5,3%. Na década seguinte, o comportamento da população rural do Distrito Federal se inverte crescendo a 5,9% ao ano, todavia Goiás apresenta redução de população rural, com índice negativo de (1,5%) e Mato Grosso revela acréscimo de apenas 0,2% ao ano (Ablas e Vieira, 1989, p.6 e 15). Infere-se que o caráter mais urbano desta fronteira está vinculado ao modelo de ocupação em grandes propriedades dedicadas a produção mecanizada que apresenta-se mais dependente de um suporte urbano. Além disso, a mecanização e a prática de pecuária com métodos extensivos demandam quantidade reduzida de mão-de-obra.

Este movimento de fronteira como se vindicou diverge muito da ocupação do norte paranense. Dentro da conceituação de frentes apontada por Sawyer, Mueller, esta fronteira comporta distintas frentes: a frente comercial que se caracterizou por um alto nível de mecanização e adoção de fertilizantes e defensivos agrícolas e localizou-se basicamente no sul de Goiás, Mato Grosso do Sul e áreas de transição do Mato Grosso; apresentou também áreas de desenvolvimento de frente de subsistência (camponesa), principalmente na região ao norte desta fronteira (Estado de Mato Grosso) de caráter mais espontâneo, que formou-se com o migrante pobre ocupando espaços de terra vazios e processando sua plantação em técnicas rudimentares (adoção de queimada para limpar o terreno, uso de mão-de-obra familiar) para sobrevivência de sua família e vendendo o excedente ao mercado local; a frente de pecuária extensiva e rudimentar que obteve grande destaque desde os primórdios da ocupação, concentrando-se nas áreas de

planície aluvial inundada; a frente especulativa vinculada diretamente aos estímulos fiscais e creditícios concedidos pelo governo, concentra-se no norte do Centro-Oeste, ou seja, em área de ocupação mais recente<sup>32</sup>.

Tal como na fronteira de Rondônia (como se verá a seguir) o papel das políticas públicas foi fundamental na configuração da ocupação: construção e melhoria de infra-estrutura de transporte, subsidiando o preço de combustível, pesquisa na área de tecnologias apropriadas aos solos, crédito favorecido, política de preços mínimos para a expansão das frentes comerciais, que como apontado acima, também impulsionou a expansão de frentes especulativas. Mesmo a frente de pecuária foi estimulada por vários projetos criados pelo setor público a fim de desenvolver uma produção mais tecnificada. As frentes camponesas também resultaram de empreendimentos governamentais de organização deste tipo de ocupação, com criação de projetos de colonização.

Neste movimento de fronteira a absorção de técnicas modernas de cultivo delineou mais rapidamente do que na fronteira paranense (em parte devido até mesmo ao tipo de cultura predominante que no caso desta destaca-se o café, cultura que não permite a adoção de mecanização), o Centro-Oeste apresentou intenso processo de especulação imobiliária, fenômeno impulsionado pelo que ocorreu em todo o país no início dos anos 70 e também pelos próprios programas de desenvolvimento introduzidos desde o começo desta década. A propriedade considerada ideal foi a "grande empresa-fazenda comercial". Dessa

---

<sup>32</sup>-O estado do Mato Grosso ao norte da região tem sido a área preferida dos grandes projetos agropecuários.

forma, pode-se dizer que esta fronteira apresentou condições menos favoráveis ao assentamento do pequeno produtor pobre, somando-se ainda como pontos a dificultar a fixação deste tipo de migrante, a qualidade inferior do solo e a distancia dos centros dinamicos do país. Por tais razões autores como Ozório de Almeida e Martine consideram que os movimentos de fronteira estão sofrendo um processo de redução no tempo de duração, a fronteira estaria se fechando para a pequena produção do tipo familiar, num processo que evolui com a abertura de fronteiras sendo feita por grande número de agricultores familiares mas que em poucos anos deixam a terra, impedidos pela consolidação fundiária subsquente. Esta fronteira esteve em franca expansão enquanto absorvedora de imigrantes até os anos 70, enquanto a década seguinte revela indícios evidentes de esgotamento. Sua duração de aproximadamente vinte a vinte cinco anos, foi bem inferior à fronteira paranaense que ao longo de trinta a trinta a cinco anos foi franca absorvedora de migrantes.

#### 4. Sumário Comparativo

Em linhas gerais, a fronteira paranaense, principalmente, a frente desenvolvida no norte apresentou inúmeros fatores que promoveram, a despeito dos vários problemas, as suas características enquanto fronteira de agricultura comercial e forte absorvedora de mão-de-obra:

. A expansão da agropecuária nacional quando ocorre o avanço para esta fronteira apoiava-se, basicamente, na incorporação de

espaços vazios, assim quando as condições não mais se mostravam propícias ao cultivo do café no Vale do Paraíba o sentido foi expandir para terras férteis e inexploradas do norte paranaense.

. A que se destacar que o café correspondia a cultura de exportação com grande importância na pauta de exportação brasileira, sendo então produto com forte esquema de proteção quanto ao seu preço.

. Esta fronteira se beneficiou do processo de valorização da terra em São Paulo como estímulo a sua ocupação.

. Outro ponto foi sem dúvida a proximidade com os grandes mercados consumidores e portos de exportação, o que constituiu fator de redução nos custos de construção da infra-estrutura de transporte para o escoamento da produção.

. Ponto de fundamental importância foi a realização da infra-estrutura de transporte juntamente ao processo de colonização.

. A fertilidade do solo e seu baixo preço foi, idubitavelmente, um grande atrativo para os fazendeiros mineiros e paulistas.

. Do lado do processo de colonização, a principal Cia. implementadora da ocupação atuou de forma organizada e com tal dinamismo que criou o sentimento de confiança nos colonos.

. A garantia da titulação da posse do lote foi primordial para uma ocupação pacífica.

. Igualmente importante foi a formação de lotes pequenos e com venda à prazo, possibilitando aos pequenos produtores pobres acesso a terra.

. O incentivo à policultura acabou favorecendo, principalmente, em fases de queda no preço do café.

. Houve grande diversificação de atividades por parte da Cia. Colonizadora, que investiu na "construção e exploração das ferrovias, bancos, fábrica de cimento, água, luz, hotéis, fazendas de café e gado" (Fonseca, 1980, p.177).

. A fundação de núcleos urbanos e cidades em distâncias relativamente curtas também favoreceu a fixação do migrante.

. A produção cafeeira em lotes pequenos separado do processo de beneficiamento constituiu um modelo mais flexível em períodos de queda no preço do café, como também permitiu uma melhor distribuição de renda (Fonseca, 1980, p.177).

A fronteira do Centro-Oeste apresentou como principais características:

. O avanço desta fronteira coincidiu com um período de condições propícias à concessão de créditos e incentivos fiscais por parte do governo, o que muito facilitou a predominância de grandes propriedades.

. O processo inflacionário enfrentado no país na fase de crescimento do norte desta região como área absorvedora de mão-de-obra, promoveu uma grande procura de terras (então baratas) por empresários e industriais não ligados ao setor agrícola, mas em busca de um investimento seguro.

. A região não apresenta abundância de terras férteis, sendo estas encontradas somente na região sul da fronteira: Mato Grosso do sul e sul de Goiás. O cerrado mostrou-se condizente com a atividade agrícola apenas com uso de técnicas modernas.

. A produção foi voltada para culturas temporárias e pecuária extensiva com rápida mudança para culturas temporárias mecanizadas como a soja, arroz.

. A crescente atuação do governo federal como alavanca para o desenvolvimento nacional, nesta fase, gerou uma intensa atividade governamental de estímulo à expansão desta fronteira com atividades voltadas para a comercialização.

. Formação de enormes projetos agropecuários privados com lotes de tamanho médio ou grande, voltado a um cliente com recursos suficientes para suportar as condições de pagamento.

. Sem a atuação marcante de uma Cia como foi a CMNF no norte do Paraná, a colonização foi dispersa pela região e com várias empresas envolvidas.

. A política de estímulo à ocupação acabou beneficiando ao grande proprietário, em função das exigentes condições de concessão.

. Esta fronteira em comparação ao caso paranense, situa-se distante dos grandes mercados, o que constitui fator de oneração do custo dos produtos.

. Não apresentou uma programação para a formação dos núcleos urbanos, assim os colonos ficavam muitas vezes em distâncias consideráveis de alguma cidade.

. Sem uma política coerente de titulação de terras, esta área apresentou a formação de inúmeros conflitos de terra.

. Não apresentando o café como carro-chefe, a "articulação com a economia nacional se fez de maneira mais tênue que a conseguida pela fronteira paranense" (Schor, 1991, p.242).

A N E X O 1

## 1. PARANA

TABELA 2.1  
DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGRICOLAS POR TAMANHO NO NORTE  
DO PARANA: 1940-1970

Classe de Tamanho	Número dos Estabelecimentos				Área dos Estabelecimentos (ha)			
	1940	1950	1960	1970	1940	1950	1960	1970
- 10(ha)	2.253	5.553	48.498	142.910	13.287	34.711	281.795	782.064
10 - 50	7.847	20.262	60.786	83.389	199.126	485.139	1.305.900	1.563.921
50 - 100	1.868	3.146	6.230	6.248	133.353	225.351	451.622	438.539
100 - 500	2.030	2.932	4.902	5.705	413.570	604.769	1.014.617	1.191.759
500 - 1000	247	286	516	651	156.754	201.036	368.254	459.867
1000 - 5000	137	218	322	403	144.554	409.799	585.486	726.355
5000 - 10000	7	7	15	11	21.733	45.180	100.158	72.484
+ 10000	2	2	4	2	--	79.037	77.488	27.235
TOTAL	14.391	32.406	121.273	239.329	1.082.377	2.085.022	4.185.320	5.282.224

Fonte: Censo Agropecuario do Paraná, 1940, 1950, 1960, 1970 extraído de Fonseca, 1980, p.70.

Obs. : Os dados referentes aos totais estão divididos por 1.000.

TABELA 2.2  
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS AGRICOLAS POR TAMANHO NO  
NORTE DO PARANA: 1940-1970

Classe de Tamanho	Número dos Estabelecimentos				Área dos Estabelecimentos (ha)			
	1940	1950	1960	1970	1940	1950	1960	1970
- 10(ha)	15,7	17,1	40,0	59,7	1,2	1,7	6,7	14,8
10 - 50	54,5	62,5	50,1	34,8	18,4	23,3	31,2	30,0
50 - 100	13,0	9,7	5,1	2,6	12,3	10,8	10,8	8,3
100 - 500	14,1	9,0	4,0	2,4	38,2	29,0	24,2	22,5
500 - 1000	1,7	0,9	0,4	0,3	14,5	9,6	8,8	8,7
1000 - 5000	1,0	0,7	0,3	0,2	13,4	19,6	14,0	13,8
5000 - 10000	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	2,2	2,4	1,4
+ 10000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,8	1,9	0,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabela 2.1

OBS. : A soma dos percentuais pode não chegar a 100 em virtude das aproximações

TABELA 2.3

NOMERO, AREA E AREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS NO NORTE DO PARANÁ, SUDOESTE E O ESTADO DO PARANÁ: 1950/1970

Ano	Norte do Paraná			Sudoeste do Paraná			Paraná		
	Estab.	Area (ha)	Média (ha)	Estab.	Area (ha)	Média (ha)	Estab.	Area (ha)	Média (ha)
1950	32.406	2.085.020	64,3	7.000	975.055	139,3	89.461	8.032.743	89,9
1960	121.295	4.185.320	34,5	26.689	812.293	30,4	269.146	11.384.934	42,3
1970	239.329	5.282.223	22,1	50.451	1.018.912	20,2	554.488	14.625.530	26,4

Fonte: Dados para o Norte do Paraná in Fonseca, 1980, p.70; para o Sudoeste in Feres, 1991, p.525; para o Estado Censo Agropecuário do Paraná 1980

TABELA 2.4

POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DO NORTE DO PARANÁ: 1940 - 1970

Anos	Rural (%)	Urbana (%)	Total	Taxa de Cresc Anual
1940	267.123 81,7	59.903 18,3	327.026	
1950	730.254 78,6	198.387 21,4	928.461	11,0
1960	1.612.545 17,2	652.266 28,8	2.264.811	9,3
1970	2.038.066 64,5	1.121.727 35,5	3.159.793	3,4

Fonte: Censo Agropecuário do Paraná 1940, 1950, 1960, 1970 in Fonseca, 1980, p.94.

Obs. : Os dados para população rural e urbana nos anos de 1960 e 1970 foram estimados.

TABELA 2.5

AREA EXPLORADA COM LAVOURA, PASTAGENS E MATAS PLANTADAS: NORTE DO PARANÁ

1940 - 1970

(ha)

Ano	Lavoura			Pastagens		Matas	
	Permanente	Temporária	Total	Natural	Plantadas	Natural	Plantadas
1940	135.639	157.241	292.880	84.107	-	467.130	-
1950	464.633	244.484	709.117	97.791	230.040	480.894	30.774
1960	1.478.469	577.064	2.055.533	217.732	578.525	869.306	39.730
1970	1.127.522	1.183.145	2.310.667	254.796	1.850.569	431.547	24.721

Fonte: Censo Agropecuário do Paraná, 1940, 1950, 1960, 1970 in Fonseca, 1980, p.211.

TABELA 2.6  
 RELAÇÃO ENTRE ÁREA EXPLORADA (LAVOURA, PASTAGENS E MATAS  
 PLANTADAS) E ÁREA TOTAL: NORTE DO PARANÁ

Ano	Área Total (A)	Área Explorada (B)	B/A
1940	1.267.621	292.880	23,1
1950	2.085.020	969.931	46,5
1960	4.185.320	2.673.788	63,9
1970	5.282.223	4.185.957	79,2

Fonte: Tabela 2.1 e Tabela 2.5.

TABELA 2.7  
 ÁREA CULTIVADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NO NORTE DO PARANÁ E  
 COMPARAÇÃO COM A PRODUÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E DO BRASIL:  
 1950/1970

	Área Cultivada (ha)			(% Sobre o Paraná (em 1970))	(% Sobre o Brasil (em 1970))
	1950	1960	1970		
Algodão	72.070	143.399	396.823	88.7	9.2
Amendoim	521	1.512	98.970	86.7	14.8
Café	267.259	1.335.601	1.048.400	100.0	43.6
Feijão	227.862	279.459	459.634	58.2	13.2
Mandioca	5.548	8.710	18.353	20.8	0.9
Cana-de-Açúcar	7.109	16.923	28.049	76.3	1.6
Soja	-	2.599	122.011	40.1	42.4
Trigo	1.873	3.161	40.021	13.9	2.1
Milho	331.125	477.684	766.117	40.7	7.8

Fonte: Fonseca, 1980, pp.225, 226 e Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1971.

## 2. CENTRO OESTE

TABELA 2.8  
DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGRICOLAS POR TAMANHO 1950/1980: CENTRO-OESTE

Classe de Tamanho	Número dos Estabelecimentos				Área dos Estabelecimentos (ha)			
	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980
- 10(ha)	8.972	29.658	63.659	55.121	45.185	158.832	311.252	275.348
10 - 50	20.653	56.001	77.097	70.880	587.851	1.557.353	2.037.842	1.917.164
50 - 100	10.461	18.501	30.470	35.240	784.171	1.396.470	2.232.822	2.611.045
100 - 500	5.610	35.847	56.137	48.116	6.136.763	8.700.083	12.956.996	15.729.694
500 - 1000	6.942	8.841	11.811	15.770	5.172.477	6.440.539	8.372.526	11.171.236
1000 - 5000	7.421	8.681	11.000	15.843	15.849.090	18.262.674	22.262.678	32.417.622
5000 - 10000	954	1.106	1.351	1.911	6.590.039	7.720.903	9.275.237	13.460.799
+ 10000	733	746	974	1.268	18.439.162	15.762.700	24.256.272	35.093.454
TOTAL	61.746	159.381	252.499	244.249	53.604.738	59.999.554	81.705.625	112.676.362

Fonte: Censo Agropecuario do Paraná, 1940, 1950, 1960, 1970 extraído de Fonseca, 1980, p.70.  
Obs. : O Total não inclui os "sem declaração".

TABELA 2.9  
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS AGRICOLAS POR TAMANHO  
1950/1980, CENTRO-OESTE

Classe de Tamanho	Número dos Estabelecimentos				Área dos Estabelecimentos (ha)			
	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980
- 10(ha)	14,5	18,6	25,2	22,6	0,1	0,3	0,4	0,2
10 - 50	33,4	35,1	30,5	29,0	1,1	2,6	2,5	1,7
50 - 100	16,9	11,6	12,1	14,4	1,5	2,3	2,7	2,3
100 - 500	9,1	22,6	22,2	19,6	11,4	14,5	15,9	14,0
500 - 1000	11,2	5,5	4,4	6,5	9,6	10,7	10,2	9,9
1000 - 5000	12,0	5,4	0,5	6,5	29,6	30,4	27,2	28,8
5000 - 10000	1,5	0,7	0,4	0,8	12,3	12,8	11,4	11,9
+ 10000	1,2	0,5	0,4	0,6	34,4	26,3	29,7	31,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabela 2.8

OBS.: A soma dos percentuais pode não chegar a 100 em virtude das aproximações

TABELA 2.10  
NÚMERO, ÁREA E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS NO CENTRO-OESTE E RESPECTIVOS ESTADOS NO PERÍODO: 1950/1

Ano	Distrito Federal			Mato Grosso			Goiás			Centro Oeste	
	Estab.	Área (ha)	Média (ha)	Estab.	Área (ha)	Média (ha)	Estab.	Área (ha)	Média (ha)	Estab.	Área (ha)
1950	--	--	--	16.015	29.016.613	1.811,8	63.736	24.588.113	385,8	79.751	53.604.728
1960	273	139.378	510,5	48.104	30.968.873	643,8	111.015	28.877.314	260,1	159.392	59.986.565
1970	1.913	170.019	88,9	106.104	45.752.568	431,2	145.115	35.783.039	246,6	253.132	61.705.624
1980	2.652	279.644	105,4	63.383	35.554.549	560,9	153.770	47.853.028	311,2	267.748	113.430.960

Fonte: Censo Agropecuário do Centro-Oeste, IBGE, 1950, 1960, 1970 e 1980.

TABELA 2.11  
POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL NO CENTRO-OESTE: 1950 - 1980

Anos	Rural (%)		Urbana (%)		Total	Taxa Med. de Cresc Anual
1950	1.313.468	75,6	423.497	24,4	1.736.965	
1960	1.935.764	65,8	1.007.228	34,2	2.942.992	5,4
1970	2.635.880	52,0	2.437.379	48,0	5.073.259	5,6
1980	2.430.198	32,2	5.114.597	67,8	7.544.795	4,0

Fonte: Censo Agropecuário do Paraná 1940, 1950, 1960, 1970 in Fonseca, 1980, p.94.

Obs. : Os dados para população rural e urbana nos anos de 1960 e 1970 foram estimados.

TABELA 2.12  
ÁREA EXPLORADA COM LAVOURA, PASTAGENS E MATAS PLANTADAS: NO CENTRO-OESTE, 1950-1980

Ano	Lavoura			Pastagens		Matas	
	Temporária	Permanente	Total	Natural	Plantadas	Natural	Plantadas
1950	535.859	72.413	608.272	33.174.333	2.787.200	9.368.105	93.675
1960	1.179.903	185.976	1.365.879	36.981.819	4.868.815	10.127.296	191.115
1970	2.259.357	143.570	2.272.927	46.409.854	9.073.494	13.550.298	39.488
1980	6.166.778	313.402	6.480.180	43.000.344	24.665.373	24.492.805	592.326

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, vários anos.

TABELA 2.13  
 RELAÇÃO ENTRE ÁREA EXPLORADA (LAVOURA, PASTAGENS E MATAS  
 PLANTADAS) E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS: CENTRO-OESTE

Ano	Área Total (A)	Área Explorada (B)	B/A
1950	53.604.728	3.489.147	6,5
1960	59.986.565	6.425.809	10,7
1970	61.705.624	11.515.909	18,7
1980	113.430.960	31.737.842	28,0

Fonte: Tabelas 2.8 e 2.12

## CAPITULO III

### A FRONTEIRA AGRICOLA DE RONDONIA

#### 1. Introdução

Neste capítulo aborda-se a fronteira agrícola de Rondônia, apontando para as características que se foram forjando no processo de ocupação, a saber, quanto a atuação dos projetos de colonização, à estrutura produtiva, fundiária, à formação de centros urbanos, ao uso da terra de forma a delinear os principais surtos de atividades desenvolvidas na região.

Rondônia localiza-se a sudoeste da bacia amazônica e corresponde a cerca de 5% da área desta região. Possui uma posição estratégica no sentido de que faz divisa com a Bolívia ao sul e a oeste.

Quanto à aptidão agrícola, longe do que a propaganda oficial apregoava, é estimado que apenas 2% da área total do Estado possui solos com alta fertilidade e, 9% podem ser cultivados com um nível de insumos relativamente menor. Como acontece na maior parte da bacia Amazônica, a exploração econômica dos solos de Rondônia fica severamente limitada por fatores tais como: baixa fertilidade, alta acidez e toxidade de alumínio, baixa capacidade de drenagem, entre outros<sup>1</sup>. A maior parte dos solos mais férteis encontra-se entre os municípios de Ariquemes e Fimenta Bueno, ao longo da rodovia Cuiabá-Porto Velho e na região de Colorado D'Oeste, no sudoeste do estado.

<sup>1</sup>-A fonte destes dados são RADAMBRASIL, 1972, 1979; Furley, 1980 in Millikan, 1989, p.14.

A vegetação deste estado constitui uma transição entre a floresta tropical úmida e o cerrado, pois nesta região dá-se a mudança de relevo do planalto central para a bacia amazônica (Millikan, 1988, p.16).

É apontada por Coy (1980, p.1) como "a maior fronteira agrícola da Amazônia Ocidental", além de ser considerada em muitos estudos como "exemplo de ocupação de uma região dos trópicos" (idem, p.1). Realmente a importância de Rondônia pode ser confirmada pelo contingente de migrantes que vem recebendo. Assim, o saldo migratório líquido para esta fronteira representou 60,2% do total para a fronteira Norte no período 1960/70 e 48,6% deste mesmo índice para 1979/1980.

## 2. Aspectos Iniciais da Ocupação da Região

O primeiro acontecimento histórico de que se tem notícia em Rondônia data do final do século XVII, quando o bandeirante Antônio Raposo parte para uma expedição de reconhecimento da região, com o intuito de definir os limites das terras da coroa portuguesa. Ao retornar, após três anos, atingiu o rio Madeira no Amazonas, o Marmoré, o Guaporé nos limites de Rondônia. A partir de então, muitas expedições se seguiram à procura das chamadas "ervas do sertão", cacau, ervas aromáticas e medicinais, como também de índios para serem escravizados.

No século dezessete, várias missões jesuítas tentaram instalar-se na região a fim de catequizar os índios, mas apenas no século seguinte é que foram fundadas aldeias jesuítas de

caráter permanente. Por outro lado, as expedições militares eram motivadas basicamente pela captura de índios, ouro e prata do Peru.

## 2.1 A Exploração do Latéx

No final do século XIX, o ciclo da borracha que havia conquistado a Amazônia, promovendo um período de grande prosperidade que perdurou até a primeira década deste século, alcançou a região em questão, constituindo esta um importante produtor do látex. Essa atividade induziu um importante surto de migrantes nordestinos. A ocupação, porém, foi irregular "ao longo dos poucos eixos de circulação existentes" (Turchi, 1980, p. 30), a saber, no vale do Madeira e afluentes, como Abunã, Preto, Jamari e Candeias(...) (Millikan, 1988, p.20,21).

Evento fundamental deste ciclo foi o início da construção da estrada de ferro Madeira-Marmoré em 1871, unindo os dois maiores aglomerados populacionais: Porto Velho a Guarajá-Mirim e tendo como principal objetivo facilitar o escoamento da produção da borracha para os distintos portos brasileiros<sup>2</sup>.

Já no século seguinte, registra-se ao longo das duas primeiras décadas, aumentos significativos da produção da borracha. Nessa época, a região do Estado de Rondônia pertencia a dois estados, o Amazonas e o Mato Grosso, que dividiam a

---

<sup>2</sup>-Esta ferrovia só foi concluída no começo da primeira década do século XX, quando entretanto, a extração da borracha já estava em decadência na Bacia Amazônica. Comenta-se também que durante a construção desta morreram de 8.000 a 10.000 trabalhadores por malária ou outras doenças, o que explica ter ficado conhecida como "A Ferrovia do Diabo" (Millikan, 1988, p.27).

responsabilidade de reconhecimento da titulação dos seringais<sup>3</sup>. Em 1912, por exemplo, a produção na Amazônia atinge o pico de 42 mil toneladas, mas logo em seguida inicia-se um processo de declínio, que culmina com uma produção de 6.550 mil toneladas no ano de 1932. Em Rondônia, a extração atinge por volta de 1920 os vales do rio Guaporé e Madeira. Nesse período, registra-se um importante fluxo migratório proveniente do sul do país.

A concorrência da borracha da Ásia acelerou o declínio da produção nacional, reduzindo a participação brasileira no mercado mundial de 40% no ano de 1913 para 6% em 1920. Entretanto, com o esgotamento do ciclo da borracha, a população do território estagnou-se e a atividade predominante volta a ser a agricultura de subsistência. A extração da castanha surge porém como atividade meramente complementar.

Na década de 40, com a eclosão da II Guerra Mundial, a borracha volta a ser explorada mais intensivamente. As regiões que forneciam a maior parte da borracha natural - Ceilão, Birmânia, Malásia, Indonésia - caem sob o controle dos japoneses. Com isso, os Estados Unidos resolvem reativar a exploração na Amazônia<sup>4</sup>, mas os resultados foram modestos, isto é, 32 mil toneladas anuais, em 1945. Novamente a partir desta data, a produção do látex é paralizada, tornando-se evidente que o período da guerra não foi suficiente para retirar a economia da

---

3-O crescimento desta atividade em Rondônia é demonstrado, por exemplo, pelo número de seringais reconhecidos entre 1909 e 1915; consta que registraram-se 326 seringais ao longo dos rios Madeira, Machado e Jamary.

4-Mueller & Cardoso, 1978, p.39, 40.

borracha de seu declínio de quase três décadas. A região voltou a caracterizar-se pela produção de subsistência.

A contribuição dos ciclos da borracha para a ocupação efetiva foi pequena; a estrada Madeira-Marmore, herança dessa fase, também teve reduzido impacto no processo de povoamento da região, em função de um funcionamento sempre deficitário. A população total passa de 21.257 habitantes em 1940 para 37.000 em 1950. Apesar deste aumento ter sido significativo (74,1%), a densidade demográfica ainda era extremamente baixa na região (0,15 hab/km<sup>2</sup>).

## 2.2 O Extrativismo da Cassiterita

Este mineral foi descoberto em Rondônia no ano de 1952 e, sua exploração tem início em 1958. Sua exploração atraiu um novo fluxo de capital e migrantes para a região. As condições na região apresentavam-se propícias ao desenvolvimento dessa atividade: além da existência de fatores produtivos ociosos da extração da borracha que logo foram realocados (consta que muitos seringalistas, donos de seringais, se tornaram donos de garimpo). O preço do minério encontrava-se elevado (Formação Histórica de Rondônia, mimeo).

Esta atividade trouxe um número grande de migrantes para a região, estima-se que no auge do ciclo, durante os anos 60, o número de trabalhadores tenha chegado a um total de 50 mil, principalmente nordestinos. A população apresentou elevado crescimento, atingindo no ano de 1960 o número de 70.232

habitantes, denotando uma taxa de crescimento média anual de 6,62% nesta década.

Promoveu-se uma alteração significativa no perfil da população economicamente ativa, no sentido de que a nova atividade propiciou o surgimento de uma diversidade de serviços, comércio e alguns ramos industriais nos centros urbanos. Porto Velho e Ariquemes foram os centros mais beneficiados por estas transformações. Esse fato é constatado quando se analisa as participações de população urbana e rural no total para Rondônia nos anos 60, 53,6% e 46,4% respectivamente, contrariando a década anterior. Em termos de atividade econômica, a extração de cassiterita tornou-se, indubitavelmente, o principal produto de exportação do território.

O garimpo da cassiterita era realizado manualmente, mas por decisão do governo, em 1971, a exploração manual foi proibida, alegando-se que era anti-econômica, irracional e provocava uma perda substancial do minério ao se explorar as jazidas apenas superficialmente. Grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais passaram a controlar a extração mecanizada e uma grande massa de trabalhadores foram dispensados. O deslocamento para as cidades, como Porto Velho foi a opção natural para muitos garimpeiros, sendo que outros preferiram sair de Rondônia, ou mesmo retornar a extração da borracha, ou ainda, como último recurso alguns continuaram a extrair o minério em bases clandestinas (Millikan, 1988).

Esta atividade continuou importante para os resultados econômicos da região nas décadas subsequentes: em 1975 a produção

foi de 3.998 toneladas, o que correspondeu a 58,0% da produção do país. Cinco anos depois (1980) a produção de Rondônia passou a representar 62% da produção nacional. Nos primeiros cinco anos da década passada, registra-se, porém, uma redução na participação deste Estado na produção do país, atingindo 24,8% da produção total em 1985. Esta tendência declinante parece ter se alterado no final dos anos 80, com a participação de Rondônia crescendo para 44,0% no ano de 1988 (dado do Anuário Estatístico do IBGE).

### 2.3 Principais Acontecimentos na Região antes da década de 70

A década de 40 foi decisiva para a região, Getúlio Vargas um dos precursores na visualização da necessidade de integrar o Norte à dinâmica econômica e política do centro-sul, elaborou diversas medidas de forma a estimular a ocupação da Amazônia. Esta região, em particular, no ano de 1943, foi transformada em Território do Guaporé<sup>5</sup>, desvinculando-se assim dos Estados do Amazonas e Mato Grosso, com uma área total de 243.044 Km<sup>2</sup>. Em 1956, o nome do território é mudado para Rondônia em homenagem ao Marechal Cândido Mariano Rondon.

Ao longo da década de 50, a economia do território toma um novo impulso com a definição da área da chamada "Amazônia Legal" e das metas que a partir de então seriam estabelecidas para impulsionar o desenvolvimento da região. Busca-se nesta época uma efetiva integração de Rondônia à economia nacional.

<sup>5</sup>-Foi criado também, nesta época, o território de Ponta Porã, Iguacú, Amaba e Rio Branco (hoje Roraima).

principalmente, no governo de Juscelino, em que se dá a abertura da BR-29 (hoje BR-364 que liga Cuiabá-Porto Velho)<sup>6</sup>. Tal iniciativa de integração promove uma significativa entrada de migrantes na região, mas o contato com o centro-sul do país continuou precário na medida em que a deterioração da estrada ocorreu em tempo recorde, isto é, logo que foi aberta (em proporções tais que passou a ser conhecida como "Estrada da Morte"). Assim, a atividade predominante, continuava a ser a extração vegetal (látex) em proporções reduzidas, além do registro de um incremento na extração mineral (cassiterita). A população do território registrou um aumento de 90,3%, apesar de ser ainda inferior a 100 mil habitantes.

Foi na década de 60 que efetivamente ocorreu mudança significativa no perfil da ocupação de Rondônia. A taxa de crescimento da população do território ficou em 59,4%. O Governo federal define mais claramente "as políticas de incentivos fiscais como instrumentos para ocupação e desenvolvimento da Amazônia". As atividades privilegiadas com estes recursos seriam, principalmente, "a mineração, o reflorestamento, a agropecuária, os serviços básicos e a agroindústria" (Relatório FIFE, Julho/87, vol.2, p.2).

De uma forma geral, pode-se dizer que a região havia sido até então dominada pelo extrativismo vegetal, borracha e castanha-do-Pará e, pelo extrativismo mineral, garimpagem da cassiterita e do ouro, alternando estas atividades períodos de

---

<sup>6</sup>Um importante impulso para acelerar a construção desta estrada foi a pressão realizada pelo governador do Território de Rondônia, Paulo Nunes Leal. Alegava-se que esta estrada promoveria a fundação para a estratégica rota Trans-Acreana rumo ao Pacífico (Gal, 1978; Leal, 1984 in Millikan, 1998, p.70).

auge e declínio (Coy, 1980). Todavia, esta década indica claramente que mudanças estavam processando-se no campo econômico: a entrada de migrantes com objetivos de fixarem-se e plantarem na região representava uma possível alternativa no sentido de alterar o padrão econômico então vigente.

### 3. Situação no Começo dos Anos 70

É na década de 70 que o impulso de interiorização se expande efetivamente para a Amazônia. Foi precisamente no ano de 1974 que o fluxo migratório orientado para Rondônia intensificou-se, ocupando principalmente as áreas mais centrais do território e, tendo como atividade produtiva principal a cultura do arroz.

Com esta ocupação das regiões centrais do território, verifica-se a transferência do polo econômico de Porto Velho - Guajará-Mirim para a região ao longo da BR-364. As taxas de crescimento do fluxo migratório, nesta época, começam a aumentar mais rapidamente<sup>7</sup>. O que se traduziu em pressão sobre a posse da terra e alastramento dos conflitos de terra pela região, bem como invasões de áreas indígenas e da União.

Diante desse caótico quadro, visando reduzir os casos de invasões e controlar a violência que crescia na região, a intervenção do INCRA se tornou necessária no sentido de disciplinar e direcionar o assentamento de migrantes que diariamente chegavam à região. Foram criados vários projetos de

---

<sup>7</sup>-Segundo dados da Secretaria do Planejamento de Rondônia (SEPLAN/RO), citado por Turchi (1990, p.309), chegaram neste Estado uma média de 100 mil famílias por mês no ano de 1973.

colonização e o território transformou-se na "maior área de colonização oficial do País" (Turchi, 1980, p.311).

#### 4. Principais Iniciativas Governamentais para a Região

Nos anos 40 e 50, registra-se a formação das primeiras Colônias Agrícolas em Rondônia. Estas iniciativas foram feitas por companhias privadas e localizaram-se próximas a Porto Velho, na região da cassiterita e, Guajará-Mirim (na época os maiores centros urbanos). Em 1948, é fundada a Colônia de IATA e a de Candeias; em 1954 a Nipo-Brasileira e, em 1959 a de Paulo Leal. Todas tinham o intuito comum de desenvolver a atividade hortigranjeira, mas apenas as colônias de IATA e Nipo-Brasileira concretizaram seus objetivos (inclusive a primeira persiste ainda hoje, embora tenha perdido muito dos seus ocupantes em 1972, quando foi criado o PIC Sidney Girão<sup>8</sup>). Entre os fatores que levaram a este insucesso são citados a pequena extensão dos lotes, a pobreza dos solos, baixo nível técnico dos migrantes nordestinos, falta de apoio à produção e o constante atrativo da extração da cassiterita (Formação Histórica de Rondônia, s/d: Carvalho, 1990).

No fim da década de sessenta é criada a Calama S.A., sociedade paranaense que enfrentou problemas de regularização de título definitivo. Esta possuía título de propriedade abrangendo um milhão de ha (inclusive a área do atual município de Ji-

---

<sup>8</sup>-Este Projeto Integrado de colonização (PIC) faz parte de um conjunto de projetos que foram criados em Rondônia nos anos 70, e que serão discutidos mais adiante.

Paraná), o que foi contestado pelo INCRA. Em 1968, é liberado apenas 100.585 ha como pertencente à Cia.. Contudo, esta sociedade efetua entre 1965/68 uma venda desordenada de lotes de tamanho irregular (com o mínimo de 60 e máximo de 200 ha), com a preocupação única de vender mais rapidamente o maior número possível de lotes sem que a demarcação da extensão do título de propriedade pelo INCRA tivesse sido efetuada. Sem uma organização na distribuição dos lotes, começaram a aparecer famílias ocupando espontaneamente lotes próximos à área comercializada pela Cia.. Soma-se a este fato, a falta de construção da infra-estrutura necessária, de serviços de apoio como assistência técnica, além da promoção de um crescimento desordenado da área urbana (Millikan, 1988, p.58). A questão se complicou quando um grupo de colonos paranaenses resolveu contestar a transação de compra de lotes desta Cia, o governo precisou intervir e, foi quando se criou o primeiro projeto de orientação governamental em Rondônia, no começo dos anos 70.

As iniciativas de colonização em Rondônia nesses anos foram escassas. A colonização privada foi bastante restrita, em consequência, entre outros fatores, da estrutura fundiária decorrente do estatuto de Território Federal vigente até 21/12/1981. Cabe observar inclusive, que a iniciativa privada continuou com pouco interesse na região ao longo dos anos 70, conforme se apreende por meio do reduzido percentual de projetos que foram criados na região até 1985: "destinaram-se para a área somente 4% do total dos projetos para a Amazônia Legal com redução de isenção do Imposto de Renda e 0.9% dos projetos

financiados através do FINAM" (Relatório de Avaliação de Conjuntural..., v.2, jul/1987, p.3) e a iniciativa governamental somente se intensificou a partir da década de setenta, quando o fluxo migratório crescente passou a representar ameaça para estrutura fundiária vigente na região.

#### 4.1 Colonização na Década de 70

A fase da colonização oficial em Rondônia começou nessa década, simultaneamente com o Programa de Integração Nacional - PIN. Em 1970, foi criado o Projeto Integrado de Colonização (PIC) Ouro Preto, localizado na região central do estado, numa faixa de terra que ocupa 40 km de cada lado da BR-364, estendendo-se por aproximadamente 90 km ao longo do traçado da rodovia, entre Ariquemes e Ji-Paraná, numa área inicial de 218.000 ha (Dias e Castro, 1986), com lotes de 100 a 150 ha para agricultura e 200 ha para pecuária. O projeto definia que os lotes voltados para a atividade agrícola representariam mais de 90% dos colonos, enquanto os lotes destinados à atividade de pecuária constituiriam apenas 1% dos parceleiros (Turchi, 1980).

Este projeto foi criado para resolver a questão de 300 famílias sulistas, mais precisamente oriundas do Paraná que haviam sido ludibriadas pela empresa CALAMA (como comentado acima). A situação tornou-se conflitante, com crescente tensão e violência e não havendo condições desses migrantes retornarem ao seu local de origem, o INCRA foi forçado a criar um Projeto de Colonização. Este representou a primeira iniciativa de Colonização oficial promovida pelo INCRA no território.

Se o objetivo inicial era o assentamento de 500 famílias, o afluxo de migrantes que a partir dessa época foi assumindo proporções mais acentuadas, obrigou o órgão a ampliar sua área e capacidade para assentar 5.000 famílias antes mesmo de sua implantação. Por volta de 1978, o número oficial de famílias assentadas era de 4.414 (Turchi, 1980, p.313).

A localização desse projeto se deu, inicialmente, em áreas de solo relativamente férteis, porém com a ampliação, as áreas agregadas demonstraram ser de solos de qualidade inferior.

Este projeto foi considerado pelo INCRA "modelo" de Colonização na região. Esta modalidade de projeto (PIC) destina-se a migrante de baixa renda e segue uma metodologia em que cabe ao INCRA a distribuição de terras, organização territorial, administração do projeto, assentamento e infra-estrutura física, além de assistência direta ao colono, ou seja, junto ao lote que possuía em torno de 100 ha, o órgão deveria oferecer habitação, assistência médica, financeira, entre outras.

Um campo experimental para pesquisa agrônômica foi também montado pela EMBRAPA, próximo ao núcleo administrativo do INCRA. Além disso, foi construído na vizinhança deste projeto um escritório administrativo e uma estação experimental da Agência para o Desenvolvimento do Cacau Brasileiro (CEFLAC), que era responsável pela distribuição das sementes e pelo fornecimento de apoio creditício (Mueller, 1980, Martine, 1978 citado por Millikan, 1988, p.59 e Dias e Castro, 1986).

---

9-Dias e Castro (1986) apresentam uma importante discussão sobre este tema.

Apesar de ser citado como "modelo" este projeto apresentou uma "demarcação rígida" de lotes lineares e simétricos (com tamanho de 100 ha, sendo alguns lotes com 200 ha) que desconsiderou a variabilidade na qualidade do solo, bem como a topografia e a hidrografia da região. Foi assumido que solos férteis existiam em extensa área do território ou que mesmo de qualidade inferior os solos mais longínquos eram propícios ao desenvolvimento da pequena produção (Millikan, 1988, p.60).

Com o crescimento de problemas internos criados pela ação dos especuladores e grileiros e o rápido aumento da demanda por terra pelos migrantes que chegavam à região, o INCRA instituiu mais Projetos Integrados de Colonização expandindo, assim, a atividade de assentamento. Desse forma, foi criado o FIC Sidney Girão no ano de 1972, também estimulado por motivos de "segurança", pois localizava-se às margens da BR-425 entre as cidades de Abunã e Guarajá-Mirim, na faixa da fronteira com a Bolívia entre os parques nacionais de Lagens e Ribeirão. Os demais projetos concentraram-se ao longo da BR-364: o FIC-Ji-Paraná, criado no mesmo ano, situava em partes do município de Cacoal e Pimenta Bueno; o FIC Paulo Assis Ribeiro, criado no ano seguinte, localizava-se na região sudoeste do Território, próximo à fronteira com a Bolívia e Mato Grosso; O FIC Adolpho Rohl, instituído no ano de 1975, resultou de um desmembramento do FIC Ouro Preto, localizando-se entre Ariquemes e Vila Rondônia (atualmente Ji-Paraná), no município de Jarú (Becker, 1974, Millikan, 1988).

Nestes projetos foi mantido o mesmo "desenho rígido" do PIC Ouro Preto, sem a realização de uma avaliação dos recursos naturais da região (estudo completado apenas no final da década de 70, como parte do projeto RADAMBRASIL). A situação tornou-se mais caótica nestes projetos em função da maior limitação para a agricultura de pequena produção, pela reduzida fertilidade do solo, falta de acesso a rios em muitas áreas ou por problemas de relevo e aclive muito acentuado (Millikan, 1988, p.60).

Confere-se porém, pela tabela 3.12, que o afluxo de migrantes destinado à Rondônia continuou intenso no decorrer da década, provocando uma forte pressão pela ocupação de lotes de terra. Esta migração excessiva acabou por criar problemas de conflitos entre colonos, invasão de terras indígenas e apropriação de terras públicas em maior ou menor proporção em cada um desses projetos.

Nesse período o INCRA altera sua metodologia de implantação de projetos. Em virtude do volume migratório crescente ele via-se sem condições administrativas, nem financeiras para supervisionar a implantação dos projetos da forma como vinha sendo feito. Além disso, em estudos realizados pela iniciativa oficial, concluiu-se que esta sistemática era paternalista e muito prejudicial ao desenvolvimento da comunidade. Segundo Martine (1991, p.5), houve também uma forte pressão junto às autoridades governamentais para a adoção de um modelo considerado "mais realista" de assentamento em virtude do crescimento explosivo da especulação de terras. Neste modelo voltado para agricultores com maior capacitação profissional e algum recurso financeiro, o INCRA deixa então de

fornecer assistência *direta* e passa a realizar somente as atividades de parcelamento rural, construção de estradas, seleção, assentamento e controle da situação dos colonos. Abandona-se, conseqüentemente, o modelo dos PIC's e cria-se os Projetos de Assentamento Dirigido (FAD's).

Com essa alteração a grande diferença passa a se estabelecer no tocante ao *público* beneficiado; ao contrário das seleções anteriores, o critério de seleção passa a exigir do migrante um mínimo de conhecimento da atividade de produção agrícola e recursos financeiros, uma vez que os novos projetos seriam dirigidos a uma exploração especificamente planejada (Almeida, 1984).

Em Rondônia foram criados dois novos projetos seguindo esta nova orientação, o FAD Burareiro no ano de 1974 e o FAD Marechal Dutra no ano seguinte. O primeiro localizava-se próximo a Ariquemes, com lotes de 500 a 1.000 ha, perdominando assim a categoria de médio produtor e de empresário rural. O segundo também localizado na região de Ariquemes tinha as parcelas definidas com tamanho de 250 ha.

No que tange à elaboração destes projetos, é importante atentar para a proximidade destes dois projetos acima mencionados e o tipo de colono assentado no FAD Marechal Dutra que destinava aos migrantes mais pobres, no sentido de compreender a lógica existente: este último projeto foi considerado como uma possível fonte de força de trabalho para os empresários do FAD Burareiro (Millikan, 1988; Martine, 1987).

Quanto a este último projeto, destinado a empresários agrícolas, verifica-se que a área de instalação era de solos de alta fertilidade (o que, como se viu não é muito frequente na região) e a cultura especificamente estimulada pelo INCRA, através de abundantes recursos de créditos, foi a do cacau. Inclusive, esperava-se que produtores de cacau menos capitalizados da Bahia viessem para este projeto estimulados pelas condições oferecidas (Martine, 1991).

Destaca-se, então, que uma das poucas áreas de solos de qualidade superior da região foi justamente ocupada por um projeto destinado a médios e grandes proprietários rurais. Esta observação é importante na medida em que a fertilidade do solo foi o fator considerado primordial para o bom desempenho do parceleiro e constata-se que exatamente parte destas poucas áreas são destinadas não aos migrantes pobres e sem recursos mas aos produtores capitalizados<sup>10</sup>. Cabe ressaltar que esta fase de implantação destes projetos coincide com uma mudança na intervenção do governo para a Amazônia, que passa a estimular os grandes projetos, acreditando que apenas "com vastos recursos e muita capacidade empresarial" seria possível viabilizar a agricultura nesta fronteira (Muller, 1983, p.662).

A modalidade de ocupação através do leilão de grandes propriedades (variando geralmente de 1.000 a 3.000 ha) passou a

---

10-Almeida (1984), por exemplo, em trabalho sobre aptidão do solos amazônicos, conclui que o problema não é necessariamente a incapacidade destes à cultura típica do pequeno produtor, mas que as regiões propícias para a instalação de agricultores com poucos recursos econômicos, ou seja, que praticam a agricultura com métodos tradicionais, estão sendo ocupadas por médios e grandes proprietários. Assim para os menos dotados de recursos restam as áreas de solos inferiores. As terras boas, em geral, foram adquiridas por grandes proprietários, empresas privadas de colonização (que privilegiavam o médio e grande produtor) e que na maioria das vezes ocupam-se com a pecuária.

ser efetuada pelo INCRA. No município de Porto Velho criaram-se a *Gleba Baixo Candeias* e *Gleba Jacundá*; em Ariquemes o *Burareiro Licitação* e, a *Gleba Corumbiara* no município de Fimenta Bueno (Millikan, 1988, p.67). Cabe salientar que os solos da região de Ariquemes onde foi implementada a *Gleba Burareiro* eram de excelente qualidade. No que se refere à seleção para estas áreas o INCRA exigia do ofertante um projeto de exploração, ser um empresário e comprovar que não possuía mais que 3.000 ha em qualquer lugar do país, limitando à aquisição a apenas um lote (Carvalho, 1990, p.259).

Além disso, a partir de 1975 o INCRA passa a realizar o programa de "posse da terra", que tinha como "objetivo a separação dos posseiros que reivindicavam títulos *legítimos* e a eliminação daqueles indesejáveis". Foram beneficiados por este programa cerca de 13 mil famílias (Martine, 1991, p.6).

Não obstante, ficou mais transparente os objetivos da política de colonização da região Norte, a partir da segunda metade da década de 70, através de certas atitudes do governo federal: o abandono dos projetos de colonização na Transamazônica e a criação do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (POLOAMAZONIA), com critérios mais explícitos de priorizar os migrantes com experiência agrícola e recursos financeiros. Em Rondônia, o POLOAMAZONIA dispendeu esforços para a Regularização Fundiária e o fomento da produção de cacau nos projetos PAD Burareiro e PAD Marechal Dutra. Além da criação do Polo Agromineral em que foi destacado, principalmente, os setores de Desenvolvimento Urbano (abastecimento de água, drenagem pluvial,

sistema viário, etc), transporte, energia, saúde, e saneamento, agricultura. Em termos percentuais, o setor de transporte recebeu 32,7% dos recursos destinados ao território de 1975/82. Registra-se que foram abertos nesse período um total de 7.696 Km de estradas. O Desenvolvimento Urbano ficou com 22,4% e, finalmente, a agricultura com 14,6% (observa-se que este percentual representa menos da metade dos recursos destinados ao transporte). Os setores de saúde e educação ficaram com apenas 10,8% e 7,5% respectivamente<sup>11</sup>.

Considerando a existência de outros projetos, os PIC's, onde o parceleiro, em geral, não possuía recursos financeiros na proporção que possuía os beneficiários dos FAD's, a determinação do POLOAMAZONIA de priorizar estes últimos demonstra, conforme conclusão do Relatório FIPE (julho/1987, p.5) que este programa não parecia eleger a agricultura como meio de colonização, mas sim, como fonte geradora de divisas.

A partir de 1979, constata-se drástica redução no orçamento, que atingiu inclusive recursos para manutenção de serviços essenciais. Por outro lado, conforme se observa pela Tabela 3.12. o fluxo migratório tomou novo impulso, gerando uma situação caótica na região. Nesse contexto que o INCRA cria um tipo de projeto distinto do modelo até então vigente, que demandava menos recursos. Foi instituído os Projetos de Assentamento Rápido (PAR) que assim como o programa de "posse da terra", também visava legitimar a ocupação espontânea empreendida pelos migrantes. Este projeto constituía-se, basicamente, na abertura de picadas de

---

11-Relatório FIPE, vol.2, julho/1987, p.5.

metros e marcação das testadas das parcelas. Entre 1970/1986 foram criados 3 PAR em Rondônia, numa área total de 2,2 mil ha, com o assentamento de 19.787 colonos (Dado extraído de Mueller, 1990, p.65).

#### 4.1.1 Principais Resultados da Política de Colonização na Década de 70

Em termos gerais, a década de 70 trouxe mudanças significativas para a região, principalmente, em termos de população. Houve um grande fluxo migratório: a migração líquida ficou em torno de 383 mil pessoas (Dado apresentado por Martine, 1981, p.14). Enquanto isto, o número de assentamentos até 1983 ficou em torno de 23 mil famílias (ver tabela 3.14), demonstrando claramente que os projetos de colonização apresentavam reduzida capacidade de absorção.

A infra-estrutura de transporte foi importante fator limitador do sucesso dos projetos, porém soma-se a este problema um outro agravante, a manutenção da malha viária já construída. Dos lotes que estavam próximos a alguma estrada construída, somente 60% tinham acesso em época de seca e, no período das chuvas o percentual reduz para 10% dos lotes (Skillings and Tcheyan, 1979 citado por Millikan, 1988, p.71). No caso da abertura de picadas que passou a predominar a partir da instituição dos PAR, em épocas de chuvas era praticamente impossível a conservação, ficando o colono distante da rodovia BR-364 em completo isolamento.

O nível de migração foi tão intenso frente à capacidade de assentamento que, a partir de 1974, no PIC Ouro Preto assentamento passou a significar simplesmente regularização fundiária. A área deste projeto no final dos anos setenta tinha praticamente dobrado, passando de 218.000 ha que constava no desenho inicial para 512.585 ha. Os migrantes que chegavam ocupavam terras devolutas próximas aos projetos, muitas vezes até repetindo o traçado do projeto. A política adotada pelo INCRA foi de conceder o direito de posse a esses migrantes.

Turchi (1980) elabora um importante trabalho em que apresenta as situações que foram se esboçando no PIC Ouro Preto. Destaca as precárias condições no tocante à infra-estrutura (estradas, comercialização da produção, armazenamento, serviços de saúde, educação, habitação, assim como ineficiência no sistema de crédito, assistência técnica e cooperativas) que tornava difícil a fixação do pequeno proprietário ao lote. Pode-se dizer também, que com o descontrole do assentamento das famílias no lote em função da ampliação desmedida da área do projeto promoveu o aparecimento de conflitos e venda da parcela a mais de uma família.

A contínua imigração de pequenos produtores sem recursos financeiros aliado às condições existentes de assentamento fez aparecer no projeto a figura do "agregado", indivíduo ou família que mora em uma parcela e trabalha para o proprietário do lote, através da parceria ou arrendamento, ou simplesmente como assalariado que, no caso do projeto Ouro Preto, representava pequena proporção. Estes migrantes, em geral, não possuíam nenhum

recurso "nem mesmo para penetrar na mata e invadir alguma área", aponta Turchi (1980, p.324).

Ao contrário do caso paranense em que a parceria era predominante e não representava fator de distorção, na medida em que a principal atividade desenvolvida era a lavoura cafeeira, a qual permitia rápida capitalização ao colono, no caso de Rondônia, a produção efetuada por este migrante acaba destinando-se à sobrevivência da família. Dados levantado por Turchi (1980) para o PIC Ouro Preto coincidem com estas afirmações: observa-se que 58% dos parceiros praticam apenas agricultura de subsistência. Alguns poucos casos em que o agregado planta cultura perene, verificou-se que raramente este usufruiu deste trabalho, pois planta culturas permanentes apenas em troca de um espaço para plantar as culturas de subsistência.

O crescimento dessa relação de parceria aponta para o fenômeno de ocorrência típica nas áreas de expulsão de migrantes e, conseqüentemente, a comprovação do fracasso da "Unidade de Produção Familiar", categoria idealizada pelo INCRA, afirma Turchi (1980, p.329).

Atenta-se, contudo na maioria das vezes nem com a ajuda do agregado, o colono proprietário do lote conseguia transformar o excedente gerado na parcela em retorno efetivo, em virtude dos problemas de ineficiência ou inexistência dos incentivos à pequena produção, além da precariedade do sistema de transporte e armazenamento. Pesquisa de Turchi revelou que apenas 38,7% dos parceleiros possuíam plantadeira, 15,4% pulverizadores, a grande maioria nunca havia recebido assistência técnica e o crédito

tinha sido utilizado por um número reduzido de colonos e, como fator inibidor à obtenção deste estímulo estava a necessidade do título definitivo, que representava um ponto de estrangulamento nas atividades do INCRA.

No PIC Ji-Paraná, em 1977, segundo dados extraídos de Millikan (1988, p.69), estima-se que havia em média 4 famílias residindo em cada lote de 100 ha. Outros migrantes trabalhavam como assalariados em lotes de colonos proprietários ou em grandes fazendas de pecuária. Este autor sugere que este fenômeno decorre da tendência de "fechamento da fronteira" que se observa em Rondônia com o aumento das terras ocupadas por colonos migrantes e grandes especuladores.

O que acabou prevalecendo no final entre os parceleiros foi uma tendência à concentração de lotes nas mãos de um único proprietário que em geral possuía maior volume de recursos ou mesmo lote melhor situado (próximo à rodovia BR-364) e, portanto, melhores condições de serem bem sucedidos em seus empreendimentos (Turchi, 1980, p.330).

Uma dificuldade constante nestes projetos foi a ampliação de sua área original. No PIC Ji-Paraná apareceram quatro novos setores: Tatu, Abaitará, Rolim Moura, Prosperidade. No PIC Ouro Preto essas agregações chegaram a distar até 150 km do centro administrativo do projeto. Por estarem fora dos limites originais do projeto, caracterizavam-se por carência de infra-estrutura de transporte, assistência técnica, saúde, etc. e uma tendência maior à proliferação de conflitos.

Distinto da ocupação do Norte paranaense, houve um padrão de contínuos atrasos na provisão do título de terra definitivo em Rondônia, o que impedia os parceleiros de terem acesso ao crédito rural<sup>12</sup>. Segundo dados extraídos de Millikan (1980, p.71) "das 12.660 famílias oficialmente assentadas em projetos de colonização (FIC's e FAD's) no fim de 1977, somente 35,2% tinham títulos de propriedade definitivo para sua terra".

Em linhas gerais, a literatura sobre a colonização apresenta um panorama de sérios problemas enfrentados nos projetos criados ao longo da década de setenta, os principais pontos levantados para o "fracasso" da experiência de colonização, são as dificuldades impostas pela própria mata amazônica, deficiência no apoio aos colonos o que gerou a marginalização de um número nada desprezível de migrantes, a desorganização administrativa e o não funcionamento dos controles institucionais de proteção aos colonos que acabou facilitando a ação inescrupulosa de grileiros. Além, é claro da deficiência da infra-estrutura de transporte, comercialização, armazenagem, saúde, educação, habitação (Martine, 1982, Turchi, 1980).

As indicações apontam, então para a expansão na região de frentes de subsistência que segundo Sawyer (1983, p.18) é formada por posseiros, colonos, agregados e parceiros que utilizam "a terra como força de trabalho familiar, usando-se de poucos insumos e pouca energia de fontes externas à unidade". Mueller (1983, p.661) indica Rondônia como uma área de destaque na

---

12-Conforme ressalta Mueller (1983, p.664) "...até 1979, o INCRA mostrou-se pouco interessado em resolver pendências e emitir títulos, principalmente, aos posseiros nas áreas de fronteira. Mesmo nos seus projetos de Colonização, a titulação se fazia muito lentamente...".

expansão de frentes de subsistência e, os diferentes projetos como tentativa de remediar a situação criada com o crescente ímpeto que vinha adquirindo a expansão destas frentes. Considera-se, contudo, relevante ressaltar desta discussão sobre as iniciativas governamentais em Rondônia na década de 70, que embora se tenha mencionado acima os vários desdobramentos desfavoráveis dos projetos, acredita-se que a implementação destes foi fator inibidor do avanço das frentes especulativas e pecuárias que parecem indicar expansão no restante da fronteira Norte. Cabe ressaltar que esta discussão não está terminada, o processo de ocupação desta fronteira nos anos 80 e os desdobramentos quanto à estrutura fundiária, uso da terra, posse da terra e urbanização serão ainda objeto de análise de forma a tentar caracterizar as principais atividades desenvolvidas nesta fronteira.

##### 5. Colonização nos Primeiros Anos da Década Oitenta

Os anos 80 começaram com a passagem de Rondônia à condição de Estado da Federação, precisamente, em 1981 e com um fluxo migratório muito intenso. Afirmam os dados oficiais que entre 1981 e 1983 chegaram ao Estado, aproximadamente, 210 mil pessoas o que revigorava a pressão sobre o programa de distribuição de terras. Os projetos de "posse da terra" e "assentamento rápido" (FAR) continuaram sendo executados, o que induz a concluir que a ocupação espontânea mantinha-se intensa no território.

A rapidez com que ocorreu a ocupação desta região e o sentido de sua ocupação, em direção à pequena produção, fizeram da região o palco de atenção não só na bacia amazônica como também a nível de território nacional.

No que tange à área dos projetos da década anterior a situação, conforme apontado anteriormente, se apresentava complexa. Para os colonos que haviam conseguido o lote, as dificuldades na falta de infra-estrutura básica, assim como a precariedade dos mecanismos de incentivos ao pequeno produtor - crédito, assistência técnica, cooperativa, preço-mínimo - apresentavam-se como empecilhos à continuação da empreitada. Aqueles que não conseguiam resultados suficientes acabavam vendendo os lotes, acentuando então, o processo de concentração da terra. Alguns outros adotaram o sistema da parceria, arrendamento por assalariamento na busca de gerar algum excedente, mas igualmente estava-se desviando do objetivo inicial que era a "unidade de Produção Familiar" - meta básica da colonização - e mais, reproduzindo as relações de produção das áreas de expulsão.

Por outro lado, o migrante que não se agregava e nem adquiria o lote acabava instalando-se nas áreas urbanas, estas porém apresentavam carentes de infra-estrutura, assim como de oportunidades de emprego, o que só poderia levar a um aumento das periferias, da marginalidade e da miséria.

Já no final dos anos 70, juntamente com o início da abertura política e com o afloramento do debate sobre as questões sociais, políticas e econômicas do país, surge a polêmica sobre "a

ocupação e exploração econômica da floresta Amazônica", e passa-se a ponderar sobre os problemas surgidos com os modelos de colonização que vinham sendo adotados pelo INCRA até então. Precisamente, a orientação seguida, na segunda metade da década de 70, quando se observa uma expansão de grandes empreendimentos particulares na Amazônia, pois acreditava-se que apenas com a formação destes grandes projetos agropecuários seria possível vencer os obstáculos impostos pela floresta, mas que acabou por ampliar o ímpeto da formação de grandes propriedades improdutivas (o que Sawyer classifica de frentes especulativas). Dessa forma, seja por esta maior liberdade de questionamento, seja pelo agravamento da crise externa brasileira ou pela forte seca no sul do país, o fato é que, houve uma reorientação no modelo de colonização, com retorno dos objetivos de assentamento do pequeno produtor com poucos recursos, que utilizam a força de trabalho familiar, nos projetos implementados a partir desta época. Conforme ressalta Mueller (1983, p.664) "deixa-se de lado, então, a fase de clara repressão às frentes de subsistência".

Há que se considerar também o retorno à cena de figuras que participaram no governo do início da década de 70, onde predominava o ideal da construção de um "Brasil Grande". Nesse sentido, o então ministro dos Transportes no governo do General Medici (1969-1974) e colaborador no projeto de construção da Transamazônica, Mário D. Andreazza, volta como ministro do Interior no governo do presidente General Figueiredo (1979-1985).

Dentro desta perspectiva é criado, em 27/05/1981, o Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil

(POLONOROESTE). A área de abrangência correspondia a todo o Estado de Rondônia e quatorze municípios na porção oeste e noroeste do Mato Grosso, numa área total de aproximadamente 410 mil km<sup>2</sup>. A importância deste projeto é revelada, por exemplo, no número de estabelecimentos que englobava em 1985: 60% do número total de estabelecimentos do Estado<sup>13</sup>. Representou, sem dúvida, o maior esforço de consolidação da pequena produção já empreendido pelo governo federal em qualquer região de fronteira até então.

O ponto de partida deste projeto foi a reconstrução e asfaltamento da principal rodovia do estado, a Cuiabá-Forto Velho (BR-364), justificada pelos benefícios que esta poderia trazer à economia nacional ao possibilitar melhor expansão dos recursos físicos do Centro-Oeste brasileiro, além de redução dos custos de transportes, o que tornaria os produtos da região mais competitivos (Schor, mimeo).

Entretanto, começaram a ser apontados os impactos negativos que tal empreendimento ocasionaria à área, a nível das populações primitivas e do meio ambiente. Ao facilitar o acesso para o estado, abrir-se-ia a possibilidade do crescimento do fluxo migratório, que poderia colocar em perigo a unidade ecológica da região com uma ocupação irregular. Seria necessário então proteger as terras indígenas, impedir o desmatamento indiscriminado e a especulação fundiária (Millikan, 1988; Schor, mimeo).

Dentro desta perspectiva foram criados outros componentes no programa com o objetivo de amenizar os possíveis efeitos

---

13-Dado extraído do Relatório FIPE, vol.1, julho/1987.

desastrosos que a pavimentação da rodovia poderia trazer e promover um crescimento equilibrado tanto do ponto-de-vista social como ambiental das áreas de abrangência, a saber, Mato Grosso e Rondônia. Políticas seriam implementadas no sentido, por exemplo, de evitar que terras menos aptas à agricultura fossem ocupadas, que fossem utilizadas técnicas agrícolas não adaptadas, houvesse a ocorrência de desperdícios naturais, desencadeasse um processo de concentração da propriedade da terra e, ocorresse uma aglomeração de migrantes em áreas urbanas sem condições de recebê-los (Relatório Final, FIPE, 1987).

No tocante à produção, objetivava-se implementar programas de assistência técnica e extensão rural, comercialização, oferta de insumos modernos, armazenamento, crédito aos produtores. Enquanto, na área social, desenvolveriam-se projetos de saúde, educação, organização comunitária.

O intuito do programa era, essencialmente, a caracterização fundiária da região como de pequenas propriedades, para isso foi criado um esquema de apoio de forma a sustentar a viabilidade desses produtores. Assim, seriam fornecidas orientações para o uso de técnicas compatíveis ao solo; estrutura de armazenamento da produção; além de estradas em condições de promover o escoamento da produção. Conjuntamente, seriam implantados serviços de educação tradicional com ênfase na adaptação do migrante à nova realidade; um sistema de saúde condizente com as peculiaridades da região (levando em consideração o alto índice de malária).

Com relação ao meio ambiente e as comunidades indígenas, foram formuladas medidas que definiam dois milhões de ha como reservas naturais que ficariam sob a administração do IEDF e, com relação as tribos indígenas, que compreendiam um total de 22 já identificadas (com estimativa de 8000 pessoas) e que não possuíam suas reservas demarcadas, seria montado um esquema de proteção contra possíveis invasões (Relatório Final, FIPE, 1987, p.87).

O orçamento inicial do programa totalizava 1,55 bilhão de dólares, sendo que desse total, 34% seriam assegurados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e o restante se dividiriam em 43% financiados pelos recursos orçamentários próprios das entidades executoras e 23% viriam dos Fundos Especiais de Desenvolvimento Nacional (PIN e PROTERRA) (idem, p.89).

Este programa constava de 3 fases, em que cada uma levaria, aproximadamente, cinco anos para ser executada. A primeira e a segunda seriam implementadas simultaneamente e a terceira iniciaria no segundo ano de vigência. Sendo assim, o programa exigiria um total de seis anos para ser completado.

A fase 1, considerada a mais abrangente, englobava a pavimentação da BR-364, a construção de estradas vicinais coletoras e alimentadoras, assim como um projeto de combate à malária e a implantação do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado - PDRI - em Rondônia, em áreas de antigos projetos do INCRA, incluindo neste período a construção dos núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUAR's) com a finalidade de interiorizar os principais serviços rurais e serviços de educação e saúde.

A fase 2 compreendia a implantação dos PDRI do Mato Grosso.

A fase 3 abarcava a implantação dos Projetos de Colonização nas áreas novas, tanto em Rondônia como no Mato Grosso.

No tocante aos programas de desenvolvimento de proteção ambiental determinou-se a criação de áreas de proteção ambiental como a floresta Nacional de Paacas Novos, Reserva Biológica Guaporé e Jaú, Reserva Ecológica de Cuniã, juntamente com a perspectiva de implementação de medidas de criação de estrutura para o desenvolvimento florestal, monitoramento e fiscalização (Groeneveld, 1987, p.2)<sup>14</sup>. Além disso, foi estabelecido que nos novos assentamentos da fase 3 do programa, 50% do lote deveriam ser mantidos como reserva ecológica, mas de forma distinta das anteriores, ou seja, não mais seriam reservas individuais e, sim "em bloco".

O projeto de Desenvolvimento Rural Integrado em Rondônia, que faz parte da fase 1, compreendia a área de 5 projetos de colonização implantados pelo INCRA, ao longo da BR-364 e respectivas regiões periféricas onde deveria ser efetuada a regularização fundiária, totalizando uma superfície de 3 milhões de ha. Compreendia como já salientado no parágrafo anterior, a construção de estradas coletoras e alimentadoras, fortalecimento da assistência técnica, extensão rural, pesquisa agrícola, armazenagem, assistência de saúde, educação. Programava-se a implantação da infra-estrutura física de pequenas comunidades rurais - NUAR's, num total de 39 núcleos.

---

<sup>14</sup>-Entre estas normas estipulava-se que 4 árvores teriam que ser plantadas para cada metro cubico derrubado (Relatório Final de Avaliação de Meio-Termo, 1985, p.16).

Em esclarecimento, ainda que breve, sobre os diversos elementos suporte de apoio ao plano incluem-se: os Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUAR'S), que representavam centros de infra-estrutura básica: escola de 1º grau, posto de saúde, unidade de armazenamento, além de centros administrativos com escritório dos órgãos que atuavam na região. Distribuídos em áreas distantes dos centros urbanos, estes núcleos seriam uma espécie de centro de apoio à população rural. Programava-se implantar 39 núcleos, porém devido a problemas de execução do projeto, por volta do segundo ano, reduziu-se a proposta para apenas 20 núcleos (Relatório FIFE, vol.1, jul/1987).

A Organização Comunitária seria constituída pela formação de grupos, que visavam a participação ativa dos colonos discutindo os impactos que sentiam a partir do desenvolvimento do programa, isto é, a feitura do "diagnóstico dos problemas enfrentados, definição de metas, objetivos e percepção das inconsistências da política econômica nacional com impacto na região (Carvalho, 1989, p. 8); foram previstos dez grupos, que seriam definidos como "Comissões de Desenvolvimento Rural" (CDR) e implantados nos NUAR's.

Com relação à produção seriam empreendidos serviços de Extensão Rural que visavam, principalmente adaptar o produtor às condições ambientais da região, mas fazer também um trabalho de apoio estimulando ao aumento de produtividade na cultura de subsistência e o interesse pela cultura perene, assim como Pesquisa Agropecuária que tinha o objetivo de buscar melhor adaptação das culturas anuais de subsistência às condições

ecológicas da região, acentuando também a importância das culturas perenes.

Quanto ao Modelo de Produção foram formulados três propostas distintas - em agosto de 1981, o BIRD formulou a primeira na fase 1, em 1982 o INCRA criou a segunda para a fase 3 e, em 1983, o BIRD formulou uma nova, também para a fase 3 - com objetivo central de promover a diversificação das culturas permanentes, e reduzir ao mínimo as pastagens. Algumas diferenciações entre as propostas residem, por exemplo, no caso do BIRD propor área de pousio, enquanto o INCRA propunha uma produção contínua com uso de fertilizantes e aumento do tamanho do lote. (Carvalho, 1990, p. 277).

A concentração na produção destas culturas permanentes reside no fato de que estas permitiriam atingir a dois objetivos simultaneamente, isto é, funcionaria como um mecanismo de maior sustentação da pequena produção, em virtude da maior rentabilidade alcançada (em comparação com as culturas "brancas"), assim como constituiria uma opção de efeitos menos danosos ao meio ambiente.

Ainda com relação ao modelo de produção, a base era colocada no trabalho do produtor familiar e seus familiares para o plantio de culturas perenes. A pecuária, portanto, não foi considerada como uma atividade atrativa do ponto-de-vista comercial. Propunha-se, inclusive, reduzir ao mínimo as áreas de pastagens, a fim de evitar a aceleração do processo de erosão e rápida eliminação da floresta.

No âmbito da educação, seriam formuladas propostas curriculares que buscassem a adaptação do colono à sua realidade, para assim tentar fixá-lo à terra, além de condições que aumentassem a produtividade, bem como a construção de uma escola de 1º grau em cada NUAR com continuos cursos de treinamento dos professores. Em relação ao setor de saúde, o objetivo primordial seria o combate à malária. Seriam construídos postos de saúde com atendimento infantil e convencional, isto é, com visitas de médico 2 vezes por semana; além de postos equipados com serviços odontológicos. Conjuntamente, haveria os centros de saúde administrados pelo próprio município. (Carvalho, 1989, p.12; idem, 1990, p.275).

No tocante à fase 3, correspondente aos novos Projetos de Assentamento que seriam efetuados em Rondônia, o objetivo era atender famílias que já haviam sido cadastradas e esperavam a parcela, além dos migrantes que chegavam diariamente. Constituíam-se em 4 novos projetos: Urupá (município de Ouro Preto), Machadinho e Cujubim (Município de Ariquemes), Capitão Sílvio (Município de Guarajá-Mirim).

Estava previsto o assentamento em torno de 15.000 famílias até 1989. Distribuído em 1200 famílias no projeto Urupá; 5.000 no projeto Machadinho; 3800 no projeto Cujubim e 4.000 famílias no projeto Capitão Sílvio. Estes projetos caracterizavam-se por um maior cuidado no loteamento, ou seja, este deveria adaptar-se às condições topográficas e hidrográficas, assim como às condições pedológicas da região.

O programa possuía um sistema contínuo de acompanhamento e avaliação em que era possível detectar as distorções e seus impactos, no sentido de proporcionar à direção do Programa e aos que formulavam as políticas, informações contínuas que permitissem, "se necessário ajustar objetivos, arranjos institucionais e recursos durante a execução" (Schor, mimeo, p.10).

Em linhas gerais, estava assim delineado o programa para o Estado de Rondônia. A seguir, tratou-se de apresentar alguns resultados para a região, baseando-se, principalmente, nos Relatórios de Avaliação da FIFE.

### 5.1 Principais Resultados do POLONOROESTE

Em termos de resultados do Programa, pode-se afirmar que houve "descompasso entre investimento e serviço, com claras conseqüências para os públicos-metas considerados no programa. Assim, a proteção ao meio ambiente teve resultado bastante insatisfatório, com desmatamento indiscriminado por ação de posseiros, grileiros ou do próprio parceleiro, as comunidades indígenas sofreram constantes invasões<sup>15</sup>, enquanto os parceleiros tiveram os segmentos destinados à melhoria das condições de produção e qualidade de vida falhas comprometedoras para a fixação do homem à terra (Relatório, FIFE, mar/1985, p.61). Neste sentido, apresenta-se a seguir uma discussão sobre os problemas

<sup>15</sup>-A proteção às comunidades indígenas revelou um balanço crítico, apesar da atuação do POLONOROESTE que até 1986 demarcou 22 áreas das 45 conhecidas e homologou 6. Registrou-se, nessa época, que 20 áreas indígenas estavam invadidas por fazendeiros, garimpeiros, madeireiras, colonos (Mindlin, jun-jul/1986, p.64).

enfrentados pelos elementos considerados fundamentais ao desenvolvimento deste último *público-meta* citado.

A extensão rural e a assistência técnica ao pequeno produtor, como enfatizado previamente, representavam importantes veículos de divulgação de tipos de culturas mais adaptadas à região (como o possível aproveitamento de culturas nativas), foram muito prejudicadas, principalmente, pelo atraso na implantação, que no caso da primeira só aconteceu em 1984, ou seja, dois anos depois do previsto, assim como pelas dificuldades enfrentadas em função do despreparo dos próprios técnicos sobre a região amazônica, falta de crédito, insumos e condições de comercialização, além de problemas relacionados com a moradia e locomoção dos técnicos (nos períodos das chuvas a maioria das estradas ficavam intransitáveis)<sup>16</sup>.

As "Comissões de Desenvolvimento Rural" (CDR) que consistiam num dos mais importantes elementos para fazer funcionar um programa de desenvolvimento, na medida em que promoveria uma atuação da população envolvida por meio de um trabalho de conscientização. Segundo Relatório de Meio Termo da FIFE de dez/1984, este segmento já demonstrava "fraco desempenho e histórico bastante comprometedor quanto ao sucesso" (p.15). Aponta-se como fatores prejudiciais a falta de condições de acesso físico em toda a área de abrangência dos NUAR's; atraso no recebimento de verbas e dificuldades na alocação dos técnicos nos

---

16-Relatório FIFE, v.1, jul/1987, p.145; Avai. de Meio-Termo.... dez/1984, p.14.

respectivos NUAR's<sup>17</sup>, inexistência de uma equipe de coordenação a nível central. Nesse sentido registrava-se NUAR onde não havia a formação de CDR mesmo depois de dois anos de implantado.

Entre os obstáculos enfrentados na formação dos NUAR's é importante destacar o descaso com a construção e manutenção das estradas vicinais e o precário abastecimento de água. O primeiro, elemento revelou-se de grande importância para a viabilização dos demais sub-setores, pois a falta de estradas dificultava o acesso de técnicos, cerceando as atividades como serviços de extensão rural, formação de CDR, implantação de postos de saúde, escolas. O segundo também de importância similar, na medida que provoca a interrupção de serviços como escola e postos de saúde<sup>18</sup>.

O POLONOROESTE foi, indubitavelmente, o grande empreendimento no Estado de Rondônia nos anos 80. Seu impacto foi considerável, porém o tão sonhado "Eldorado brasileiro" com certeza não se concretizou.

Consta que a área do programa representava, em 1985, 65,2% do número de estabelecimentos do estado com 48% da área física total da região. Era alta a significância das lavouras produzidas dentro dos limites do projeto, assim a produção da cultura perene correspondia a 81,4% da produção total, as culturas temporárias 62,4% e o efetivo de bovinos 61,3% (Relatório FIPE, vol.1, julho/1987, p.117).

Pode-se dizer que o programa estimulou fortemente o fluxo migratório. Verifica-se que chegaram à região, no período

17-Avaliação do POLONOROESTE: PDRI, Saúde.....1984. p.20.

18-Relatório de Andamento- Acompanhamento dos PDRI's..... 1986, p.19.

1982/86, 622 mil pessoas (ver Tabela 3.12 no Anexo 2). Tal afluxo migratório acabou gerando muitas vezes, problemas do tipo: inchaço das cidades, crescimento do número de agregados, invasão de terras indígenas, entre outros.

Rapidamente passou a se conviver com situações, até então, inexistentes na região, mas muito comum nas áreas do Centro-Sul do país, como por exemplo, o processo de valorização das terras, promovido principalmente pela pavimentação da BR-364 e pela implantação dos NUAR's, dado que as terras próximas à rodovia ou aos núcleos tiveram seus preços rapidamente elevados. Esse processo apresentou uma velocidade tal que já em Relatório FIFE de julho de 1987 apontava-se que a terra agrícola em Rondônia apresentava um processo de valorização acentuado, com um volume de transações tão intenso em Rondônia quanto no Centro-Sul.

Esse fenômeno gerou uma multiplicação maior de venda dos lotes (ainda que proibida), promovendo uma grande distorção com relação aos objetivos iniciais do programa, a saber, de evitar a concentração fundiária na região (Relatório FIFE, jul/1987, v.2 p.11).

Deparou-se também com outro problema sério nesta fronteira que foi a questão de saúde. Desde a fase inicial do programa, ficou constatado que as condições climáticas da região eram muito propícias à transmissão de doenças endêmicas, com destaque para a malária. Nesse sentido a saúde (como citado em páginas anteriores) constituiu um dos componentes do programa sendo que o combate à malária seria a meta principal. Determinou-se que a Superintendência da Campanha de Saúde Pública (SUCAN) encarregar-

se-ia de combater a doença, porém dados fornecidos por este mesmo órgão revelam que ao invés de reduzir, o número de casos vem crescendo surpreendentemente, isto é, de 1980 a 1986 este número cresceu 221%, atingindo no último ano 189.986. Quando se compara com o total da população no ano de 1986 encontra-se que 15,4% demonstrou índices de contaminação (Relatório Consolidado Final, FIFE, julho 1987)<sup>19</sup>.

Quanto à produção observa-se que na fase 1, segundo uma pesquisa realizada em 1986, apenas 8,6%<sup>20</sup> da área total estava sendo explorada, onde 45% era de culturas anuais, 30% de culturas perenes e 25% de pastagem. O quadro pode ser muito mais crítico na medida em que se constata que o abandono da lavoura anual após o terceiro ano do desmatamento e a substituição pela pastagem sem gado ou capoeira começava a ser uma constante, constituindo uma forma de valorização do lote, como também permite uma fonte de rendimento ao parceleiro através do aluguel da área de pastagem quando está já está cercada (Tendência da Estrutura..., 1986, p.20, Carvalho, 1988, p.21).

A proposta de estimular a produção da cultura perene, como forma de tentar fixar o colono à terra e manter a cobertura verde de modo a proteger o solo, era um dos objetivos do programa que acabou apresentando o pior resultado. Tem-se pelo Censo

---

19-Observa-se que a malária representa a principal causa de dias perdidos entre os parceleiros. Em pesquisa de set/85 a ago/86, nos projetos Urupá e Machadinho, foi constatado que 40,1% e 79,7%, respectivamente, dos motivos de falta no trabalho era a malária (Avaliação do Projeto de Colonização de Novas Áreas-Machadinho/Urupá, 1986).

20-Confirmando que as matas representavam a maior parte da área do lote, o Relatório FIFE de 1986 revela que os projetos situados ao longo da BR-364, apresentavam em média mais de 50% das propriedades ainda com a vegetação florestal.

Agropecuário de 1985 que este segmento ficou com uma variação de 31,5%, para o período de 1980/85 enquanto para as culturas anuais a variação foi de 55%. Para a expansão do rebanho bovino 205,6%, constituindo-se, assim, o setor mais dinâmico da economia<sup>21</sup>. Os problemas quanto à viabilidade de formação das culturas perenes para o parceleiro envolve quantidade de mão-de-obra familiar suficiente para manter a produção como também a reduzida variedade de culturas disponíveis (Carvalho, 1988, p.21). Além disso, esta cultura exige um longo tempo de maturação e por uma questão de "sobrevivência biológica", dado que o colono de Rondônia não possui, no geral, recurso inicial, a cultura temporária e as pastagens representam a única opção viável, apesar da cultura anual apresentar reduzida rentabilidade (Relatório FIFE, Julho/87, p.21). Assim, predominaram nas áreas do projeto as culturas do arroz, feijão, milho, em detrimento do café, cacau, seringueira, que além de melhor adaptadas para as condições ecológicas da região, estavam voltadas, primordialmente, à comercialização.

Nos casos em que não se gerava o excedente de produção necessário para a comercialização em consequência da reduzida produção da unidade familiar, o colono passava a trabalhar de assalariado para complementar sua renda. Outras vezes, começou a fazer uso de práticas comuns à sua área de origem, a saber, a parceria e o arrendamento.

21-Relatório de Meio Termo da FIFE de 1984 (p.16) alertava que os rebanhos na Amazônia enfrentam problemas na expansão, em virtude da aftosa, brucelose, raiva e verminose, além de baixa capacidade nutricional dos pastos, sendo assim os rebanhos apresentavam rendimentos 20% abaixo das médias nacionais.

Apura-se a tendência de dois processos contrastantes - concentração fundiária e a minifundização - mas que provocam o mesmo efeito, isto é, contrariam o objetivo de fixação do colono à terra, pois tanto um quanto o outro promovem a perda da terra pelo beneficiário (Relatório FIFE, vol.1, julho/1987). Assim, nas regiões próximas da BR-364, onde houve acentuada valorização da terra, registrou-se maior mudança da posse/propriedade do lote. Por exemplo, alguns projetos antigos do INCRA, localizados nesta área, e que foram analisados pela FIFE, apresentavam um aumento de 46% em relação à área média que prevalecia na ocasião da distribuição inicial (Carvalho, 1989, p.20). Outro fator de transferência de propriedade era o grau de fertilidade do solo; nas regiões de solos pobres a tendência registrada era de concentração para desenvolvimento da pecuária, enquanto nas poucas áreas de solos férteis registrou-se uma inclinação para redução do tamanho do lote. Nesse caso, a diminuição do tamanho do lote fazia surgir o problema de não obtenção da regularização da situação jurídica em cartório, pois o tamanho ficava muitas vezes menor que o "módulo" delimitado pelo INCRA. Essas "Chácaras", como eram conhecidas, mostravam-se freqüentes no antigo PIC-Duro Preto, conforme registra Martin Coy. Para o ano de 1984, dos 72 lotes existentes, observou-se que 48% dos proprietários possuíam uma propriedade com menos da metade do lote original.

Os projetos de novos assentamentos não conseguiram atingir a meta de assentamento. O resultado não passou de 30% da meta inicial, isto é, apenas 4.600 famílias foram assentadas. Aliás,

em todo o programa foram beneficiados apenas 7.000 famílias, representando menos de um terço dos assentamentos do INCRA até 1982 (onde foram assentados 23.000 famílias) (dado FIFE).

Desses novos registros, apenas Urupá foi capaz de completar a meta inicial de 3.800 assentamentos. Em Cujubim, as obras de infra-estrutura não foram sequer concluídas, enquanto o projeto capitão Sílvio não passou dos planos. Há que considerar também as condições nestas regiões: os solos são considerados de qualidade inferior, o que representa um grande obstáculo ao bom desempenho do programa. Em termos de produção, os resultados levantados pela FIFE denotam que estes ficaram aquém do esperado. Entre 1985/86, o percentual de produtores que comercializaram algum excedente e pequeno: em Urupá, 23% dos produtores comercializaram milho; 27% feijão e apenas 16% café; em Machadinho, apenas 12,5% comercializaram milho, 8% feijão e café não apresentava qualquer registro. Carvalho (1989, p.25) declara que, em Machadinho, a produção não era sequer capaz de garantir a sobrevivência do colono, o que promovia a "descapitalização ou mesmo abandono". Além disso, cabe observar que a incidência de malária era grande, o que impossibilitava o trabalho contínuo do colono<sup>22</sup>. Em dado levantado pela FIFE em setembro/1986, observa-se que, considerando toda a atividade extrativa e agropecuária realizada no lote, a renda média mensal em Urupá, era de 1,9 salários mínimos, enquanto Machadinho registrava uma renda média mensal de 0,7 salários mínimos.

22-Seja por malária ou por acidente, os dias parados em Urupá chegavam a 55,6 e em Machadinho 59,4, ou seja, quase dois meses (Avaliação do Projeto de Colonização de Novas Áreas: Machadinho-Urupá, 1986).

Desta forma, constata-se um expressivo crescimento da capoeira, no ano de 1986, em Urupá esta representava 70% da área de pastagem e, em Machadinho mais de quatro vezes a área de pastagem. Entre outras consequências pode-se citar a exposição do solo diretamente à irradiação solar, o que provoca seu aquecimento e a perda de umidade. (Avaliação do Projeto de Colonização de Novas..., 1986, p.17)

Ressalta-se também que o programa nesse segmento de Novas Areas também não buscou o estímulo ao aproveitamento de riquezas naturais na região. Se por um lado, predominava solos de baixa fertilidade na região dos projetos, por outro, existia relativa abundância de madeira de lei, seringa nativa, castanheira e Igarapês que não foram aproveitadas e que poderia ser grande fonte de renda para o parceleiro (idem, p.46).

O incentivo via crédito agrícola foi outro elemento que recebeu pouca atenção. Registra-se que 88,5% dos parceleiros em Urupá e, 85% em Machadinho nunca haviam tido acesso ao crédito até 1986. (idem, p.71)

Em consequência desses obstáculos, observou-se que 37,2% dos parceleiros de Urupá e 20,3% de Machadinho, em 1986, confirmaram que adquiriram o lote através da compra. No caso do segundo projeto, o fenômeno é ainda mais surpreendente quando constata-se que 75% dessas transações de compra se deram no ano de 1985, isto é, um ano após o início do assentamento (Relatório de Avaliação do Projeto de Novas Areas..., 1986, p.49)

E inegável contudo que o programa obteve êxitos quanto à construção da estrutura física. Assim, a pavimentação da BR-364,

consumiu em torno de 40% dos recursos do programa e ficou concluída em setembro de 1984, antes mesmo do prazo definido na meta inicial. Porém, a nível de construção e manutenção de estradas vicinais, o resultado não parece ser o mesmo, em algumas áreas do Estado, no projeto de assentamento novo Urupá, por exemplo, pesquisa de campo realizada pela FIFE em 1986, revela que apenas 6,2% dos entrevistados apontaram as condições das estradas livre o ano inteiro, enquanto 34,5% disseram ser "precárias nas águas", 36,3% "não dão passagem nas águas e 23% "não tem linha, ou não dão passagem o ano inteiro" (Relatório de Aval. Conj., v.1, jul/1987, p.73).

Nota-se porém que os benefícios oriundos da pavimentação desta rodovia tão decantados no início do programa, como a redução dos custos de transporte, escoamento da produção, integração da região com a economia nacional, revelaram êxito limitado. Ao mesmo tempo, desdobramentos indesejáveis começaram a ocorrer: elevação do preço da terra e especulação com este ativo, fluxo migratório excessivo, desmatamento desmedido.

Entre os pontos novos e positivos do programa, cabe observar a proposta de um desenvolvimento rural harmonizado com a pequena produção, o sistema ecológico e as comunidades indígenas.

Entretanto, a nível concreto os resultados parecem não ter se revelado auspiciosos. No que se refere à proteção ao meio ambiente, por exemplo, foi verificado durante o período de avaliação da equipe da FIFE, um crescimento da invasão das reservas em bloco, rapidez na formação de pastos e capoeiras, desmatamento indiscriminado (ver Tabela 3.13 no Anexo 2). Segundo

Millikan (1988, p.2)<sup>23</sup> a continuar o ritmo de desmatamento dos anos finais da década de 80, seria possível prever que cerca da metade da floresta tropical do estado desapareceria no começo dos anos noventa (infelizmente não se obteve dados para a década atual).

Os fatores que conduziram a tal situação são vários. desde o desmatamento em ritmo acelerado realizado nos lotes, por ação do próprio parceleiro ou por ação de posseiros e grileiros para desenvolver a atividade pecuarista<sup>24</sup> (que Millikan classifica como uma das atividades "mais predatórias ao meio ambiente do trópico úmido"); como a ação das grandes propriedades, em geral, envolvidas com as atividades de extrativismo mineral, pecuária e especulação de terras.

A atividade de extrativismo vegetal apresentou um crescimento de 50% no período 1982/1985, isto significa que a produção mais que duplicou sem que houvesse qualquer iniciativa de reposição. As serrarias multiplicavam-se em busca de cerejeiras e mogno, sem que fosse adotado uma política de controle desta atividade. No Relatório FIPE (julho, 1987, p.27) foi alertado que "a forte pressão sobre a oferta estaria colocando em risco a última reserva de mogno do Brasil".

Em linhas gerais, é evidente que a situação nesta fronteira seria muito pior sem a intervenção governamental via o programa POLONOROESTE. Se não foi possível direcionar as atividades agropecuárias de acordo os objetivos, certamente, a proporção

---

23-Estas previsões são extraídas de Malingreau and Tucker, 1998.

24-Relatório FIPE, julho/1987, vol.2.

considerável atingida pelas culturas perenes nesta fronteira se deve aos estímulos do programa e, é indubitável, que a intervenção deste programa contribuiu significativamente para o perfil desta fronteira como de pequenas propriedades. Por fim, como aponta o Relatório FIPE (Avaliação Conjuntural..., v.1, jul/1987, p.68) mesmo não impedindo os impactos ambientais negativos, "muito da consciência que hoje existe sobre a importância desse controle resulta dos percalços sofridos pelo POLONOROESTE nesta área".

Nesse sentido, este programa é considerado enquanto iniciativa governamental para os anos 80, de transformação desta fronteira numa região de pequenos produtores capitalizados. As evidências dos resultados insatisfatórios neste objetivo, contudo, não impede de se considerar esta iniciativa de certa forma inibidora de um avanço maior das atividades especulativas e de pecuária. Assim, considera-se os vários projetos de colonização da década de 70, como também o POLONOROESTE um dos fatores que proporcionaram a não expansão em Rondônia, nos níveis do restante da Amazônia, das frentes especulativas e pecuárias<sup>25</sup>.

25-Salienta-se por exemplo que os critérios de seleção dos parceleiros "buscavam impedir o acesso às terras dos projetos de colonização para aqueles que não atendiam a uma série de requisitos. Casos mais evidentes eram aqueles de profissionais liberais, funcionários públicos, etc, que apenas estariam interessados em especular com terras públicas (Schor, mimeo, p.12)

## 6. Fluxo Migratório<sup>26</sup>

Data do final do século dezanove, a entrada de grande número de migrantes provenientes da região Nordeste graças à exploração da borracha.

O fluxo migratório voltou a crescer consideravelmente na região, por volta da quinta década deste século: estima-se que somente para trabalhar nos garimpos migraram para a região cerca de 50 mil pessoas, também oriundos do Nordeste (Millikan, 1988, p.23). Contudo, merece destaque também a migração do centro-sul do país que se acelerava rumo à fronteira norte como um todo à medida que o processo de "modernização" da agricultura se intensificava. Conseqüentemente, processa-se uma certa mudança no perfil do migrante com destino à Bacia Amazônica, pois ao contrário do nordestino que se dedicava às atividades extrativas, o migrante sulista ocupava a região com o intuito de cultivar a terra. Adicionalmente, um outro tipo de migrante, também oriundo do sul se dirige à Amazônia: o especulador, compreendendo aqueles empresários que são atraídos pelos baixos preços das terras e pelo potencial de sua valorização futura.

---

26-A discussão sobre migração para Rondonia passa pela classificação quanto se "escontarea" ou "dirigida". Esta fronteira apresenta características diferenciadas, no sentido de que abriga duas as categorias. Tanto a colonização da Transamazônica de iniciativa pública, como a do Norte do Paraná de iniciativa privada definidas como "dirigidas", tiveram "interferência direta e orientação forçada na fase inicial e na própria implantação - a escolha da área de colonização, o tamanho, a forma, a demarcação ou a distribuição dos lotes, seleção dos indivíduos ou dos grupos que vão ser assentados, o local das atividades, o tipo de exploração econômica, entre outros fatores é de iniciativa externa ao colono". Em Rondonia não aconteceu precisamente assim, mas a ocupação não pode ser classificada de espontânea, posto que as decisões não foram deixadas a critério do migrante: o espontaneísmo advém do fato da implementação dos projetos de colonização ter ocorrido sempre a reboque da migração. Porém, a presença do governo federal torna e marcante na região, ao estabelecer programas públicos de assentamento, critérios de seleção e direcionamento. Subsistem, então, componentes de espontaneísmo e de dirigismo na ocupação desta fronteira (CEPA-FIO, s/d, caps.4, 5, lili).

Em princípio, cabe salientar não só o grande fluxo migratório que se dirigiu para Rondônia no começo da década de 70, abrangendo aproximadamente 339 mil pessoas, como também a ampla capacidade que a região demonstrou na absorção desse contingente de migrantes que a ela acorriam. Sem dúvida, tais fatores configuram a Rondônia um grande destaque dentro do terceiro grande movimento de fronteira agrícola na história recente do país.

Dentre os elementos de atração para explicar o avanço da fronteira de Rondônia cita-se: o crescimento significativo dos estímulos governamentais para a ocupação da região; a complementação, em 1968, da rodovia Cuiabá - Porto Velho; o abandono dos projetos de colonização da Transamazônica que inclusive, fez de Rondônia uma das poucas áreas alternativas que a população rural pobre poderia ainda ter esperança de adquirir um lote de terra (Martine, 1988 citado em Milikan, 1988; Turchi, 1980, p.299).

A rodovia BR-364 foi uma das causas primordiais da migração assumir, no começo dos anos setenta, caráter incontrolável. Entretanto, a situação se torna mais alarmante em função da contínua mecanização do extrativismo da cassiterita, fenômeno que promovia a liberação de grandes contingentes de mão-de-obra. Constituiu-se, então, uma forte onda de pressão pela posse de terra e, a região passa a conviver, a partir de então, com contínuos conflitos de terra materializando-se em contínuas invasões das terras indígenas e da União.

Por outro lado, como fatores de expulsão das áreas de origem são normalmente apontados: o processo de tecnificação da produção agrícola no Centro-Sul que prossegue em sua consolidação, em particular nos estados do Paraná, São Paulo, provocando rápido enfraquecimento das relações tradicionais de arrendamento e concentração fundiária que se conjugam na liberação de grande contingente de população rural; o Estado do Mato Grosso, expoente na expulsão de mão-de-obra para Rondônia, apresentou grande expansão da formação de pastagens; a excessiva fragmentação das propriedades através do sistema de itinerância, em função das arcaicas relações de arrendamento e das dificuldades de sobrevivência dos minifúndios nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, transformando estas áreas em grandes fontes expulsoras de população (Millikan, 1988, p.54).

A respeito do fluxo migratório para a região é necessário ressaltar que as informações não são muito precisas em virtude da precariedade dos registros estatísticos<sup>27</sup>. Os dados disponíveis indicam que a população do Estado cresceu por volta de 338,7 mil durante os anos 70, sendo que, aproximadamente, 89,4% corresponde a migrantes (dado FIFE). A taxa de crescimento populacional anual passou de 4,8% nos anos 60 para 16,0% na década seguinte, o que supera amplamente as taxas apresentadas, até então, por qualquer outra unidade da federação. No caso do Norte do Paraná, a maior taxa média de crescimento anual foi de 11,0% entre 1940/1950

27- Somente em 1979 começou a operar 24 horas por dia o Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes (CETREMI), fundado em 1977, pois, até então, os migrantes que chegavam fora do horário normal de expediente não eram cadastrados. Além disso, ao registrar a entrada de migrantes incluíam-se pessoas que apenas visitavam a região.

(dado apresentado anteriormente). Em comparação aos índices apresentados pela região Norte (5,0%) e o Brasil (2,5%) para a mesma década, a taxa anual de Rondônia foi flagrantemente superior.

Conforme apresentado na Tabela 3.12 (Anexo 2), o contingente migratório durante a sétima década deste século começou a assumir proporções significativas entre os anos 1970/1974, mantendo a tendência ascendente até 1976, quando atinge o auge, sendo que, no ano posterior, registra-se uma abrupta queda, resultado das campanhas de desestímulo à migração empreendidas pelo governo nas principais áreas de expulsão (Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo). O ano de 1978 é testemunha da retomada do processo de crescimento em virtude da campanha deflagrada para transformar o território em Estado da Federação, afrouxando-se, as iniciativas de desestímulo à migração, com o intuito de transformar o crescimento populacional em elemento justificador da proposta.

Em relação aos anos 80, os dados são ainda mais surpreendentes: de 1982 a 1986, o NURE/SEPLAM estima que chegaram à Rondônia cerca de 731 mil pessoas (cadastradas), perfazendo uma média de 104 mil migrantes a cada ano. O término da pavimentação da rodovia BR-364 em 1984, possibilitou o afluxo mais generoso de migrantes durante todo ano, verificando-se, conseqüentemente, um crescimento surpreendente no número de migrantes a partir desta data. Em comparação com a década anterior, estes setes primeiros anos da década de 80 receberam 115,8% a mais de migrantes.

No tocante aos estados de origem, o Paraná (principal movimento fronteiriço do década de 40 e 50)<sup>28</sup>, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso (consideradas áreas de fronteira recente), São Paulo e o Amazonas<sup>29</sup> constituem em ordem decrescente os estados que lideravam o fluxo migratório para esta fronteira. Somente nos anos 70 a migração destes estados conjuntamente representou 47,3% da população total de Rondônia. O Paraná e Mato Grosso se tornaram em contestes líderes na relação dos Estados de origem dos migrantes. Em 1979, por exemplo, a soma de migrantes provenientes do primeiro Estado correspondeu a 61% do total<sup>30</sup>.

Alerta-se que os migrantes nem sempre têm nestes estados seus estados natais, sendo comum terem eles resididos em dois, três e até quatro estados antes de se transferirem para Rondônia (Relatório FIFE, out/1984, Millikan, 1988)<sup>31</sup>. Em pesquisa realizada pelo NURE/SEPLAN para caracterizar os migrantes na década de setenta, constatou-se que a maioria que chegava à Rondônia, apesar de terem como última residência o Estado do

28-Segundo Martine (1982, p.37) "o esvaziamento da fronteira agrícola do Paraná foi o ator principal na busca por Rondônia".

29-O Paraná representa 22,6% do fluxo migratório total. Minas Gerais 15,5%, Espírito Santo 10,0%, Mato Grosso 7,7%, São Paulo 7,2 e Amazonas 6,8%.

30-Em pesquisa do NURE/SEPLAN no PJC Ouro Preto com 100 colonos no ano de 1981, observou-se que 28,6% dos migrantes tiveram como última residência o Estado do Paraná, 27,5% o Estado do Mato Grosso, 17,3% o Estado do Espírito Santo, 16,3% Minas Gerais, 3,1% São Paulo e 7,1% outros. Pesquisa de Calvante em 1973/1979, para o PJC Ji-Paraná, também revela que a maioria dos migrantes migraram do Paraná (40,5%), seguido do Mato Grosso (22,4%), Espírito Santo (20,3%), Minas Gerais e São Paulo (6,2%) e Bahia (2,6%) (dados extraídos de Millikan, 1988, p.42, 44).

31-Pesquisa de campo realizada pela equipe da FIFE entre junho/julho de 1986 com 149 colonos de projetos criados pelo INCRA na década de 70 e que faziam parte da Fase I do programa FOLONOCROESTE, constatou que apenas um proprietário era originário de Rondônia, sendo que dos demais, 46 tinham vindo diretamente do Estado de origem e 102 residiram em pelo menos duas unidades da federação antes de migrarem para Rondônia.

Paraná, tinham nascido em Minas Gerais (40,6%), seguindo-se em ordem de importância os Estados do Espírito Santo (27,6%), Bahia (9,9%), São Paulo (8,2%) e por último o próprio Paraná (5,5%), sendo que o percentual restante refere-se a outros estados.

Um outro elemento distintivo do processo migratório é a proporção de mais da metade (58,5%) dos migrantes que se destinavam às áreas rurais, em especial às áreas ao longo da BR-364.

Quanto à ocupação habitual do migrante antes de deslocar-se para Rondônia, pode-se constatar que a maioria constituía-se de pequenos proprietários, arrendatários ou trabalhadores assalariados rurais. Dados disponíveis para o ano de 1978, revelam que 55,3% declararam serem agricultores e 8,0% trabalhadores de enxada. Pesquisa de campo, ao longo dos anos de 1978/1979 no PIC Ji-Paraná, verificou também que a atividade agrícola era a principal ocupação dos migrantes, assim 45,0% dos entrevistados tinham sido pequenos produtores ou posseiros ocupando menos de 50 ha; 31,0% eram meeiros; 9,0% assalariados em áreas urbanas e 7,0% assalariados em áreas rurais (dados levantados por Calvente, 1980 e citado por Millikan, 1988, p.43)<sup>32</sup>.

Porém, na década de 80, a tendência parece estar invertendo-se. Segundo levantamento do NURE/SEPLAN junto aos migrantes que chegaram em Rondônia no ano de 1982, observa-se que apenas 26,7% declararam-se ligados às estas atividades agrícolas (agricultores

<sup>32</sup>-A falta de uma quantidade mínima de recursos para custear a locomoção até Rondônia é uma das hipóteses para explicar o pequeno percentual de trabalhadores rurais.

e trabalhadores de enxada). enquanto verifica-se um crescimento do número de migrantes que apontam a ocupação em atividades de natureza urbana, destacando-se a da construção civil, o comércio, a carpintaria/marcenaria e as profissões liberais de nível superior que somaram neste ano um percentual de 20,6% do total. (segundo relatório FIFE de out/84). Dado coletado pelo SIMI (Sistema de Informações sobre Migrações Internas) em período mais recente (no primeiro semestre de 1986), aponta que 22,3% declaravam a agropecuária como principal ocupação, 6,1% a construção civil, o restante distribuindo-se dispersadamente por inúmeras outras atividades. Salta aos olhos, todavia, o grande percentual de migrantes sem ocupação, 30,0% do total.

Cabe observar, então, a redução na participação dos migrantes com ocupação agrícola e o incremento daqueles com ocupação nos setores urbanos ou mesmo sem ocupação. Tal modificação parece resultar em larga medida da recessão econômica que assola o país a partir de 1981 e que é sentida de maneira mais intensa nos grandes centros urbanos, promovendo um deterioramento das condições de vida nas principais cidades do centro-sul.

Em termos de escolaridade os migrantes situavam-se abaixo do padrão nacional: em pesquisa de campo de 1986, constatou-se que 57,5% dos migrantes tinham até o primeiro grau incompleto; 19,1% eram analfabetos e 21,2% cursavam o MOBRAL (Aval. Conj., v.2, jul/1987, p.24)

Observa-se que o pessoal ocupado na "agropecuária, extração e pesca" corresponde a 52,0% do total da População Economicamente

Ativa do Estado com mais de dez anos para os anos setenta, enquanto a "indústria de transformação" (5,3%) e demais atividades do setor secundário apresentam índices de participação pouco expressivos; os setores serviços e comércio também registram pouca absorção de mão-de-obra, 17,6% e 4,3%, respectivamente, o mesmo ocorrendo com a "administração pública" com 5,2% da FEA do Estado. No tocante ao tamanho da propriedade constata-se que é justamente os estabelecimentos de até 100 ha que ocupam a maioria dessa mão-de-obra, a saber, 59,9% em 1980 e 76,0% em 1985 (ver Tabela 3.10 no Anexo 2). Porém observando mais atentamente e considerando a categoria de mão-de-obra, verifica-se que o trabalho tipo familiar é predominante representando, em 1980, 90,0% do pessoal ocupado, enquanto o trabalho temporário abarcava apenas 5,0% da FEA total nessa época.

A questão, entretanto, fundamental no que se refere à migração em Rondônia é certamente o elevado índice que se registra, principalmente, na década passada e, os resultados poucos satisfatórios do processo de assentamento dos novos migrantes. Assim concluiu o Relatório Conjuntural do FOLONOROESTE (p.29), em julho de 1987, "a realidade atual do Estado é a de que permanece uma forte pressão sobre a terra, tanto pela existência de um sem número de famílias residentes sem terra, como pela existência de um intenso e continuado fluxo migratório".

Pode-se afirmar, outrossim que o migrante que se destina a Rondônia, em geral, passou por outras áreas de fronteira agrícola na luta incessante pela sobrevivência, conforme, registra Schor (mimeo, p.13) "a clientela dos projetos de

colonização é formada por produtores pertencentes à grande massa de migrantes que se desloca concomitantemente com o deslocamento da fronteira".

Inferese ainda que a migração em Rondônia parece predominar um tipo de colono despossuído de recursos financeiros, que chega nesta fronteira apenas com os braços familiares para efetuar a empreitada de desmatar e cultivar o lote. Conforme se verifica no Relatório FIFE (1986, p.58), num levantamento com parceleiros dos projetos de Colonização de Novas Áreas, Urupá e Machadinho, a quase totalidade dos parceleiros entrevistados chegaram com ferramentas, 92,4% e 90%, respectivamente (enxadas, foice e machado), contudo 12,4% dos colonos possuíam apenas estes instrumentos. Enquanto um percentual de mais de 50% dos colonos afirmaram que ao chegar no lote não possuíam nenhum dinheiro

O fluxo migratório para Rondônia parece, então, constituído de colonos muito mais carente que os migrantes que se deslocaram para a fronteira norte paranaense. Apesar de não se ter acesso a nenhum levantamento detalhado do perfil dos migrantes no Norte Paranaense, as evidências apontadas na literatura indicam que em geral possuíam algum recurso financeiro e experiência no plantio de café.

## 7. Estrutura Fundiária e Posse da Terra em Rondônia

No período do extrativismo da borracha a estrutura fundiária era altamente concentrada tendo os seringalistas apossado-se de vastas áreas de terra. Havia, nesta época, problemas de titulação

em virtude da liberação dos títulos ser efetuada pelos dois Estados responsáveis pela área, Mato Grosso e Amazonas. A situação era tal que mesmo as titulações quando existentes frequentemente não incluíam a delimitação da propriedade, nem o tipo de posse, suscitando o surgimento de vários litígios e a persistência de dúvidas quanto à situação de propriedade.

O primeiro cadastramento de imóveis rurais foi apenas realizado no final da década de 60 (1967/1968) pelo INCRA. Neste levantamento, nove pessoas se declararam proprietárias de áreas superiores a 100 mil ha, correspondendo a 12,0% do território, mas no resultado final apenas 155 títulos definitivos foram reconhecidos, englobando 7,0% de toda a área do território, enquanto o percentual restante (93,0%) pertencia, exclusivamente, à União.

Este grande percentual de terras públicas é ponto que distingue Rondônia das outras áreas da fronteira Norte, o que pode ser considerado como fator de contribuição na formação do perfil da região como promotora de pequenas propriedades. As explicações apontadas para este fenômeno são: o fato de no ciclo da borracha a titulação da terra fazer-se desnecessária, a estrutura administrativa dependente de dois centros (Cuiabá e Manaus) o que onerava demasiadamente o custo já elevado da transferência da demarcação e, principalmente, pela transformação da área em território, o que retirou da administração local o

direito de distribuição de terra<sup>33</sup> (Formação Histórica de Rondônia, mimeo).

Quando do segundo cadastramento na região, em 1972, o INCRA constatou uma situação bastante complexa: 3.200 propriedades com as mais diversas modalidades de propriedade reivindicavam títulos provisórios, títulos definitivos, cartas de aforamento e, posse sem qualquer condição legal (Turchi, 1980, p.311). No decorrer da década de 70 com o desordenado afluxo de migrantes a estrutura fundiária tornou-se caótica<sup>34</sup>.

A análise dos dados apresentados no Censo Agropecuário, revela que a partir dos anos sessenta (período inicial considerado neste estudo) houve um crescimento surpreendente do número dos estabelecimentos, registrando nesta e na década seguinte taxas de crescimentos acima de 600%.

Processando-se à análise da evolução das diferentes classes tamanhos de propriedades, registra-se segundo as Tabelas 3.1 e 3.2 (Anexo 2) que o crescimento da categoria de menos de 10 ha passou de 8,0% na década de 60 para 25,0% na seguinte. As propriedades que estão entre 10 - 50 ha, porém apresentaram redução durante esta década, passando de 29% em 1970 para 15,0% do total em 1980. As propriedades entre 50 - 100 que constituíam apenas 10,0% do número global de estabelecimentos em 1970 atingem 25,9% dez anos depois. As propriedades de 100 a 500 ha que representavam em 1970 o maior número (praticamente 50% do total),

33-O decreto-lei 1.164 promulgado em 1971 "fortaleceu a jurisdição do governo federal sobre as terras de Rondônia", declarando quase toda as áreas sobre controle do INCRA (Millikan, 1988, p.59).

34-Segundo Cardoso e Møller (1977) ainda no final da década de 70 em Rondônia, seringueiros e seringueiristas detinham 400 mil ha de terra não titulados.

depois da segunda metade da década sofrem redução significativa em sua participação (o percentual cai para 32,3%), enquanto as propriedades de mais de 500 ha continuaram detendo participações inexpressivas. Os dados disponíveis para a primeira metade da década de 80, revelam crescimento acentuado nos estabelecimentos de menos de 10 ha (aumento de 84,8% entre 1980/1985), elevando-se também o número de propriedades entre 10 - 50 ha (174%) e entre 50 - 100 ha (78,6%), enquanto é reduzida a participação dos demais tamanhos de estabelecimentos. A observação mais atenta desses dados revela um significativo aumento da importância dos minifúndios (menos de 10 ha) a partir da segunda metade dos anos 70, que pode ser interpretada como uma evidência negativa para a fixação dos migrantes, dada as dificuldades de condições de capitalização nestas propriedades. A importância dos estabelecimentos entre 10 - 100 ha (apesar de apresentar redução entre 1970/1975, em decorrência da acentuada queda no percentual de estabelecimentos de 10 - 50 em relação ao total) é explicada pela atuação governamental visando a criação dos projetos de colonização dirigida.

A área dos estabelecimentos não apresenta comportamento idêntico ao exposto acima para o número de propriedades. Os estabelecimentos com menos de 10 ha que correspondiam a quase 30% do número total em 1985, ocupavam uma área inexpressiva de 1,7%. O grupo entre 10 - 100 ha cresce em número e em área, passando de 5,6% da área total em 1970 para 33,3% em 1985. Os estabelecimentos na classe de tamanho de 100 - 500 ha, que constituíam 51,5% da área total ocupada pelas propriedades,

apresentam tendencia declinante durante estes 15 anos, atingindo 31,9% da área global em 1985. Os estabelecimentos de mais de 1.000 ha, que representaram menos de 1.5% com relação ao número total de estabelecimentos, desde os anos 70, no tocante à área, sempre representaram percentual significativo: em 1970, somavam 38,34% do total e, em 1985 29,7% da área global dos estabelecimentos. É surpreendente a taxa de crescimento da área total ocupada pelos estabelecimentos (13,0%) revelando com isso a intensa velocidade imprimida no processo de ocupação de Rondônia.

Dados relativos ao projeto POLONOROESTE comprovam o importante papel desempenhado pelas iniciativas governamentais para o delineamento da região como de pequena produção. A área média dos estabelecimentos fora dos municípios do programa (Totalizando 18.461 estabelecimentos) era de 146,29 ha em 1980, enquanto nos limites do programa<sup>35</sup> (que abrangiam 29.910 estabelecimentos) a área média ficava em torno de 84 ha. Em 1985, observa-se redução nas duas regiões: fora da área do programa, cresce para 28.410 o número de propriedades, enquanto a média atinge 111,91 ha e, dentro da área do programa onde o número de estabelecimentos eleva-se para 53.172, a média se reduz substancialmente para 54,75 ha. Assim, em 1985 depois de três anos de vigência do programa, a área de POLONOROESTE congregava 67,5% do total dos estabelecimentos, sendo 70,6% daqueles com menos de 100 ha e 55,4% dos estabelecimentos de 100 a 1.000 ha (Avaliação Conjuntural..., v.1, junho/1987).

35-A área dentro do programa incluía os municípios de Ariquemes, Cacoal, Jaru, Ji-Paraná, Juro Preto D'Oeste, Presidente Médici e Fátima Moura.

Em linhas gerais, os dados censitários atestam que a estrutura fundiária de Rondônia caracteriza-se pela formação de pequenas propriedades: a área média que era de 230,4 ha em 1970, cai para 108 ha em 1980 e, em 1985, este número se reduz ainda mais, para 74,8 ha. Em comparação com a fronteira norte do Paraná, pode-se dizer, contudo, que a área média ainda que declinante em Rondônia, situa-se em patamares muito acima daqueles encontrados nesta fronteira, ou mesmo no Estado do Paraná como um todo. Por outro, comparando com a área média do Centro-Oeste conforme apresentado na Tabela 2.10. do capítulo 2, Rondônia apresenta níveis consideravelmente menores. Cabe observar, que em Rondônia partia-se de um tamanho de lote muito acima daqueles definidos para o norte do Paraná, ou seja, o tamanho padrão dos lotes no projetos da década de 70 era de 100 ha<sup>36</sup>. No projeto FOLONOROESTE foi revisto esse tamanho padrão e concluiu-se que o tamanho do lote poderia ser reduzido para níveis compatíveis com a capacidade de exploração do parceleiro e sua família, nos assentamentos novos: a título de exemplo, o tamanho médio era de 25 ha em Urupá e 45 ha em Machadinho.

Em função do avanço do processo de ocupação da fronteira agrícola de Rondônia ser recente, não se pode extrair conclusões definitivas. Dessa forma, valeu-se das evidências apontadas nos Relatórios de Avaliação do FOLONOROESTE realizados pela FIFE, os quais efetuaram várias pesquisas de campo na área do programa ao longo da primeira metade da década passada, como indicadores dos

<sup>36</sup>-A área destinada a reserva era de 50%, o que implica que a área que o parceleiro poderia cultivar de fato era 50 ha, observa-se que as condições no Paraná favoreciam a formação de lotes de menos de 50 ha, pois os solos de terra roxa facilitavam a exploração dos coqueiros com mão-de-obra familiar.

possíveis desdobramentos no processo de subdivisão da terra nesta fronteira.

O acompanhamento realizado pela FIFE apresentam sinais de forças atuando em sentido contrário ao processo de consolidação da pequena propriedade em Rondônia, configuradas na formação de um mercado especulativo de terras revigorado pelos investimentos públicos de infra-estrutura física, destacando-se a pavimentação da BR-364 e a construção de estradas municipais e vicinais que promoveram a valorização da terra na região. Investigações realizadas em vários pontos de Rondônia indicam que terras próximas à rodovia BR-364 tendem a ter preços mais altos que os lotes mais longínquos, assim como o preço se eleva à medida em que os lotes ficam próximos a algum Núcleo Urbano (NUAR) do projeto ou à cidades do Estado. Além disso, o grau de fertilidade do solo no lote constitui elemento diferenciador no estabelecimento do preço da propriedade. Pesquisa da FIFE sobre preço da terra observou que "o preço da terra agrícola, no final do ano de 1985, era pelo menos, o décuplo do praticado 13 a 15 meses antes, quando da inauguração da pavimentação da BR-364 (setembro de 1984), o que em termos reais significa uma valorização de pelo menos duas vezes e meia (...)" (Aval. Conj...,v.2, jul/1987, p.12).

Numa pesquisa de campo realizada na área dos projetos criados pelo INCRA nos anos 70, ao longo da BR-364 (num total de 149 entrevistas) verifica-se uma tendência de reconcentração da terra - "parcela significativa de colonos originais havia repassado seus lotes para terceiros", sendo que do total dos

entrevistados 59% eram não-originais<sup>37</sup>. A área média em todos os projetos apresentou crescimento: no Burareiro, onde a concentração foi menos vigorosa, a área passou de 250 ha para 398 ha; o caso de concentração mais intensa se deu no PIC Ji-Paraná onde a área média que era 114 ha saltou para 242 ha. Além disso, os dados sobre tamanho de estabelecimentos na área do programa indicam que os estabelecimentos com mais de 1.000 ha tiveram um crescimento expressivo de 84,8% nos anos de 1980/1985 (Avaliação Conjuntural..., v.1, jul/1987, p.70).

No que tange ao comportamento da posse da terra, observa-se que o número de ocupantes sempre foi elevado na região (ver Tabela 3.3 no Anexo 2). No primeiro quinquênio da década de 70 registra-se uma redução significativa na participação deste produtor, vinculado provavelmente à realização do cadastramento em 1972 e à formação dos vários projetos de colonização. Em contrapartida, cresce neste período a categoria proprietários que passa a representar 66,1% do número de estabelecimentos. Em relação aos cinco anos seguintes, a categoria ocupante passa a representar a maioria dos estabelecimentos, 50,8%, fato que constitui indicação da situação caótica que prevaleceu na questão da titulação de terra, em função dos constantes atrasos registrados na atuação do INCRA.

Na primeira metade da década passada, a categoria proprietário volta a atingir percentual acima de 50%, com expressiva redução no número de estabelecimentos com colonos

<sup>37</sup>-Adquiriram o lote através de compra 76,5%, não se registrando, entretanto, casos de ocupação e/ou sesão invasão, sendo que a quase totalidade possuía *Título Definitivo* (Tendência da Estrutura Fundiária em Rondônia, 1986, p.4).

ocupantes (passam de 50,8% em 1980 para 28,4% em 1985), embora os ocupantes ainda se apresentem como grupo importante em números absolutos. A intervenção do POLONOROESTE certamente constitui fator explicativo para este resultado favorável à categoria proprietário, considerando que um dos seus principais objetivos era efetuar a regularização fundiária em alguns projetos criados pelo INCRA na década anterior.

É significativo registrar a evolução da importância da categoria dos parceiros. Esta categoria apresentou tendência ascendente desde 1970, mas nos primeiros anos da década de 80, ocorre um salto e esta passa a representar, em 1985, 11,7% do total dos estabelecimentos, apresentando uma taxa de crescimento de 302,7% no período de 1980/1985.

O crescimento da categoria parceiro coincide com o aumento do número de estabelecimentos de menos de 50 ha, classe de tamanho que concentra a grande maioria destes produtores, conforme pode-se constatar pela Tabela 3.4 no Anexo 2. Em 1980, estes estabelecimentos representavam 96,8% das propriedades com parceiros e, em 1985, este percentual atinge 96,4%. A parceria, como já salientado anteriormente, foi amplamente difundida no Norte do Paraná, em função, dentre outros fatores das próprias peculiaridades da cultura cafeeira (mais de 40% dos parceiros nesta fronteira, em 1970, estavam vinculados ao café). Em Rondônia, entretanto, como já discutido anteriormente, as indicações sugerem que a parceria "é causada fundamentalmente pela descapitalização dos titulares de terras (...), ou seja, impossibilidade dos colonos expandirem a área cultivada com base

na utilização de sua própria força de trabalho "(Aval. Conj... v.2, jun/1987, p.22).

Cumprе salientar que apesar da estrutura fundiária caracterizar-se por pequenas propriedades, conforme indica o Censo Agropecuário para o período 1970/1985, as tendências evidenciadas nos vários Relatórios da FIFE são de concentração no sentido de que, a acentuada mudança na posse da terra que se registra na região é seguida, em geral, de ampliação do tamanho do lote. Por outro lado, os dados do Censo indicam que processo inverso também parece estar ocorrendo nesta fronteira, a minifundização, dado o franco crescimento das propriedades de menos de 50 ha no período 1980/1985. Se por um lado esta fronteira se distancia do padrão predominante de grandes propriedades do Centro-Oeste, aproximando-se muito mais do padrão paranaense, as evidências são de que esta situação pode ser alterada em período muito mais curto do que aquele vivenciado na fronteira agrícola do Paraná.

A ausência dos dados do Censo de 1991 impedem que se faça afirmações prontas sobre os possíveis desdobramentos da estrutura fundiária e posse da terra em Rondônia. A análise dos dados para um período de 15 anos, indubitavelmente, é pouco satisfatória, comparando-se com a análise do Paraná onde é possível confrontar dados de quatro décadas.

## 8: Produção Agrícola na Fronteira de Rondônia

Cumprе salientar que na ausência de um "carro chefe" na promoção do avanço da fronteira agrícola que, no caso do norte do Paraná foi assumido pela cultura cafeeira, Rondônia vem mantendo uma dinâmica no desenvolvimento dos setores de extrativismo mineral e vegetal, assim como no setor agropecuário.

A produção de cassiterita que foi de aproximadamente 8.152 toneladas em 1980, correspondeu a 62,1% da produção de estanho do país, tem revelado o emprego crescente de técnicas de produção modernas e sofisticadas, ao longo da década de 80<sup>ª</sup>. Outro mineral abundante na região é o ouro que, em 1980, atingiu uma produção de 203 toneladas mas que eleva-se para 335.505 toneladas no ano de 1984 (Dado do Anuário Estatístico IBGE). Em 1986, esta atividade extrativa gerou renda bruta superior às lavouras mais importantes, cabendo ao extrativismo 44,8% da renda bruta gerada nas atividades produtivas no Estado, enquanto a agricultura e a pecuária foram responsáveis por respectivamente 43,0% e 12% da renda bruta total (Aval. Conj..., 1987, v.2, p.28 e 29).

A extração da madeira foi outra atividade cuja importância cresceu aceleradamente na região à medida que as estradas foram sendo abertas. O número de madeireiras foi se multiplicando com a efetiva ocupação do Estado, em sua grande maioria funcionando na clandestinidade, o que suscita preocupação quanto ao caráter

---

33-A produção deste mineral tem contudo revelado tendência declinante em relação à produção brasileira ao longo dos anos 80, assim em 1985 a produção de Rondônia (cerca de 10.887 ton.) correspondeu a 24,3% do total do país, observa-se uma recuperação em 1988, quando registrou-se sua produção de 22.387 ton., o que constitui 44% da produção nacional, níveis entretanto que está muito abaixo do registrado no ano de 1980 (Dado extraído do Anuário Estatístico do IBGE).

exploratório e devastador decorrente desta modalidade de empreendimento.

Em termos de participação no FIB do estado, conforme relata trabalho de Vieira e Ablas (1989), o setor de agropecuária foi predominante como atividade somente até 1970, de modo que em 1980, a indústria contribui com 26,6% do total ultrapassando a agropecuária que é responsável por 20,8% no mesmo ano.

No que se refere à área explorada com lavouras, pastagens e matas plantadas, os dados do Censo Agropecuário (Tabela 3.5 e 3.6 do Anexo 2), apontam crescimento até 1980, quando atingiu 21,4% da área total dos estabelecimentos, tendência que é revertida nos primeiros anos da década, quando ela passa a representar 19,7% do total de estabelecimentos. A importante questão levantada por este dado reside no reduzido grau de exploração dos estabelecimentos, constatando-se a existência de enormes extensões de florestas e matas inexploradas comercialmente. Estes percentuais de taxa de exploração da área do estabelecimento certamente situam-se em patamares inferiores aos índices encontrados no período de expansão da fronteira Norte do Paraná (ver Tabela 2.6 do capítulo 2).

No tocante à área de lavoura, observa-se que a área explorada cresceu 333,4% durante os anos 1970/1975; 95,1% entre 1975/1980 e, cerca de 43% no período 1980/1985. Apesar da taxa de crescimento temporalmente declinante denotada por estes percentuais e, explicada parcialmente pela reduzida magnitude da base inicial, deve-se apontar que ainda assim tal taxa de expansão é bastante significativa. Para a região Norte como um

todo o crescimento foi de 93,7% entre 1970/1975; 45,9% no período 1975/1980 e, 15,9% de 1980/1985. Para o território brasileiro, os índices são ainda menores: 17,7%, entre 1970/1975; 26,0% de 1975/1980 e, 6,5% no período 1980/1985.

Quanto ao tipo de lavoura, registra-se que as culturas anuais são de enorme importância para a agropecuária de Rondônia, apesar de apresentarem ao longo do período redução em relação à área total de lavoura cultivada. Mesmo assim, sua relevância é aparente pelo registro de índices superiores a 50% em todos os anos considerados, como se observa na Tabela 3.6 (Anexo 2). Assim, em 1950 elas representavam praticamente 87% da área total da lavoura cultivada, percentual que se reduz para cerca de 59% em 1985. Como contrapartida a esta tendência declinante de participação das lavouras temporárias, a área de cultura permanente foi crescendo no período analisado, destacando-se o início da década de 80, quando a área ocupada por estas culturas passa a representar mais de 40% do total.

A despeito do crescimento das áreas destinadas à lavoura, as pastagens sempre constituíram significativa parcela da área explorada de Rondônia. Contudo, os percentuais não apresentam uma tendência consistente ao longo do período aqui analisado: cresceram até 1970, quando atingem 73,2% da área total; posteriormente, registraram queda ao longo dos primeiros cinco anos da década de 70, voltando a crescer a partir de 1975, enquanto permanecem essencialmente inalterados em torno de 67% do total da área explorada no começo da década passada.

No que se refere ao tipo de cultura, nota-se que entre as principais lavouras temporárias, destacam-se o arroz com produção de 117.016 toneladas, o milho com 67.023 toneladas e a mandioca com 50.831 toneladas para toda a década de 70. Para a década seguinte, as taxas de crescimento médio para estas culturas foram significativas, a saber, 12,0% ao ano para a mandioca, 6,7% ao ano para o milho e 4,95 ao ano para o arroz. Os dados para a segunda metade da década passada, revela uma certa mudança na taxa de incremento médio destas lavouras, o arroz registra queda de (-9,5%) ao ano, assim como uma ligeira redução na produção de mandioca, enquanto a produção do milho aumenta para 7,6% ao ano (ver Tabela 3.7 no Anexo 2).

O cacau e o café começaram a desenvolver-se de forma substantiva na região na segunda metade de década de 70, sendo que o plantio do café ultrapassa, rapidamente, a área plantada das outras culturas. Em 1975, o café exibia apenas 20 ha de área colhida e o cacau 264 ha; em apenas cinco anos elas detinham respectivamente 24.768 ha e 5.930 ha de área colhida. Finalmente, em 1985, estas áreas crescem para respectivamente 62.653 ha e 37.617 ha, apresentando percentuais de crescimento de 153,0% para o café e 534,4% para o cacau no período 1980/1975. Em termos de produção, estes produtos apresentaram resultados substancialmente inferiores aos observados nas culturas temporárias, isto é, 13.739 e 2.974 toneladas, respectivamente. Porém, ao longo da década de 80, o quadro reverte-se consideravelmente à medida que as culturas permanentes exibem notável melhora: a produção de café apresenta taxa de crescimento de 240,1%, até 1985, enquanto

para o cacau este mesmo percentual foi de de 546,4% (dado de Relatório FIFE). O período seguinte, 1985/1990, a produção do café continuou a crescer a altas taxas, ou seja, o incremento ficou em 52,6%, mas para o cacau registra-se redução na produção de cerca de 49,7% neste período.

A despeito destas altas taxas de crescimento na produção agrícola, cabe observar que se parte de uma base inicial em geral muito baixa, além do que os níveis de rendimento apresentados por algumas culturas não podem ser considerados animadores. Dessa forma, comparando-se os níveis de produtividade do arroz em Rondônia (ver Tabela 3.7 no anexo 2) com os níveis apresentados no Rio Grande do Sul, constata-se que apesar da trajetória ascendente, os rendimentos em Rondônia mostram-se muito abaixo dos níveis do Rio Grande do Sul para os anos de 1980, 1985 e 1990<sup>39</sup>. Para o cacau a comparação com os rendimentos registrados na Bahia (principal produtor brasileiro deste produto) se mostram favoráveis para Rondônia em 1985, mas em 1990 já fica ligeiramente abaixo<sup>40</sup>. No caso deste último produto registra-se também, que o Estado da Bahia conta com a proximidade dos grandes mercados e de portos de exportação, além de produzir mais de 80% da produção brasileira (Dados extraídos das Séries Históricas "Estaduais" do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária - MARA).

A pecuária, sem dúvida, vem apresentando forte crescimento na região. Entre 1980 e 1985, a taxa média de crescimento anual

39-Para o Rio Grande do Sul os rendimentos para estes anos são 3.825; 4.448 e 4.573, respectivamente.

40-Os valores dos rendimentos para o Estado da Bahia foram: 630 em 1980; 670 em 1985 e 543 em 1990.

desta atividade foi de 25,0% (efetivo de bovinos). Segundo dados do Censo Agropecuário, o rebanho de bovinos passou de 23.175 cabeças em 1970 para 251.419 em 1980, atingindo 768.411 cabeças em 1985. Para a segunda metade da década o crescimento continuou acelerado com taxa de crescimento de 107,5% entre 1985/1989 (dado do MARA).

Levantamento realizado pela FIFE para o período de 1977/1986 revela que o cacau (64,4% ao ano), seguido da pecuária bovina leiteira (36,4% ao ano), da exploração do ouro com um crescimento de 33,5% neste período (dado extraído do Rel. de Aval. Conj., v.2, jul/1987, p.45).

Contudo, quando se considera a renda bruta gerada, o destaque fica com o setor extrativista, em especial a extração de madeira que contribuiu isoladamente com 27% na geração do valor da renda bruta, seguida do café, enquanto em terceiro lugar, a bovinocultura é responsável por 9,3% do total e em quarto a cassiterita por 8,4% do total (dado do Relatório FIFE de set/1987, pp.27 e 28).

Fonto a salientar no desenvolvimento da produção agrícola desta fronteira, afora a evolução das diferentes culturas e área explorada como se apresentou acima, são as condições da produção nas pequenas propriedades. Com esta finalidade, os estudos realizados pela FIFE sobre as condições dos colonos na área do projeto POLONORDESTE se constituem em valiosa fonte de informação. Na tentativa de qualificar a tendência de expansão da agricultura como frentes de subsistência ou comercial.

A produção desenvolvida na área do programa que envolvia os antigos programas do INCRA da década de 70, ficou muito acima do resultado das áreas restantes do Estado. De forma a sublinhar a importância do programa no que se refere à aceleração da produção agrícola na região, registra-se que entre 1980/1985, a área do programa aumentou a área destinada à produção de lavouras perenes em 33,7%, enquanto nas demais partes do Estado a variação ficou em apenas 24,7%. Igual resultado advém da observação dos dados referentes às culturas anuais e ao efetivo de bovinos.

Compartilhando o mesmo resultado para o Estado como um todo, a área do programa da Fase 1 apresentou crescimento muito mais elevado das culturas anuais (64,5%) em comparação à taxa de crescimento das lavouras permanentes (acima citado). É muito mais surpreendente que as taxas registradas para estas lavouras, foi o incremento no Efetivo de Bovinos que apresentou crescimento extraordinário (entre 1980/1985 a taxa de crescimento foi de 245,8%) ao passo que no Estado como um todo a taxa de crescimento foi de 205,6%. Comparativamente, tal taxa foi de 34,3% e 8,5% respectivamente para a região Norte e para todo território brasileiro.

O mesmo fenômeno se constatou nas áreas de novos assentamentos do FOLONOROESTE, nos projetos Urupá e Machadinho. Em Urupá, 18% dos produtores cultivaram cacau no plantio de 1985/1986 enquanto as culturas temporárias foram plantadas por 92% dos produtores no caso do arroz, 89,4% no caso do milho e 76,1% no caso do feijão. Em Machadinho, os resultados são ainda inquietantes para as culturas perenes, uma vez que apenas 16,0%

plantaram cacau e 47,5% café, ao passo que no tocante às culturas anuais os percentuais também foram tão elevados como em Urupá (97,5% dos produtores plantaram arroz e 76,5% milho). exceto para o plantio de feijão onde se registra somente 36,3% dos produtores dedicando-se a esta cultura. Com relação às pastagens, é evidente a expansão nestes dois projetos, embora em Machadinho os dados para 1986 indicassem que somente 11% dos produtores tinham pastagens, em Urupá se observa que 72% dos entrevistados possuíam pastagens cuja área correspondia a 13,6% do lote. Esses resultados levaram a equipe da FIFE concluir que "a bovinocultura comandou, de longe, o processo de incorporação de áreas à exploração agropecuária no espaço territorial de atuação do POLONOROESTE" (Aval. Conj..., v.2, abr/1987, pp.8 e 16).

Entre os serviços necessários à sustentação da produção cita-se impreterivelmente o armazenamento e a comercialização que entretanto parecem ter sido bastante comprometidos. Afora as condições de transporte anteriormente mencionadas, dados de pesquisa de campo na área dos projetos da década de 70 do INCRA constataam que o principal local de venda da produção pelos colonos eram as sedes dos municípios, enquanto a venda de forma interiorizada nos núcleos urbanos estimulada pelo projeto tinha reduzida expressão. A maioria, 58,0%, vendia a produção no "comércio local/cerealista", 23,8% ao "intermediário/marreteiro" e apenas 8,6% ao "Armazém Oficial CASEMAT/CIBRAZEM". Entretanto, indagados sobre quem pagava um preço melhor, apontaram a CIBRAZEM, exatamente o órgão com quem os colonos comercializavam menos, ao passo que o preço mais baixo era paço pelo

"intermediário" que foi apontado como o maior comprador dos produtores (Relatório FIFE, março/ 1985, p.24).

Além desses serviços, algumas questões sobre as deficiências de alguns elementos-chave do programa de apoio ao parceleiro foram levantadas anteriormente quando se apontou os principais resultados do programa, a saber, extensão rural, assistência técnica insuficiente (a interiorização efetiva dos técnicos só se deu a partir do terceiro ano), fraco desempenho da CDR, ineficiência do sistema de saúde que não conseguiu controlar a disseminação da malária, inexistência de um programa de manutenção das estradas, além de fatores externos como a redução drástica do crédito agrícola no ano do início do projeto (Aval.Conj., v.1, ju/1987, pp. 100 e 101).

Um indicador da destinação voltada para a subsistência da produção dos parceleiros do FOLONGROESTE pode ser observado nos resultados apresentados em Relatório FIFE para os projetos de assentamento novos, Machadinho e Urupá, no que tange à produção do período 1985/1986: neste primeiro projeto, 69,2% do número total de produtores comercializaram arroz, 12,5% milho e 8% feijão; em Urupá a situação se mostrou um pouco melhor - 79% comercializaram arroz, 22,8% milho, 26,9% feijão e 15,5% café. Mas certamente, nada muito otimista considerando as condições de comercialização apresentadas acima. (Aval. dos Modelos de Colonização, set/1986).

Sobre a renda líquida, pesquisa nos projetos da Fase 1, aponta que o trabalho fora do lote é atividade desenvolvida por 11,6% dos entrevistados. Também nos assentamentos novos ratifica-

se que o trabalho fora do lote foi um complemento necessário para fazer face aos gastos da família. Ao menos em Machadinho, 37,5% (34) dos colonos entrevistados recorriam ao trabalho fora do lote e, a renda gerada por este trabalho revelou-se de grande importância para o total da renda bruta da unidade familiar, ou seja, 49% da média desta renda (Aval. do Proj. de Col., 1986, p.83).

Além destes vários obstáculos citados que comprometem o desempenho da produção em pequenas propriedades, há que registrar igualmente a falta de tecnologia apropriada voltada para o cultivo na região amazônica o que reduz o rendimento da área desmatada; a grande distância dos principais mercados consumidores promovendo pressão sobre os preços em virtude dos altos fretes<sup>41</sup>; a própria floresta amazônica que ocupa 78,8% da superfície do território apresenta um obstáculo ponderável no processo de desmatamento e impõe a necessidade de utilização de motos-serras cuja aquisição é dispendiosa para os colonos descapitalizados e, finalmente, as inúmeras barreiras impostas pelas características da floresta que exigem o mínimo de conhecimento para sua exploração.

As inúmeras adversidades à consolidação da pequena produção, conforme se apresentou resumidamente nos parágrafos anteriores através da experiência do programa FOLONOROESTE, possivelmente, não se registraram no Norte do Paraná, onde se contava com solos

<sup>41</sup>-Segundo estudo apresentado por Schor (mimeo, 1991, p.256,257) comparando os fretes de Rondônia para os mercados mais próximos Anápolis e Triângulo, e de Goiás e Paraná para São Paulo e Rio de Janeiro, a percentual de participação no preço foi o mais elevado para o caso de Rondônia em todos os produtos, milho, arroz e feijão, chegando a níveis muito elevados no caso do milho onde o frete representa 112,40% do preço de produção.

férteis, proximidade dos grandes mercados consumidores, malha viária eficiente, além de uma atuação organizada da Cia. Colonizadora.

Há que se ressaltar, ainda, a profunda diferença nestas duas fronteiras no que se refere ao período em que se desenvolveram na história do setor rural do país: o Norte do Paraná certamente se beneficiou de um momento do desenvolvimento da fronteira agrícola enquanto espaço para crescimento da produção nacional, enquanto no avanço em direção à Rondônia, a fronteira agrícola começa a perder este importante papel na medida em que se expandia a modernização das técnicas de produção na agricultura e o incremento da produção passa a vincular-se ao crescimento da produtividade. Dessa forma, conforme aponta Martine (mimeo, p.20) as "condições relativas dos fatores atualmente favorecem a utilização mais intensiva de terras já ocupadas em áreas tradicionais(...)".

Rondônia então, parece tender à formação de um conjunto de várias atividades diferentes, ao contrário da fronteira Norte Paranaense, onde predominou uma agricultura de caráter comercial vinculado à produção de uma cultura permanente (café). Assim, se as condições se mostraram adversas para a geração do excedente na área do programa POLONOROESTE em Rondônia, tendendo para a expansão da produção basicamente de subsistência, não se pode ignorar o crescimento da produção no Estado de culturas perenes, como o cacau que está voltada basicamente à comercialização, cujos percentuais na produção total da Amazônia conferem níveis acima de 75% ao longo de toda a década de 80 (Tabela 3.8 no Anexo

2). Não se pode deixar de considerar, como se observou anteriormente, que as atividades extrativas também continuaram registrando papel de destaque na economia da região.

## 9. O Fenômeno da Urbanização em Rondônia

Nesse período de acelerada mudança, o território de Rondônia sofreu profundas alterações no seu quadro político-administrativo. No começo dos anos 70, a região possuía apenas dois municípios: Porto Velho e Guarájá-Mirim ao passo que termina a década com cinco novos centros urbanos: Ariquemes, Cacoal, Ji-Paraná, Fimenta-Bueno e Vilhena. Mais surpreendente foi o crescimento registrado nos anos 80, o Censo Agropecuário de 1985 registra a existência de 8 novos municípios, totalizando 15 cidades no Estado. Apesar de os dados referentes à população das cidades só estar disponível para 1980, já então, todas elas possuíam mais de 20.000 hab., sendo que a capital, Porto Velho e Ji-Paraná registravam mais de 100.000 habitantes (ver Tabela 3.9 no Anexo 2).

Este crescimento não é exclusivo da fronteira de Rondônia, seguindo uma tendência das fronteiras recentes. Como se observou no Centro-Oeste, no capítulo anterior, o processo tem ocorrido de forma extremamente rápida. Em Rondônia, ao longo de 15 anos surgiram 13 cidades. Alguns autores, como Almeida (1987), sugerem que este fenômeno é decorrência do fato da fronteira atual ter abandonado seu caráter mais espontâneo, passando a registrar ação mais intensa e dirigida do governo no processo de ocupação,

ressaltando-se que a construção da infra-estrutura de transporte e a colonização dirigida estimularam o crescimento dos centros urbanos. Ablas e Vieira (1989, p.11) salientam que "a implantação das atividades agropecuárias passa a ser feita (nas fronteiras recentes) com padrões de urbanização mais elevados que os tradicionais". Sawyer (mimeo, p.46) acrescenta que a modernização parcial (fases de preparo e cultivo, enquanto a colheita permanece manual) da agricultura é "explicação econômica fundamental desse fenômeno", além da crescente necessidade de acesso a serviços de consumo urbanos como educação, saúde por parte da população rural.

A urbanização em Rondônia se distinguiu acentuadamente do ocorrido na fronteira do Norte do Paraná, pois não houve uma programação como a ocorrida nesta frente para o surgimento das cidades e, assim estas não tiveram o desenho apropriado, nem se programou que deveriam distar 12 a 15 km uma da outra, como também não foram projetados núcleos regionais como Maringá, Londrina cuja distancia era de 100 km entre si. Igualmente, não teve lugar a predominância de uma cultura como o café que promovesse o desenvolvimento de atividades urbanas, principalmente, bancárias e comerciais. Por outro lado, Rondônia contou com o desenvolvimento da extração da cassiterita que também estimula o florescimento de atividades urbanas. Surgem, assim, alguns núcleos no bojo deste processo: Guajará-Mirim é um exemplo. Outros se desenvolveram a partir dos antigos núcleos administrativos dos projetos de colonização do INCRA, como foi o caso de Ariquemes, Ouro Preto do Oeste, Cacoal e Jarú.

Existe porém, outros fatores que sustentam a formação de centros urbanos na fronteira atual: em geral são as questões vinculadas aos problemas de acesso à terra pelo migrante, como por exemplo o processo de especulação fundiária que restringe tanto o acesso à terra quanto ao emprego rural ao manter a terra improdutiva, assim como a questão da ineficácia das políticas de apoio à pequena produção rural<sup>42</sup>. Além disso, observa-se nessas regiões um influxo de migrantes em proporções tais que a oferta de lotes tem se mostrado sistematicamente incapaz de atender à demanda, restando à grande parte desse contingente fixar-se nas áreas urbanas. Esse foi o caso de Rondônia, que se tornou uma região atrativa para migração a partir do começo dos anos 70, recebendo um contingente muito acima da capacidade de absorção nos projetos do INCRA. A população das cidades nesta fronteira constituiu-se majoritariamente de migrantes. Conforme se constata pelos dados de 1980, 60,4% da população urbana era de não nascidos no estado (Martine e Turchi, s/d, p.171).

A taxa de crescimento médio da população urbana nesta fronteira nos anos 70 foi de 14,4% ao ano, sendo muito superior a de qualquer outro estado da federação (Roraima que igualmente apresentou um índice muito elevado registra 10,7% ao ano e, para o país como um todo a taxa foi de 2,3% ao ano). Comparando-se os percentuais da população urbana em relação à população total com o ocorrido na fronteira agrícola paranaense, os índices em Rondônia foram substancialmente mais elevados. Enquanto no Norte

<sup>42</sup>-Uma discussão sobre os diferentes programas implementados no país de assistência à população marginalizada no processo de modernização da agricultura e seus insucessos encontra-se em Carvalho Filho e Castelo, 1990.

do Parana nas décadas de 40 e 50 respectivamente, 78,6% e 71,2% do crescimento da população total ocorria no campo, em Rondônia esta mesma proporção foi de 47,6% nos anos 70 e 44,5% na primeira metade dos anos 80. O resultado de Rondônia ratifica a tendência da região Norte que apresentou, nos anos 70, 51,7% do crescimento demográfico na área urbana (Martine, mimeo, p.19).

Cabe ressaltar a impossibilidade da análise das atividades desenvolvidas nestas cidades de Rondônia em virtude da completa ausência de bibliografia a respeito. Infere-se, contudo, que a situação em Rondônia não deve distar muito daquela verificada no restante da fronteira recente. Estudos sobre a urbanização da fronteira registram que os novos centros urbanos caracterizam-se pela carência de atividades produtivas que possam absorver a mão-de-obra que ali chega, predominando, assim, um alto grau de marginalidade, desemprego e miséria. Conforme descreve Sawyer (1984, p.52) baseando-se em pesquisa de campo no Acre, Rondônia, Pará e Goiás, a população das cidades da fronteira recente sobrevive em condições que podem ser definidas como de grande "penúria e precariedade". "Via de regra, suas habitações são auto-construídas usando-se materiais facilmente disponíveis: madeira bruta, refugo de serrarias, barro ou palha. O chão costuma ser de terra batida. Recentemente, desde mais ou menos 1980, o plástico preto, muitas vezes combinado com palha, tornou-se a cobertura preferida, o zinco do pobre. As vezes, para água e dejetos, cavam-se poços e fossas. Outras vezes, recorre-se aos vizinhos ou aos córregos e matos da natureza. Ou não há poços e

fossas suficientes, ou corre-se o risco de contaminação daqueles por estas, dada a precipitação elevada e a terra porosa (...)"

Dado levantado pela FIFE, para o período 1980/1986 indica a deficiência dos serviços urbanos para os núcleos urbanos do projeto: "os investimentos em infra-estrutura urbana não mostraram uma evolução compatível com o crescimento demográfico. A rede de esgoto manteve-se inalterada neste período, restrita a dois centros urbanos. O serviço de abastecimento de água mostra um comportamento mais favorável. Apresenta um aumento da extensão da rede o que, entretanto é insuficiente para o atendimento de 5,0% da população, um número verdadeiramente irrisório frente a taxa de urbanização" (Aval. Conj..., v.2, jul/1987, p.26)<sup>43</sup>.

Exemplos contundentes deste rápido processo de crescimento das cidades são, por exemplo, o município de Cacoal que apresentou uma taxa de crescimento anual de 49,6% durante os anos 70, Ji-Paraná com 29,9% e Fimenta Bueno com 27,6% (Tabela 3.11).

Salienta-se, contudo, que Rondônia é uma das poucas regiões da fronteira atual que possuiu maior proporção de população na zona rural, como revela a Tabela 3.9. A taxa de crescimento médio da população urbana foi sempre elevada, até 1985 esteve em patamares superiores ao crescimento médio da população urbana, a saber, 17,7% ao ano no período 1970/1980 e 13,8% ao ano entre 1980/1985. Cabe ressaltar ainda que estas taxas ficaram acima do

43-Dado apresentado para a Fronteira Norte e o Mato Grosso no trabalho de Martine e Turchi (aisec, p.130) para o ano de 1980, revela a carência de equipamento básico para a sobrevivência nestes núcleos urbanos da fronteira atual: os "domicílios particulares permanentes" nos municípios na categoria de 20 - 25 mil, 50 - 100 mil e 100 - 500 mil habitantes (os quais se inseriam as cidades de Rondônia) possuíam respectivamente, 46,0%, 57,3%, e 62,0% de iluminação elétrica; 32,6%, 34,8% e 43,0% de canalização de água e, por fim 16,2%, 9,9% e 21,0% apenas de rede de esgoto.

crescimento médio para a fronteira Norte como um todo, que apresentou taxa de crescimento médio de 3,7% ao ano para a população rural entre 1980/1987.

Ao se considerar individualmente as populações dos municípios para o ano de 1980<sup>44</sup>, constata-se que a população rural predomina em cinco dos sete municípios existentes, sendo que se constituem exceções Porto Velho e Guajará-Mirim cujos processos de formação se distinguem pela "evolução histórica da ocupação regional". O primeiro é a sede da capital do Estado e, portanto se "constituiu num centro urbano-administrativo produto de uma etapa anterior de colonização, ao passo que Guajará-Mirim (...) caracteriza-se pela predominância das atividades extrativas, representando as formas tradicionais de ocupação da região" (Colonização e Regularização..., out/1984, p.24).

A população de Rondônia, até dados para 1987, localiza-se, preponderantemente na área rural, o que indica de uma certa forma que as atividades agrícolas continuam a atrair e propiciar condições de fixação do colono à terra. Por outro lado, a observação na Tabela 3.9. sugere que a tendência pode estar mudando, visto que o percentual de população rural em relação à população total vem apresentando redução, sendo que para o ano de 1987, a população urbana atinge virtualmente quase 50% do total. Para embasar adicionalmente tal proposição, registra-se que no período 1985/1987, enquanto a população rural apresentou taxa de crescimento de 22,1%, a população urbana registrou crescimento de

44-Sabe-se da defasagem de quase 13 anos desses dados e dos possíveis erros que pode se estar cometendo na medida em que a região enquanto área de fronteira está em constantes alterações, ocorre esse é o único dado de Censo Demográfico disponível sobre população dos municípios da fronteira.

44,0%. Deste modo, apesar da pouca informação disponível para a análise, esta fronteira parece estar se inclinndo muito mais para o padrão de urbanização do Centro-Oeste do que para aquele prevalecente na fronteira paranense.

## 10. Considerações Finais

Neste capítulo foi apresentado um estudo pormenorizado da ocupação da fronteira agrícola de Rondônia, na tentativa de caracterizar o padrão de ocupação ali predominante. Buscou-se sempre que possível evidências com os movimentos de fronteira anteriores, de forma a melhor caracterizar as tendências para Rondônia.

Da mesma forma que se apresentou na seção final do capítulo anterior, um levantamento sintético das principais características que se formaram nos grandes movimentos de fronteira anteriores, tenta-se fazer para Rondônia:

. A expansão para Rondônia e fronteira Norte como um todo ocorre em um período em que o processo de modernização da agricultura no Centro-Sul está se consolidando, havendo assim alterações no papel até então desenvolvido na fronteira enquanto espaço para o crescimento da produção nacional.

. A produção agrícola embora apresente altas taxas de crescimento, não vem exibindo o mesmo destaque na produção a nível nacional, como foi o café para o Paraná e o arroz e soja para o Centro-Oeste. Embora deva se registrar que Rondônia é o segundo produtor de cacau do país (registrando 8,8% do total

nacional em 1987 e uma ligeira queda em 1990, 5,6%) citado inclusive como sendo de melhor qualidade que a produção das áreas tradicionais. Cabe ressaltar outrossim, que a nível da produção na fronteira Norte, Rondônia apresenta posição de grande destaque conforme Tabela 3.8.

. A produção de relevância a nível nacional continuou sendo o extrativismo da cassiterita.

. Diferenciando-se do movimento do Centro-Oeste e do resto da fronteira Norte, Rondônia contou com a formação de vários projetos governamentais de colonização voltados à pequena produção de baixa renda e inexpressiva atuação de empresas privadas.

. Seja pela legislação de território que centralizou a nível federal as decisões sobre distribuição de terra em Rondônia ou por outros fatores anteriormente citados, o fato é que Rondônia apresenta-se hoje como área de pequena produção ao contrário do restante da fronteira Norte.

. Esta fronteira enfrenta, muito mais que o Centro-Oeste, o problema do fator distância para o escoamento de sua produção.

. Da mesma forma que o Centro-Oeste não apresentou uma programação para a formação dos centros urbanos que cresceram de maneira desordenada.

. Não apresentou a realização da infra-estrutura de transporte juntamente ao processo de colonização como aconteceu no Norte do Paraná, apresentando como agravante o difícil e dispendioso processo de manutenção das estradas construídas.

, Não apresentou o nível de fertilidade do solo que muito facilitou a expansão da fronteira norte do Paraná.

, Se as intervenções governamentais através dos projetos de colonização impediram uma situação muito mais caótica no processo de ocupação, por outro apresentaram deficiências no atendimento ao colono assentado que colocam em risco sua fixação na fronteira.

Partindo da concepção de fronteira enquanto espaço onde ocorrem diferentes surtos de atividade, o trabalho de Mueller (1992) aponta a fronteira paranaense como predominantemente de atividades de agricultura comercial, ou seja, frentes comerciais. Fenômeno que se repete no avanço fronteirico até o final dos anos 60, segundo Mueller (1992, p.15) a partir deste período "as frentes comerciais passam a ter papel menor, assumindo importância central, ao invés, as frentes camponesas e especulativas".

Dentro deste contexto as tendências para a ocupação de Rondônia, parecem confirmar a afirmação encontrada nos trabalhos de Mueller e Sawyer, de que esta fronteira é uma área de expansão de frentes camponesas.

Assim, Mueller (1983, p.663) afirma que em Rondônia "a frente de subsistência manteve-se em expansão, a despeito das condições cada vez mais difíceis enfrentadas pelos migrantes em partes do território" durante os anos 70. Entre os fatores que promoveram este avanço da frente camponesa, pode ser citado a crescente expansão do afluxo de migrantes para a região tornando precária a assistência do INCRA. Data desta fase a criação dos

FAR's e do programa de "posse da terra" que em linhas gerais apenas legitimavam a posse da terra para os colonos, sem a implementação dos serviços essenciais de apoio ao migrante. Além disso, as condições nos projetos com assistência do INCRA também não apontavam resultados muito promissores conforme relata Turchi (1980) para o FIC Ouro Preto.

Para a década passada, as condições parecem indicar expansão das frentes comerciais. Conforme aponta Mueller (1990, p.65) "com a melhoria das condições de escoamento da produção (pavimentação da BR-364), com a implantação no Estado de esquema de compra de produção e, com o esgotamento da disponibilidade de terras mais acessíveis no Centro-Oeste, Rondônia vem se tornando também área de expansão de frentes comerciais". Registra-se neste sentido o crescimento da produção de culturas como o cacau e o café voltadas basicamente para a comercialização, assim como um crescimento dos centros urbanos que de uma certa forma indica o crescimento de atividades comerciais e de serviços. A que salientar também a atuação do programa FOLONORDESTE como um implemento voltado a consolidar a pequena produção na região.

Há que se sublinhar também o papel desempenhado pelas frentes extrativas que sempre ocuparam posição de destaque na região e que mantém, na atualidade, papel de relevo na economia deste Estado.

Cabe ressaltar entretanto que as evidências salientadas nos Relatórios da FIFE apontavam contudo que tendências contrárias à formação de frentes comerciais poderiam estar se formando, conduzindo ao crescimento de frentes camponesas, simultaneamente

com um aumento dos indícios de avanço de frentes especulativas, na medida em que observava na região expansão do processo de valorização da terra, com multiplicação de vendas de lotes na região (Tendência da Estrutura..., 1986). A pecuária também apresentou crescimento surpreendente, entretanto, não se dispõe de dados suficientes para qualificá-la como uma frente extensiva e rudimentar. Porém, a nível de produção para região Norte como um todo o Efetivo de Bovinos em Rondônia apresentou elevado crescimento percentual, passando de 6,8% a 15,5% em 1988.

Em linhas gerais, as tendências apontadas na análise da fronteira de Rondônia indicam que a esta pode tender para um recuo das frentes camponesas e também comerciais se persistirem as inclinações de especulação fundiária, abandono do lote pelo colono e avanço da pecuária. Os dados levantados para a produção de cacau e café revelam contudo importância na produção agrícola deste Estado para a fronteira Norte durante toda a década passada, o que pode ser tomado como sustentação do papel das frentes comerciais. Mas, as questões como fator distância, qualidade do solo, condições climáticas, inexistência de tecnologia adequada à região, entre outras, podem vir a dificultar ainda mais o crescimento da produção agrícola nesta fronteira.

A N E X O N

TABELA 3.1  
DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGRICOLAS POR TAMANHO 1970-1985: RONDONIA

Classe de Tamanho (ha)	Número de Estabelecimentos				Área dos estabelecimentos			
	1970	1975	1980	1985	1970	1975	1980	1985
- 10	565	4.864	12.157	22.467	3.042	17.903	53.381	99.248
10 - 50	2.062	4.450	7.234	19.838	43.793	99.359	181.439	539.607
50 - 100	707	2.693	12.546	22.411	46.916	207.588	966.212	1.466.645
100 - 500	3.531	12.696	15.605	15.099	841.004	1.420.839	1.880.447	1.926.522
500 - 1.000	108	500	260	322	71.042	314.308	162.280	211.980
1.000 - 5.000	86	260	519	414	179.339	481.558	999.960	762.050
5.000 - 10.000	10	6	20	25	64.295	34.997	134.630	163.952
+ 10.000	13	12	24	29	382.209	505.000	845.276	862.638
<b>TOTAL</b>	<b>7.082</b>	<b>25.483</b>	<b>48.371</b>	<b>80.605</b>	<b>1.631.640</b>	<b>3.082.052</b>	<b>5.223.631</b>	<b>6.032.647</b>

Fonte: Censo Agropecuario 1970, 1975, 1980, 1985

Obs. : Estabelecimentos sem declaração - 2 em 1975 e 6 em 1980.

TABELA 3.2  
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS AGRICOLAS POR TAMANHO EM RONDONIA  
1970-1985

Classe de Tamanho (ha)	Número de Estabelecimentos (%)				Área dos Estabelecimentos (%)			
	1970	1975	1980	1985	1970	1975	1980	1985
- 10	7,98	19,87	25,14	27,87	0,19	0,58	1,02	1,65
10 - 50	29,12	14,09	14,96	24,61	2,68	3,22	3,47	8,94
50 - 100	9,98	11,00	25,94	27,80	2,88	6,74	18,50	24,31
100 - 500	49,86	51,86	32,26	18,73	51,54	46,10	36,00	31,94
500 - 1.000	1,53	2,04	0,54	0,40	4,35	10,20	3,11	3,51
1.000 - 5.000	1,21	1,06	1,07	0,51	10,99	15,63	19,14	12,63
5.000 - 10.000	0,14	0,03	0,04	0,03	3,93	1,14	2,58	2,72
+ 10.000	0,18	0,05	0,05	0,04	23,42	16,39	16,18	14,30
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Tabela 3.1

TABELA 3.3

CONDIÇÃO DO PROPRIETÁRIO EM RONDONIA SEGUNDO O NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS NO PERÍODO 1970/1985

Condição Legal	1970		1975		1980		1985	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	1.892	643.332	16.844	2.415.816	19.504	2.773.060	47.033	4.888.806
Arrendatário	764	149.032	425	4.770	1.937	44.351	1.683	26.246
Parceiro	1.307	370.458	879	20.443	2.361	23.455	9.276	126.203
Ocupante	3.119	468.818	7.335	641.023	24.569	2.382.763	22.623	991.390

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975, 1980, 1985

TABELA 3.4

NÚMERO E ÁREA DE PESSOAL OCUPADO COMO PARCEIRO SEGUNDO O TAMANHO DO ESTABELECIMENTO, RONDONIA: NO PERÍODO 1970/1985

Ano	Tamanho dos Estabelecimentos (ha)									
	- 5		5 - 10		10 - 20		20 - 50		Total	
	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº
1970	5	14	8	22	6	71	18	538	1.307	370.532
1975	514	1.709	170	994	120	1.245	18	431	879	20.443
1980	1.387	4.768	577	4.025	210	2.763	113	3.287	2.361	23.455
1985	4.833	98.959	2.724	37.849	1.094	13.320	278	3.179	9.276	153.309

Fonte: Censo Agropecuário, vários anos

TABELA 3.5

ÁREA EXPLORADA COM LAVAGOURA TEMPORÁRIA E PERMANENTE E EFETIVO DE BOVINOS EM RONDONIA NO PERÍODO 1970/1985

Ano	Área Explorada com Lav. Temporária	Área Explorada com Lav. Permanente	Área de Pastagem
1950	3.690	577	2.965
1960	8.619	3.190	4.695
1970	32.363	12.273	123.192
1975	147.700	45.763	224.570
1980	203.253	170.178	752.837
1985	315.079	215.465	1.100.876

Fonte: Censo Agropecuário, Fundação IBGE, 1970, 1975, 1980, 1985

TABELA 3.8  
 PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EM RONDONIA NA PRODUÇÃO DA REGIÃO NORTE DURANTE A DÉCADA DE 80.

Culturas/Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Arroz	45,88	49,95	45,24	43,73	46,08	55,58	55,74	50,70	49,77	21,23	22,91
Milho	48,2	47,2	43,6	51,4	43,1	46,3	47,0	38,8	30,0	34,8	40,0
Feijão	36,44	22,88	61,40	60,55	73,72	56,23	63,70	57,43	65,5	65,2	63,71
Mandioca	10,7	12,9	12,0	12,2	13,0	13,3	9,5	11,1	13,1	11,9	11,0
Café	95,1	93,3	95,7	97,9	96,4	98,4	95,3	93,1	88,7	77,72	76,8
Cacau	44,7	43,5	46,4	62,8	45,9	73,3	63,2	56,9	56,9	45,6	40,8

Fonte: Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA) Séries Históricas Brasil e Grandes Regiões e Séries Históricas "Estaduais"

TABELA 3.9  
 POPULAÇÃO RURAL, POP. URBANA E POP. TOTAL: RONDONIA, 1960/1985

Ano	Pop. Rural	(%)	Pop. Urbana	(%)	Pop. Total	Taxa de Cresc. Anual
1960	39.606	56,4	30.186	43,6	69.792	
1970	51.500	46,4	59.564	53,6	111.064	4,76%
1980	262.530	52,4	228.539	47,6	491.069	16,03%
1985	501.720	55,5	402.280	44,5	904.000	12,98%
1987	612.682	51,4	579.312	48,6	1.192.000	14,83%

Fonte: Censo Demográfico in MARTINE, G. e TURCHI, L., s/d. VIEIRA, C. e ABLAS, L., Contagem Rápida do FIEGE para a população de 1985, Martine, G. 1987 para os dados de 1987.

TABELA 3.10

CATEGORIA DE PESSOAL SEGUNDO O TAMANHO DO ESTABELECIMENTO.  
 RONDONIA: 1970/1985

Grupo de Área Total (ha)	Pessoal Ocupado							
	1970	(%)	1975	(%)	1980	(%)	1985	(%)
- 10	1.555	7,6	16.891	16,2	34.575	19,5	67.705	20,9
10 - 100	9.318	45,3	27.866	26,8	71.551	40,4	179.685	55,0
100 - 1000	8.968	43,6	57.539	55,3	66.028	37,3	71.728	22,1
1.000 - 10000	601	2,9	1.495	1,4	4.484	2,5	4.423	1,5
+ 10000	121	0,6	193	0,2	290	0,2	1.899	0,4
Total	20.563		103.992		176.934		324.440	

Fonte: Censo Agropecuario de 1970, 1975, 1980 e 1985 o total inclui os sem declaração, 1890(6), 1985(97).

TABELA 3.11

## POPULAÇÃO DAS CIDADES DE RONDONIA

Cidades	População		Taxa de Crescimento Anual	1980	
	1970	1980		Pop.Urbana	Pop.Rural
Pimenta Bueno	2.624	30.019	27,6	10.875	19.144
Juajará Mirim	24.247	34.755	3,7	21.979	12.776
Vilhena	4.597	50.285	27,0	19.846	30.439
Ariquemes	7.592	53.364	21,5	19.695	33.669
Daccoal	1.193	67.037	49,6	13.533	53.504
Ji-Paraná	8.904	121.711	29,9	39.531	82.180
Porto Velho	64.522	133.898	7,6	102.978	30.920

Fonte: Relatório FIFE, outubro de 1984.

TABELA 3.12

NÚMERO DE MIGRANTES QUE CHEGARAM A RONDONIA  
NO PERÍODO DE 1976-1987

ANO	NÚMERO
1976	17.428
1977	3.140
1978	12.658
1979	36.791
1980	49.205
1981	60.218
1982	58.052
1983	92.723
1984	153.327
1985	151.621
1986	165.899
1987	103.654

Fonte: NURE, SEPLAN, SETRAPS in Relatório FIFE, outubro, 1984; FIFE, vol.1, julho, 1987; MARTINE, G., 1991 (para o ano de 1987).

TABELA 3.13

## DESMATAMENTO EM RONDONIA

Ano	Area Desmatada Acumulada (km <sup>2</sup> )	Percentual sobre a Superfície do Estado
1975	1.216,5	0,5
1978	4.131,7*	1,7
1980	7.579,3	3,1
1983	13.955	5,7
1985	27.658	11,3
1987	36.669,6*	15,1
1988**	41.561	17,1

Fonte: Tardin e outros, 1980; IBDF, 1982; Fearnside, 1982; Woodwell e outros, 1987; Maungreau e Tucker, 1988; Fearnside, 1988 (comunicação pessoal) in Millikan, Brent, 1988, p.3.

obs. : \* dados aproximados  
\*\* estimativa

TABELA 3.14

## NUMERO DE MIGRANTES ASSENTADOS EM RONDONIA NA DECADA DE 70 E 80

Projeto	Famílias Assentadas
PIC Ouro Preto	5.098
PIC Sidney Girão	639
PIC Ji Paraná	4.748
PIC Paulo A. Ribeiro	3.094
PAD Marechal Dutra	4.672
PAD Burareiro	1.555
PIC Padre A. Rohl	3.094
PA Urupá	1.246
PA Machadinho	2.897
PA Cujubim	504
PA Bom Princípio	1.435
PA São Felipe I	461
PA Vitória da União	521
PA Vale do Jmamarí	676
PA Rio Preto do Candeias	265
Projeto de Assentamento Rápido	23.098

Fonte: INCRA-MIRAD/Ro, 1988; Becker, 1987 in Millikan, B., 1988, p. 82; Martine, G., 1991, Tabela 1 (para os assentamentos nos Projetos de Assentamento Rápido).

## CONCLUSÕES FINAIS

Esta seção tem por objetivo apresentar as principais conclusões do trabalho. A princípio apresenta-se um resumo e as principais conclusões dos capítulos. Assim, no primeiro apresentou-se uma discussão do desenvolvimento capitalista no campo, enfatizando a moldura conceitual de formação de frentes de atividades. Observou-se então que a expansão da fronteira Amazônica vem sendo caracterizada de reduzida importância para a produção agrícola nacional e absorção de excedentes populacionais.

É destacado também na literatura, o papel desempenhado pelo governo federal na ocupação de novas áreas. As iniciativas de estímulo à ocupação adotadas, a saber, incentivos fiscais acabaram gerando a formação de grandes propriedades como "reserva de valor". Dentro da concepção da fronteira enquanto "espaço potencial" que oferece condições de expansão de diversos surtos de atividade descrita por Sawyer, as frentes de destaque na fronteira recente são as frentes de agricultura de subsistência ou camponesa e a frente especulativa (Mueller 1990, Sawyer, 1982, 1983).

Mas a ocupação Amazônica não é homogênea, apresenta significativas diferenças espaciais, dessa forma Rondônia parece representar "uma dessas faixas que escapou da tendência generalizada de esvaziamento do campo" (Sawyer, 1983, p.23).

Em linhas gerais, entretanto, as tendências indicadas por estes autores para a Amazônia seria a de uma "reconcentração espacial" da produção nas regiões do Sul e Centro-Sul do país,

seja pelas dificuldades encontradas na floresta tropical (carência de tecnologia apropriada à região, fator distância, entre outros) ou pelos atrativos destas regiões já consolidadas, ficando a fronteira Norte sob ameaça de um processo de estagnação. Martine, aponta que se continuar esse processo de redução da absorção de migrantes com formação de grandes propriedades inexploradas, a tendência certamente será a concentração das populações nos núcleos urbanos da fronteira ou mesmo uma reversão para os grandes centros do país, num fenômeno que ele chama de "metropolização".

O capítulo segundo buscou tratar os principais movimentos fronteiriços dentro do arcabouço metodológico de formação de frentes. Conforme aponta Mueller (1990) as ocupações de espaços vazios se deram preponderantemente pela expansão de frentes comerciais até o final dos anos sessenta, a partir de então, o movimento rumo aos estados do Mato Grosso, Rondônia, Pará, Maranhão e Bahia observa-se a predominância de frentes de subsistência e frentes especulativas. Procurou neste capítulo apresentar as principais características dos mais destacados movimentos fronteiriços antes da ocupação de Rondônia. Assim, a fronteira para o Paraná, onde se destacou o avanço rumo ao Norte do Estado, revelou um padrão de ocupação baseado na formação de frentes comerciais, caracterizadas pela supremacia de pequenas propriedades, com população basicamente na área rural e produção voltada para o cultivo do café (produto importante na pauta de exportações do país e grande absorvedor de mão-de-obra). A transformação para frentes comerciais mecanizadas com produção de

culturas temporárias voltadas à exportação, começou a se desenvolver no final dos anos 60, quando então se observa um grande processo de expulsão de pequenos produtores.

A ocupação para o Centro-Oeste constituiu de dois momentos diferentes. Conforme se relatou, o primeiro avanço de ocupação foi rumo ao Mato Grosso do Sul, sul de Goiás e Distrito Federal, nos anos 50 e 60. Este movimento, também, foi marcado pela formação de frentes comerciais, mas com padrão de propriedades de tamanho médio e grande e produção de culturas temporárias para o mercado interno. O segundo surto de expansão, já na década de 70, se deu em direção ao atual Estado do Mato Grosso. Este avanço é considerado dentro da "área de terceira geração de fronteira", a qual Rondônia se insere.

A atuação do governo federal foi importante na ocupação desta fronteira, sendo mais intensa a partir dos anos 70. Direcionou-se, basicamente, para a construção de infra-estrutura de transporte e instituição de projetos de colonização, seja sob a forma de esquemas de execução do próprio governo ou sob vendas de áreas para implantação de iniciativas privadas. A colonização privada favoreceu a criação de propriedades de médio e grande porte, com prioridade para a agricultura modernizada e a pecuária. A partir desta fase de ocupação nota-se a expansão de distintas frentes. As frentes de agricultura comercial passam a caracterizar-se por um alto nível de mecanização e adoção de insumos químicos. A frente de pecuária que sempre foi expressiva nesta região, recebe maior estímulo com a criação dos projetos governamentais voltados para a bovinocultura mais tecnificada.

Registra-se outrossim, a expansão de frentes especulativas, que resultaram, entre outros fatores, das próprias políticas de incentivos fiscais e creditícios ao desenvolvimento de frentes comerciais. As frentes de subsistência, por outro lado, ficam restritas às áreas de ocupação espontânea, principalmente o norte do Estado do Mato Grosso. A atuação do governo nas áreas de formação destas frentes camponesas foi necessária no sentido de ordenar a ocupação.

É pertinente observar do processo de expansão destes dois movimentos de fronteira, os sinais de mudança no padrão de ocupação de novas áreas. O caso do Centro-Oeste passa a apresentar condições desfavoráveis ao assentamento do pequeno produtor pauperizado em um espaço de tempo menor que aquele registrado no Norte do Paraná.

O capítulo terceiro apresentou uma análise do avanço da fronteira agrícola de Rondônia, visando a definição de seu padrão ocupação. Segundo Mueller (1992) este movimento faz parte da "área de terceira geração de ocupação fronteiriça".

A análise desta ocupação permite apontar semelhanças com o caso do Norte Paranaense, em virtude da preponderância em Rondônia da pequena propriedade e o respectivo esforço empreendido para a transformação dos colonos em produtores capitalizados (no caso do Norte Paraná a ocupação foi liderada pela atuação de uma Cia privada, enquanto em Rondônia a liderança ficou com o governo federal). Com relação à fronteira do Centro-Oeste, infere-se que Rondônia parece apresentar poucas possibilidades de expansão de frentes comerciais mecanizadas,

entre os obstáculos cita-se as condições físicas (qualidade do solo) que dificultam o uso de tecnologia moderna e também o afluxo de migrantes pauperizados.

A presença marcante das frentes camponesas, proporcionou a esta fronteira ser citada como "uma das poucas alternativas para o contingente de trabalhadores rurais expulsos no processo de intensificação do capitalismo no campo" (Turchi, 1980, p.299). Esta questão possibilita inferir que esta fronteira inclina para um padrão diferenciado do que vem sendo delineado para a ocupação recente, no sentido da predominância desta frente no tempo.

Todavia, embora esta tendência tenha tornado esta fronteira distinta da ocupação do Centro-Oeste como também da fronteira Norte, onde segundo Sawyer a inclinação parecer ser a desocupação produtiva, no sentido de que as frentes especulativas avançam, expulsando camponeses e deixando a terra improdutiva. Os resultados da análise do impacto do POLONOROESTE realizadas pela FIFE indicavam que a deficiência nos serviços chaves do programa para apoiar o parceleiro, a saber, extensão rural, assistência técnica, saúde, transporte, rede de comercialização, armazenamento, entre outros, além da falta de tecnologia apropriada à região amazônica, fator distância, manutenção das estradas, condições físicas (solos, floresta) representam ameaças ao desenvolvimento das frentes comerciais na região, com propensão à generalização de frentes de subsistência e da atividade de pecuária. Por outro lado, a atuação do governo no sentido de construir infra-estrutura de transporte, núcleos

urbanos tem promovido crescimento de tendências da valorização do preço da terra, da multiplicação da venda do lote.

Considera-se então que a direção delineada para a fronteira de Rondônia parece indicar muito mais no sentido da generalização das frentes de subsistência, assim como do crescimento de frentes especulativas e frente de pecuária, numa trajetória semelhante à região Norte. Contudo, o fato de Rondônia não apresentar crescimento consolidado destas frentes, considera-se importante a discussão de uma nova atuação governamental, de forma a fortalecer a frente comercial na região.

Assim, embora a atuação do governo federal tenha sido muito criticada, num certo sentido considera-se que estas iniciativas impediram uma aceleração maior destas distorções, contribuindo pelo menos para um retardamento da expansão generalizada das frentes especulativas e pecuárias. No que diferencia das iniciativas governamentais para a Amazônia, incluindo também o Estado do Mato Grosso, que após o fracasso da iniciativa para a Transamazônica processa-se o arrefecimento de novos assentamentos, passando a predominar a formação de grandes projetos de estímulo à ocupação de "empresas-fazendas comerciais" que resultaram, no caso do Mato Grosso, por exemplo, no abandono e formação de grandes extensões inexploradas.

Neste sentido, a possibilidade de uma nova intervenção no Estado através de um novo plano, o PLANAFLORA, pode representar uma atuação no sentido de conter estas tendências.

O objetivo deste plano é dar continuidade ao projeto POLONOROESTE. Este plano, foi delineado com base no zoneamento

agroecológico da região e pretende estimular a produção de culturas perenes e culturas temporárias voltadas para o mercado regional. Buscando corrigir as distorções do POLONOROESTE, este plano se diz muito mais cuidadoso com a proteção ambiental e preservação das reservas indígenas, além disso, pretende-se recuperar as áreas de capoeira, formar áreas de reservas extrativas (seringais) e de exploração de madeira e replantio. Quanto às culturas desenvolvidas, o estímulo centra-se no arroz, feijão, milho e mandioca para as lavouras anuais e, cacau, recuperação de cafezais, seringais e pomares para as permanentes.

Embora não se tenha informações suficientes para uma maior análise, coloca-se que uma outra questão fundamental além do "correto diagnóstico das possibilidades de crescimento agrícola", é a "definição por parte dos responsáveis pela condução da coisa pública quanto à importância relativa dos problemas da região e a desejabilidade das soluções" (Schor, 1991, p.240).

Como aponta Schor (1990) a "não intervenção na região pode equivaler a uma virtual involução da área", efetivando as tendências de crescimento de atividades especulativas e pecuárias, reproduzindo então a tendência apontada para o restante da Amazônia.

## BIBLIOGRAFIA

- ABLAS, Luiz A. de Queiroz & VIEIRA, Cláudio A. - *Agricultura e Desenvolvimento Regional no Brasil*, São Paulo, 1989 (mimeografado).
- AGUIRRE, Basília M. B., DIAS, Oceania Paula P. - *Acompanhamento dos PDRI'S de Rondônia, Mato Grosso e Novas Áreas*. São Paulo: FIPE, n.1, 1986. (Relatório de Acompanhamento)
- ALMEIDA, Ana Luiza O. et alii - *Colonização Por Que e Para Quem? Diagnóstico Preliminar e Definição de Prioridade da Política de Colonização na Amazônia*, IPE (mimeografado).
- , *A Dinâmica Econômica da Fronteira Brasileira*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1987 (mimeografado).
- , Seletividade Perversa na Ocupação da Amazônia in Pesquisa e Planejamento Econômico, 14(2), ago/1984.
- ANDRADE, Manoel P. de, - *Estrutura Fundiária, Modernização e Distribuição da Renda na Agricultura Matogrossense*. Piracicaba/ USP, 1989. (Dissertação de Mestrado)
- ARRUDA, Hélio Palma, *Razões para Ocupação da Amazônia*, 1976 (mimeografado)
- BOULOS, Marcos, SEGURADO, Aluísio A. C., GRYSSHEK, Ronaldo C. B.. São Paulo: FIPE, julho/1987. (Relatório Consolidado Final, n.2.5)
- CAMBIACHI, Salleti M. - *O Povoamento do Norte do Paraná - Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Vol. VI, Tomo I, 1951-52*
- CARVALHO FILHO, José J. de, CASTELO, Ana Maria - *A Ação do Estado e as Possibilidades da Pequena Produção* Análise Econômica, Porto Alegre, v.8, n.13, p.133-144, março, 1990.
- (coord.), *Avaliação Conjuntural do Polonoroeste*. São Paulo: FIPE, v.1 e 2, julho, 1987. (Relatório 1.5)

- , SCHOR, Silvia M., MOLINA, Alair. A Política Agrária Nacional e os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado no Brasil: Um Estudo da Eficácia e Consistência. São Paulo: FIPE, 1987. (Relatório Final)
- . Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado-RO  
Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado-MT. São Paulo: FIPE, dez/1984. (Relatório de Avaliação de Meio Termo)
- . PDRI/RO PDRI/MT. São Paulo: FIPE, v.1, março, 1985. (Relatório Final de Avaliação de Meio Termo)
- CARVALHO, Yara M.C. - Polonoroeste -A Política de Desenvolvimento Regional, 1988 (mimeografado).
- - Colonização: Uma Política?, Tese de Doutorado, São Paulo, IPE/USP, 1990.
- CARDOSO, F. H. e MULLER, G. - Amazônia: Expansão do Capitalismo, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1977.
- - Estado Capitalista e Marxismo in -Estudos CEBRAP, n. 21, São Paulo, 1977.
- CODESUL - O Papel Social do Pequeno no Estabelecimento rural no Paraná. Curitiba, Agosto 1978.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ - Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná. 2ª edição 1975.
- COY, Martin - *Problemas Atuais de Colonização Desenvolvimento Rural numa Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira e a Resposta do Estado: O Caso de Rondônia.* (mimeografado)
- DIAS, Guilherme L. da S. e CASTRO, Manoel C. de. A Colonização Oficial no Brasil: Erros e Acertos na Fronteira Agrícola. São Paulo: IPE/USP, 1986. (Relatórios de Pesquisa, 32)
- FERES, JOÃO B. - Propriedade da Terra: Opressão e Miséria - o Meio Rural na História Social do Brasil; Amsterdam: Latin America Studies (56), CEPLA, 1990.

- FIPE, Avaliação do Projeto de Colonização de Novas Áreas (Machadinho-Urupá). São Paulo, n.2, 1986.
- , Avaliação do POLONOROESTE: PDRI; Saúde no POLONOROESTE; Análise do Impacto Ambiental do Projeto na Área do POLONOROESTE. São Paulo: FIPE, 1984. (Ordem de Serviço n.2)
- FONSECA, Manoel Pinto da. Padrões de Colonização e Desenvolvimento Regional: O Caso Paranaense e o Caso Mato-Grossense; (Análise Comparativa). Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG 1980. (Dissertação de Mestrado)
- FORMAÇÃO HISTÓRICA DE RONDÔNIA (mimeografo).
- GUASQUES, JOSÉ G. e VERDE, CARLOS M. V. - *Crescimento da Agricultura Brasileira e Política Agrícola nos Anos Oitenta*. Brasília: IPEA, nov/1990. (Texto para Discussão/n.204)
- GOODMAN, David - Expansão de Fronteira e Colonização Rural: Recente Política de Desenvolvimento no Centro-Oeste do Brasil in WERNER Back et alli - Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1978.
- ; SORJ, B.; WILKINSON, J. - Agroindústria, Políticas Públicas e Estruturas Sociais Rurais: Análises Recentes sobre a Agricultura Brasileira. in Revista de Economia Política, vol. 5, n. 4, out-dez/1985.
- GRAZIANO NETO, F. - *A Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura*, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GROENEVELD, Win P. - *Uso dos Recursos Naturais na Área de Influência do Programa POLONOROESTE: Solos e Floresta*. São Paulo: FIPE, set/1987.
- HÉBETTE, Jean. *O Grande Carajás: Um Momento da História Moderna da Amazônia Paraense*. Cadernos NAEA, n.10
- HUDRY, D. E RATTNER H. - *A Colonização na Fronteira Amazônica: Expansão e Conflitos*. São Paulo: IPE/USP, 1987.
- IANNI, Otávio - *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização, 1981.

- IPARDES (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL) As Migrações e a Transformação da Estrutura Produtiva e Fundiária no Paraná. Curitiba, Fev. 1983.
- LU, Martin. Relatório Final da Avaliação do POLONOROESTE: Coordenação Geral. São Paulo: FIPE, fev/1985.
- MAHAR, Dennis J. - *Desenvolvimento Econômico da Amazônia: Uma Análise das Políticas Governamentais*, Rio de Janeiro: IPE/INPES. 1978.
- MARTINE, G. - Expansão e Retração do Emprego na Fronteira Agrícola, in Revista de Economia Política: Vol. 2/3 Jul/Set. 1982.
- *Tendências Recentes de Distribuição Espacial da População Brasileira*. Brasília Dez/1981 (mimeografado).
- *Êxodo Rural Concentração Urbana e Fronteira Agrícola* (mimeografado).
- & TURCHI, Lenita. - *A Urbanização da Amazônia: Realidade e Significado*. (mimeografado).
- - *A Evolução Recente da Estrutura de Produção Agropecuária: Algumas Notas Preliminares* (mimeografado).
- *Change in Agricultural Production and Rural Migration*. Janeiro 1988 (mimeografado).
- Rondonia and The Fate of Small Producers in GOODMAN, D. e HALL, ANTHONY(eds.)- *The Future of Amazonia: destruction or Sustainable Development?*. London: Macmillan Publishers, 1991.
- *Migração e Absorção Populacional no Trópico Úmido in Seminário sobre Tecnologia para os Assentamentos Humanos no Trópico Úmido*, Manaus: IPEA/CEPAL, abril/1987.
- MARTINS, José de Souza - *Capitalismo e Tradicionalismo: Estado Sobre as Contradições da Sociedade Agrícola no Brasil.*, São Paulo: Pioneira, - 1975.

- - A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária in Encontro com a Civilização Brasileira, n.22, abr. 1980.
- MINDLIN, Betty. Acompanhamento das Áreas Indígenas. São Paulo: FIPE, jun/jul, 1986. (Relatório de Andamento)
- MILLIKAN, Brent - The Dialectics of Devastacion Tropical Deforestation, Land Degradation and Society in Rondônia, Brazil. Hayes, 1988.
- MILLET, Sérgio - *O Roteiro do Café* - BIPA, São Paulo, 1946
- MUELLER, Charles C., - O Estado e a Expansão da Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira in Estudos Econômicos. São Paulo Set/Dez. 1983.
- , - Políticas Governamentais e a Expansão Recente da Agropecuária no Centro-Oeste in Planejamento e Políticas Públicas, n.3, junho, 1990.
- - A Expansão da Fronteira Agropecuária como Fonte de Crescimento da Agricultura no Brasil in Revista de Economia Rural nº 1, Brasília, Jan/Mar, 1979.
- - Dinâmica, Condicionantes e Impactos Sócio-Ambientais da Evolução da Fronteira Agrícola do Brasil. Documento de Trabalho nº 7. Brasília: Instituto SPN (Sociedade, População e Natureza), Jan/1992.
- MÜLLER, NICHOLS L. - Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná - Boletim Paulista de Geografia, nº 22, março de 1956.
- NEIVA, Arthhur H. - Aspectos Geográficos da Imigração e Colonização do Brasil in Revista Brasileira de Geografia, abr-jun/1947.
- NICHOLLS, D.C. - A Fronteira Agrícola na História Recente do Brasil: O Estado do Paraná: 1920-1965 in Revista Brasileira de Economia, vol. 24, n. 4, out-dez/1970.

- PADIS, PEDRO C. - *Formação de uma Economia Periférica: O Caso do Paraná*. Hucitec, São Paulo, 1970.
- - A Fronteira Agrícola in Revista de Economia Política, Vol. 1 nº 1, São Paulo, Jan/Mar, 1981.
- SANTOS, José Vicente T. dos - A Política de Colonização do Brasil Contemporâneo in Reforma Agrária, ABRA. vol. 15, n. 1, jan/fev/mar, 1985.
- SAWYER, Donald P. - *A Fronteira Inacabada: Industrialização da Agricultura Brasileira e Debilitação da Fronteira Amazônica*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1982 (mimeografado)
- - Fluxo e Refluxo da Fronteira Agrícola no Brasil: Ensaio de Interpretação Estrutural e Espacial. I Seminário "Políticas Agrícolas e Experiências em Projetos de Desenvolvimento Rural na Amazônia, Manaus, 15 a 23 de set. 1984.
- - *Urbanização da Fronteira Agrícola no Brasil, 1984* (mimeografado).
- SCHOR, Silvia M. - *A Reprodução da Pequena Produção: O Caso da Fronteira Agrícola de Rondônia*. Nov/1986. (mimeografado)
- . Crescimento da Produção na Fronteira Agrícola. São Paulo, jan/1991. (mimeografado)
- SILVA, Sérgio - *Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo* in Capitalismo e Trabalho no Campo, Ed. São Paulo: HUCITEC, 1977.
- SILVA, T.F. Graziano da - *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.
- & KAGEYAMA, Angela A. Os Resultados da Modernização Agrícola dos Anos 70. in Estudos Econômicos - Vol. 13, nº 3. out/Dez 1983.
- SORJ, Bernard - *Estado e Classes na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1980.

SUDECO - Primeiro Plano Diretor - 1969/1970, Belém.

----- Primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia -  
1972/74, Belém.

----- Segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia -  
1975/79, Belém.

TESTA, José - Cafezais no Norte do Paraná in Digesto Econômico.  
Ano VI, nº 70, 1950.

TURCHI, Lenita M. -A Colonização Dirigida no Processo de Expansão  
e Ocupação da Fronteira Agrícola: Território Federal de  
Rondônia in Anais do Segundo Encontro Nacional - ABEP.

VELHO, Otávio G. - Capitalismo Autoritário e Campesinato, São  
Paulo: DIFEL, 1976.

VIEIRA, Cláudio Afonso. Tendência da Estrutura Fundiária em  
Rondônia. São Paulo : FIPE, 1986. (Relatório n.4)

WAIBEL, Leo H. - As Zonas Pioneiras do Brasil in Revista  
Brasileira de Geografia, n.4, out-dez/1955.